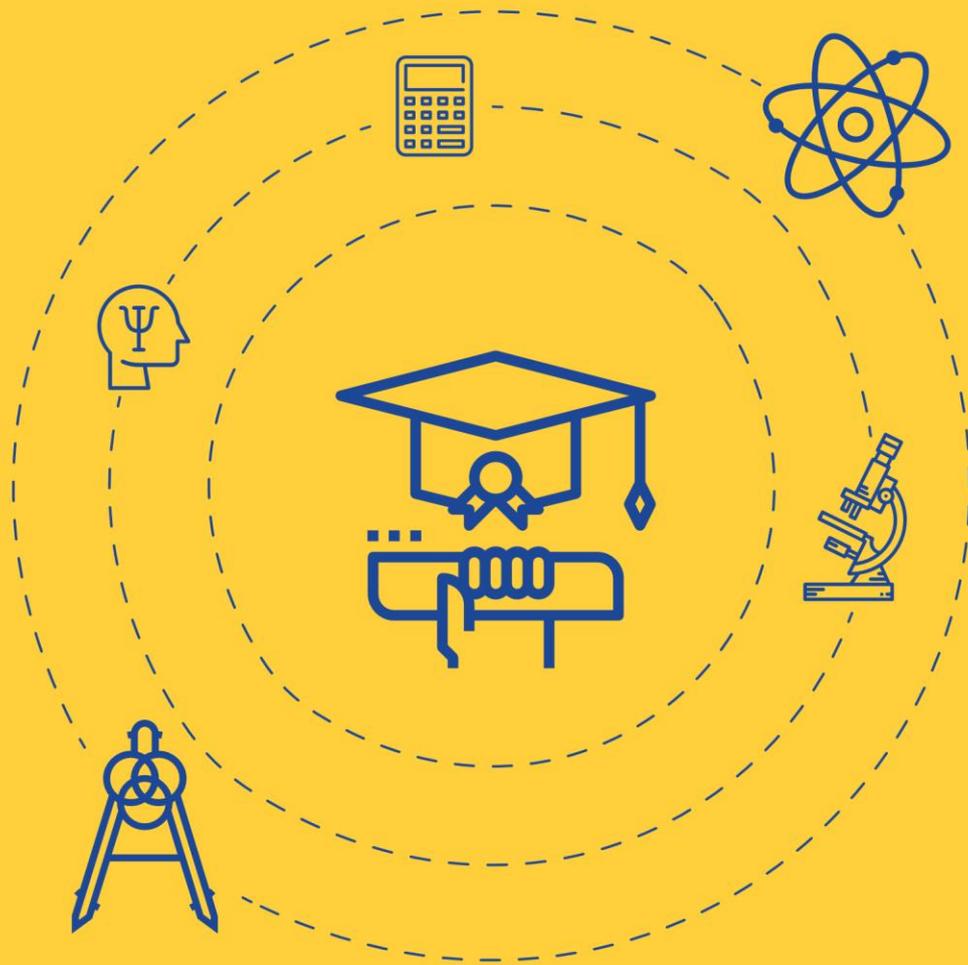


V.11 N,02 - SEMESTRAL - ISSN 2178-3829



Revista Científica

ESPAÇO ACADÊMICO

MULTIVIX

SERRA

2178-3829

REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO

Volume 11, número 2

Serra

2021

EXPEDIENTE

Publicação Semestral

ISSN 2178-3829

Temática: Multidisciplinar

Capa

***Marketing* Faculdade Multivix Serra**

Elaborada pela Bibliotecária Alexandra B. Oliveira CRB06/396

Revista Espaço Acadêmico/Faculdade Multivix Serra

Serra: (Jan./Jul. 2021).

Semestral

ISSN 2178 - 3829

1. Produção Científica – Faculdade Multivix Serra

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, os pensamentos dos editores.

Correspondências

Coordenação de Pesquisas Faculdade Multivix Serra

Rua Barão do Rio Branco, 120, Colina de Laranjeiras, Serra/ES | 29.167-183

DIRETOR GERAL

Alcione Cabaline Gotardo

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Leandro Siqueira Lima

BIBLIOTECÁRIA

Alexandra Barbosa Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Alexandra Barbosa Oliveira

Denise Simões Dupont Bernini

Karine Lourenzone de Araujo Dasilio

Michelle Oliveira Menezes Moreira

ASSESSORIA EDITORIAL

Karine Lourenzone de Araujo Dasilio

Patricia de Oliveira Penina

SUMARIO

ANÁLISE E GESTÃO DE RISCOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL	02
Carlos Henrique Altoé Torres ¹ , Lennymon C. Gomes Pereira ¹ , Robson de Almeida ¹ , Matheus De Souza e Silva	
INFLUÊNCIA MIDIÁTICA SOBRE O COMPORTAMENTO SUICIDA NA ADOLESCÊNCIA: UM FATOR DE RISCO OU PROTEÇÃO?.....	26
Débora Fernandes Xavier ¹ , Kelly Cristina Viana Lopes ¹ , Rebeca Xavier da Silva ¹ , Raphael do Amaral Vaz.	
O PAPEL DO PSICÓLOGO JUNTO AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	46
Arthur Henrique Braga e Lucca, Gabriella Guimarães Silvério, Milena Santana Vidal, Geraldo Corrêa.	
A PRÁTICA DA BRINCADEIRA EM UMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES.....	66
Juliane Schmidt Ladislau, Luana da Silva Pereira, Prof. Dr. Omar Carrasco Delgado.	
FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO EM ÁREAS NÃO-CLÍNICAS.....	87
Ketellen Santos Rodrigues ¹ ; Mirian Martins de Oliveira ¹ ; Roney Marculano Vieira ¹ , Victor Johnhe Freitas Pacheco.	
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM MEIO A CRISE DO CORONAVÍRUS.....	101
Bruno de Souza, Sandrine Luz de Sá, Vânia Lucia Dias, Hannah Nicchio Loriato	
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES.....	123
Debora Belo Souza Maquiori, Jacielly Cesar Costa Almeida, Marcilia Sena Ferreira Da Silva, Luana Bastos do Nascimento Rosa	
AS IMPLICAÇÕES DO CAPITALISMO NA VIDA DO IDOSO.....	140
Brenda Christina Fazolo Vieira, Lília Aparecida da Silva, Tatiani Braga, Raíque José de Sousa	
AS INTERVENÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	157
Adauta de Oliveira Wandel Rei, Josilane Trindade Pereira, Rute Cardoso da Silva, Prof. Raíque José de Sousa	
O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS VULNERABILIDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES.....	177
Brenda Rodrigues Lauwers, Etonildes Alves Rodrigues, Evelyn Delaqua Fagundes, Luana Bastos do Nascimento Rosa ²	

ANÁLISE E GESTÃO DE RISCOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Carlos Henrique Altoé Torres¹, Lennymon C. Gomes Pereira¹, Robson de Almeida¹,
Matheus De Souza e Silva²

1 Acadêmico do curso de Engenharia Civil

2 Mestre – Professor Multivix Serra

RESUMO

O trabalho aborda o uso das ferramentas baseadas nos requisitos da ISO 45001:2018 como apoio à gestão da segurança e saúde ocupacional na construção civil. A recente publicação da nova NR 18 faz com que os requisitos para a gestão da segurança, a identificação de perigos e a avaliação de riscos, sejam de uma observância obrigatória. O objetivo geral deste trabalho é verificar o uso ou a intenção de uso de requisitos da norma ISO 45001:2018 como ferramentas para a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) exigido pela nova NR 18 nas empresas de construção civil do estado do Espírito Santo. Por meio de um levantamento de campo foram aplicados questionários junto aos profissionais responsáveis pela segurança e saúde ocupacional das empresas de construção civil. Dentre as 07 (sete) empresas respondentes, os resultados mostram que apenas 01 (uma) empresa possui certificação ISO 45.001 e das outras 06 (seis), 67 % tem pretensão de conquistar esta certificação.

Palavras-Chave: Segurança do trabalho. Gestão de riscos. ISO 45001.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o uso das ferramentas baseadas nos requisitos da ISO 45001:2018 como apoio à gestão da segurança e saúde ocupacional na construção civil.

Em 10 de fevereiro de 2020, foi aprovada a Portaria SEPRT n. 3.733, alterando a Norma Regulamentadora NR 18 que trata das condições de segurança e saúde no trabalho na indústria da construção (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

A nova redação da NR 18 estabelece novas diretrizes nas medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho. Ela extingue o Programa de Condições e Meio

Ambiente do Trabalho (PCMAT) e o substitui pelo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Ao trazer a gestão de riscos como uma exigência legal, a nova NR 18 faz com que sejam obrigatórias a realização de medidas de controle que algumas empresas já fazem de forma voluntária, ao atender exigências do mercado, utilizando os sistemas de gestão da ISO 45001:2018 aos seus processos (AQUINO, 2018).

A ISO 45001:2018 inclui o controle de todos os fatores que podem resultar em doenças, lesões e morte, se concentra em reduzir o número de acidentes e afastamentos ocasionadas no trabalho e, ao mesmo tempo, atender às exigências legais relacionadas à Saúde e Segurança do Trabalho (SST) definidas pelas Normas Regulamentadoras (NR's) (CERATTO, 2018).

A nova NR 18 só entrará em vigor no próximo ano, o que possibilita às empresas um tempo para estabelecerem os critérios a serem seguidos para seu atendimento, garantir a perfeita elaboração e gestão do PGR.

A similaridade entre o requisitado pela NR-18 e o oferecido pela ISO 45001:2018 faz despontar o seguinte problema de pesquisa: As empresas construtoras já utilizam ou pretendem fazer uso de metodologias preconizadas pela ISO 45001:2018 que sejam consonantes com o exigido pela nova NR 18, para uma eficiente análise e gestão de riscos?

O objetivo geral deste trabalho é verificar o uso ou a intenção de uso de requisitos da norma ISO 45001:2018 como ferramentas para a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) exigido pela nova NR 18, nas empresas de construção civil do estado do Espírito Santo.

No Brasil, a indústria da construção é considerada um dos setores de maior risco em relação aos acidentes de trabalho. Os últimos dados oficiais fornecidos pelo Anuário Estatístico da Previdência Social (AEAT) informam que para o ano de 2017, dos 549.405 acidentes de trabalho que ocorreram em todo o país, a construção civil foi responsável por 30.025 casos, ou seja, 5,46% do total. Dos 142.782 afastamentos por mais de 15 dias por conta das atividades profissionais, o setor da construção civil respondeu por 11.894, ou seja, 8,3% do total (PEINADO, 2018).

Telles (2019) observa que tais números retratam as ineficientes medidas de prevenção e controle de riscos. Diante deste cenário nacional preocupante é de extrema relevância apresentar que a gestão de riscos de segurança do trabalho pode e deve se tornar uma rotina dentro das organizações.

Ferraz (2018) corrobora que a identificação de riscos na construção civil é uma das análises mais importantes para saúde e segurança ocupacional.

Para as empresas de construção civil, a gestão de riscos, além de cumprir uma exigência legal, proporciona um aumento da produtividade e uma redução de custos. Empenhando-se na manutenção da integridade dos trabalhadores, assegura que cronograma e o orçamento das obras sejam cumprido e minimiza os custos gerados pelo absenteísmo, indenizações e ações judiciais (CBIC, 2020). Para os profissionais engenheiros civis, a recente publicação da nova NR 18, faz com que os requisitos para a gestão da segurança e a identificação de perigos e avaliação de riscos, sejam de uma observância obrigatória.

Para o acadêmico de engenharia civil, a relevância se faz não só em apresentar a gestão de riscos como uma prática obrigatória que engloba um processo multidisciplinar que faz uso de várias áreas do conhecimento, abrangendo a engenharia, a administração e a psicologia (SOUSA et al., 2020).

A importância social deste trabalho se traduz em menos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, que tanto oneram o Sistema Único de Saúde (SUS) (ALMEIDA, 2019).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O principal objetivo de um sistema de gestão em segurança e saúde no trabalho é evitar a ocorrência de acidentes. Um acidente é fruto tanto de um acaso, quando não possui causas bem definidas, como de causas determináveis (MENDONÇA, 2019).

Um acidente não se caracteriza apenas consequências imediatas dos eventos, podendo não existir relação alguma entre o tempo do fato e suas consequências. Um exemplo disso é a ocorrência de doenças ocupacionais

consideradas como acidentes de trabalho, não programadas a acontecer e cujas consequências são percebidas posteriormente (SOARES, 2018).

O Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST) na construção civil contribui para a empresa definir, implementar, manter e melhorar estratégias proativas para identificar e resolver os problemas de segurança antes que estes originem acidentes que comprometam a saúde e ou a integridade física dos colaboradores e/ou provoquem danos materiais (PACHECO, 2019).

Sua finalidade é dar suporte e promover boas práticas, por meio de um conjunto de ferramentas que intensifiquem a eficiência da gestão dos riscos da Segurança e Saúde do Trabalho (SST), relacionados com todas as atividades da construção civil (PACHECO, 2019).

O SGSST é orientado para a gestão dos riscos, e esta deve assegurar a identificação de perigos e a avaliação e controle de riscos, Cabe, portanto, definir perigo e risco.

Ruppenthal (2013, p. 23), conceitua perigo como,

Fonte ou situação (condição) com potencial para provocar danos em termos de lesão, doença, dano a propriedade, dano ao meio ambiente, ou uma combinação desses. Condições de uma variável com potencial para causar danos tais como: lesões pessoais, danos a equipamentos, instalações e meio ambiente, perda de material em processos ou redução da capacidade produtiva.

Já o risco, no âmbito da segurança do trabalho, é a probabilidade de possíveis danos dentro de um período específico de tempo ou de um número de determinadas tarefas. O risco é a possibilidade de ocorrência de consequências indesejáveis (RUPPENTHAL, 2013).

Para Leinfelder (2016), o risco é expresso sob dois aspectos. Um aspecto reflete a incerteza quanto à ocorrência de um determinado evento indesejado e, outro representa a probabilidade de perdas em consequência de eventos indesejados.

Um perigo é provocado por um agente ou por um conjunto de condições que apresentam uma fonte de risco mas não o risco em si, este último um resultado mensurado pelo efeito potencial do perigo. Destaca-se que “a percepção do risco influencia o comportamento e o grau de precaução das ações dos indivíduos frente a situações que possam ocasionar lesão e/ou acidentes” (GUIMARÃES; FISCHER, 2002, p. 1).

2.2 A ISO 45001:2018

Publicada em março de 2018, a ISO 45001, é a primeira norma internacional voltada para prevenção de incidentes e gerenciamento da Segurança e Saúde Ocupacional (ABNT, 2018)

O sistema de gestão ISO 45001:2018, reconhecido internacionalmente, tem como objetivos melhorar a saúde e segurança dos trabalhadores, criar condições de trabalho melhores e mais seguras e reduzir os riscos no local de trabalho pela aplicação de métodos e ferramentas para análise de riscos. (FERRAZ, 2018).

A avaliação de riscos é o enfoque de grande parte dos requisitos da Norma, sendo abordada em quase todos seus itens (PACHECO, 2019).

A ISO 45001:2018 pretende que sejam entendidas as questões que afetam, de forma positiva ou não, a forma como uma empresa gerencia suas responsabilidades de saúde e segurança em relação aos seus colaboradores, que devem ser totalmente integrados à gestão de SST (ABNT, 2018).

Toda sua estrutura, assim como todas as normas da série ISO possui foco na melhoria contínua, sendo fundamentadas pelo ciclo PDCA, *Plan, Do, Check, Act*. (TELLES, 2019)

Este processo é ilustrado na Figura 01. Os números entre parêntesis discriminados na legenda referem-se às seções que compõem a ISO 45001:2018, incluídas em cada etapa do ciclo PDCA.

Figura 01 – Ciclo PDCA para a ISO 45001: 2018.



Legenda:

(4) Contexto da Organização, (5) Liderança e Participação dos Trabalhadores, (6) Planejamento, (7) Suporte, (8) Operação, (9) Avaliação de Desempenho, (10) Melhoria.

Fonte: Telles (2019, p. 17).

O ciclo pode ser assim entendido, segundo Telles (2018),

Plan: Etapa de planejamento em que é determinado o que será feito para que os resultados pretendidos sejam alcançados;

Do: Implementa-se nesta fase de execução tudo aquilo que foi definido na etapa de planejamento, é implementado nesta fase de execução, com coleta de dados e informações sobre os processos executados;

Check: Fase de verificação, em que os dados e informações coletadas são avaliados de acordo com as metodologias estabelecidas e são apresentando os resultados encontrados. Em função dos resultados devem ser propostas as medidas corretivas pertinentes;

Act: É a etapa de ação, em são implantadas as ações e medidas definidas durante a análise visando a melhoria contínua (TELLES, 2019).

Implantadas as melhorias, todo o ciclo tem início novamente.

A ISO 45001:2018 coloca mais ênfase na gestão de riscos e avaliação permanente dos riscos e oportunidades, para eliminar, reduzir e controlar os

efeitos indesejados. O impacto disso é que a organização deve continuamente procurar, avaliar, adotar e implementar as oportunidades para efetuar um melhor desempenho (AUGUSTO, 2017).

Ainda para Augusto (2017), a norma ISO 45001:2018, aproxima-se também ao fator humano e aos programas comportamentais BBS (*Behavior Based Safety* ou Segurança Baseada em Comportamento), que fornecem o feedback aos colaboradores dentro de suas áreas de trabalho, que são usados para o reconhecimento e solução de problema e a melhoria contínua. Como riscos relacionados ao comportamento humano citam-se a negligência, o cansaço, a sabotagem, o assédio, e a pressão.

Soares (2018) aponta que a avaliação do risco é uma etapa fundamental na gestão de riscos e o gerenciamento de riscos através de normas como a ISO 45001:2018 apresenta a grande vantagem de contribuir para a elevação do nível de gestão organizacional, elevando a produtividade e rentabilidade.

Telles (2019) alerta que uma das dificuldades do uso da norma é a introdução de uma visão mais estratégica, requisitando que os gestores identifiquem não só os riscos associados especificamente ao que interessa, mas também os riscos externos à organização.

2.3 PROCESSOS DE ANÁLISE E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo que trata da análise do risco é chamado de gestão do risco. Este processo tem sido reconhecido como um importante mecanismo de gestão dos projetos de construção, com o intuito de analisar os objetivos do projeto em termos de tempo, custos, qualidade, segurança e sustentabilidade (LEINFELDER, 2016).

Para Leinfelder (2016), o gerenciamento de riscos engloba a avaliação de riscos, que se fundamenta na análise de riscos estabelecida pela identificação dos perigos e classificação dos riscos. Essa integração da análise de riscos ao processo de gerenciamento de riscos, é mostrada na Figura 02.

Figura 02 - Análise de Riscos no Gerenciamento de Riscos



Fonte: Leinfelder (2016, p. 27).

As técnicas de análises de riscos possuem a finalidade de prevenir e prever falhas e acidentes, mitigar consequências, além de auxiliar na elaboração de planos de emergência. Entretanto, para alcançar tais finalidades é necessária adotar um método sistemático e estruturado de avaliação de riscos, ou seja, a utilização correta de técnicas de Análise de Riscos (SOARES, 2018).

A análise de riscos é a técnica para identificar, caracterizar, quantificar e avaliar os perigos e consiste em uma etapa qualitativa e outra quantitativa. Na etapa qualitativa os riscos são identificados e caracterizados na etapa quantitativa, incluem-se a estimativa das frequências e as consequências da ocorrência do perigo (GUILHERME, 2015).

Ainda para Guilherme (2015), a gestão de risco engloba as fase de prevenção de falhas, de prevenção das propagação da falhas e a mitigação das consequências tanto no local como externamente.

Telles (2019) ao estudar o uso dos requisitos da norma NBR ISO 45001:2018 como ferramenta para a gestão da segurança e da saúde em obras de construção civil destacou a análise pela Matriz SWOT e o Diagrama de Fluxo.

A análise, pela construção da matriz SWOT se justifica dado ao enfoque que a norma dá, em seu requisito 4.1, ao planejamento e conhecimento estratégico da organização.

Já o Diagrama de Fluxo, ou fluxograma, é usado de forma integrada com outras ferramentas que serão vistas adiante, nos Quadros 01, 02 e 03.

Soares (2018) complementa com o método 5W2H, questionamentos para identificação de falhas e perigos no ambiente laboral são uma técnica fácil, que demonstra grande eficácia para o gerenciamento de risco.

Ferraz (2018) apresenta metodologias para identificação de riscos, técnicas de análise e avaliação de riscos e técnicas de identificação de perigos.

O Quadro 01 apresenta as metodologias para identificação de riscos.

Quadro 01 – Metodologias para identificação dos riscos

Metodologia	Descrição
Checklists e roteiros	Identifica os riscos na empresa de acordo com suas características como o local atividades e estocagem de materiais, instalações, equipamentos, áreas perigosas.
Inspeção de segurança	Busca de riscos comuns e já conhecidos. Possibilita um controle estatístico para a prevenção e qualidade dos processos.
Investigação de acidentes	Levantamento das informações das causas do acidente. Deve ter posterior elaboração de um plano de ações corretivas.
Fluxograma ou Diagrama de Fluxo	Mapeamento de processos dentro da organização para identificação de perdas como os danos a propriedade, perdas por responsabilidade e perdas pessoais.

Fonte: Ferraz (2018)

O Quadro 02 apresenta as técnicas de análise e avaliação de riscos.

Quadro 02 - Técnicas de análise e avaliação de riscos

Técnica	Descrição
Análise histórica e revisão de segurança	Levantamento de dados relativos à ocorrência dos acidentes. Objetiva o melhor conhecimento sobre as causas, efeitos e forma de ocorrência
Análise preliminar de riscos (APR)	Revisão geral de aspectos de segurança fornecendo dados para o melhor desenvolvimento da análise e avaliação de cada perigo
Análise de modo e efeito de falha potencial (FMEA)	Determinação de falhas e efeitos. Identificadas as causas e efeitos são buscadas as ações que serão utilizadas para inibir as falhas.
Análise da operabilidade de perigos (HAZOP)	O processo de trabalho é dividido em etapas e consideradas as variações nos parâmetros de trabalho para cada uma delas. São identificados os riscos, as causas e efeitos possíveis de problemas e realizadas medidas para correção e prevenção
Análise de causa raiz (RCA)	Identificação de falhas originais (causa raiz) que geraram o problema e desencadearam efeitos. Faz uso do 5W2H para descobrir a causa do evento.
Série de riscos	Análise de acidentes para prevenção de fatos catastróficos.

Fonte: Ferraz (2018).

O Quadro 03 apresenta as técnicas de identificações de perigos.

Quadro 03 - Técnicas de identificações de perigos.

Técnica	Descrição
---------	-----------

Técnicas de incidentes críticos (TIC)	Detecção de incidentes críticos e tratamento dos riscos que representam.
What-If (WI)	Identificação de perigos em projetos, instalações, estruturas; e problemas operacionais. Profunda investigação de possíveis desvios. Identificação de ações para obtenção de um nível de segurança aceitável.
What-If / Checklist (WIC)	Análise de riscos de todos os processos.
Análise e revisão de critérios (ARC)	Revisão metodológica, baseada em especificações, normas, e regulamentos, e outras documentações, a partir do checklist.

Fonte: Ferraz (2018).

Comprovando a triangulação entre engenharia, gestão e comportamento nos aspectos da temática de saúde e segurança do trabalho, são ainda apontadas metodologias de análise comportamental, que tem por objetivo melhorar os comportamentos dos colaboradores, ou reforçar aqueles que já são positivos, para aprimorar o desempenho. Trata-se do Comportamento Seguro (S-O-R-C) e Percepção de Risco (S-O) (ARRUDA, 2019).

3 METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto este trabalho se desenvolve por meio de uma pesquisa aplicada, já que se concentra em torno de situações presentes nas empresas de construção civil.

A pesquisa é exploratória e descritiva, de abordagem quantitativa que se apoia em coleta de dados bibliográficos, documentais e de levantamento de campo.

Na fase de campo, foram aplicados questionários junto aos profissionais responsáveis pela segurança e saúde ocupacional das empresas de construção civil. A população abrangida pela pesquisa é composta pelas empresas do ramo da construção civil cadastradas no SINDUSCON-ES, o Sindicato da Construção Civil do estado do Espírito Santo. A amostra se restringe àquelas 07 (sete) que concordaram em participar da pesquisa.

O questionário foi estruturado onde as perguntas foram definidas em torno do objetivo da pesquisa que é verificar o uso ou a intenção de uso de requisitos da norma ISO 45001:2018 como ferramentas para a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) exigido pela nova NR 18.

As questões foram adaptadas do documento *Você está preparado para a Certificação ISO 45001?*, publicado pela QMS Certification Service, um organismo de certificação de origem Australiana com atuação global, especificamente com foco em certificação de sistemas de gestão e treinamentos de normas aplicáveis (QMS, 2020).

Com os dados coletados, fruto dos questionários, a fase seguinte da pesquisa foi a de análise e interpretação. A análise tem como objetivo organizar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Esses dados foram organizados em planilhas e gráficos, podendo ser tratados estatisticamente em função do tamanho da amostra.

A interpretação é feita mediante a ligação dos dados coletados a outros conhecimentos anteriormente obtidos (TEIXEIRA, 2003).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

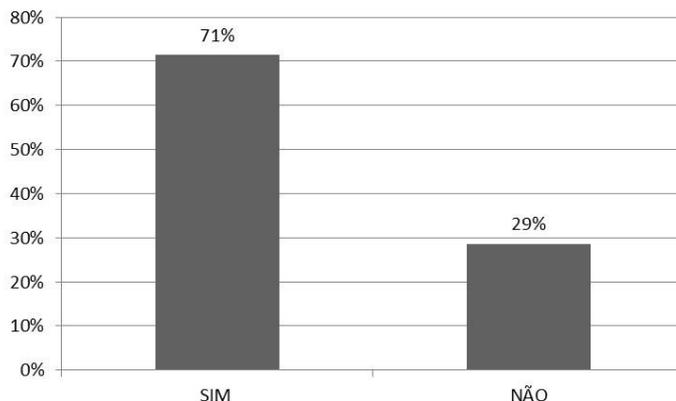
Foram 07 (sete) as empresas que responderam ao questionário composto por 10 (dez) questões das quais as 04 (quatro) primeiras referem-se à certificação das empresas, ao conhecimento da ISO 45.001 e a intenção das empresas em certificar-se.

As últimas 06 (seis) questões abordam aspectos de conformidade ou não conformidade com a primeira norma internacional voltada para prevenção de incidentes e gerenciamento da Segurança e Saúde Ocupacional, a ISO 45.001.

4.1 A CERTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS

Das 07 empresas interrogadas 71% possuem alguma certificação voltada a segurança do trabalho, como mostra a Figura 03.

Figura 03 – Questão 01 - A empresa possui alguma certificação voltada a segurança do trabalho?



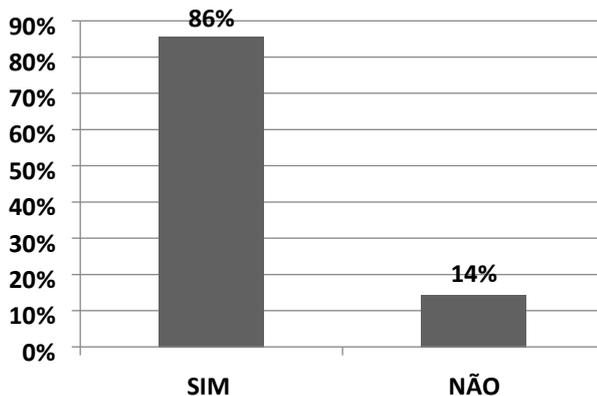
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Foi visto que são altos os números de acidentes no trabalho e Telles (2019) observa que estes números retratam as ineficientes medidas de prevenção e controle de riscos. Portanto não basta apenas estar certificado, sendo de extrema relevância que a gestão de riscos de segurança do trabalho se torne uma rotina dentro das organizações.

4.2 O CONHECIMENTO DA ISO 45.001

86% das empresas que responderam ao nosso questionário conhecem a ISO 45.001 (Figura 04).

Figura 04 – Questão 02 - A empresa conhece a ISO 45001?



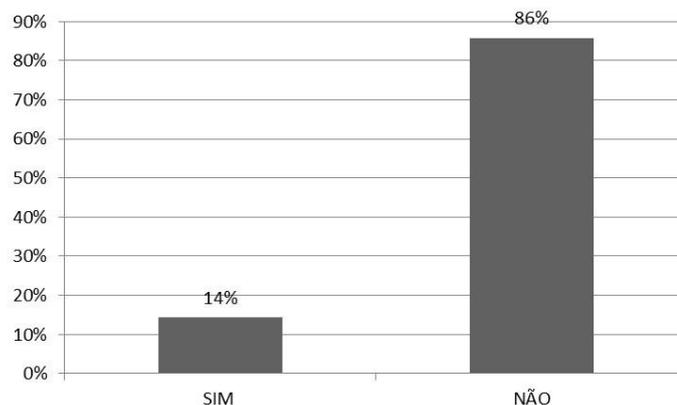
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

É um bom percentual, que, entretanto, necessita ser aumentado. De acordo com Ceratto (2018), a ISO 45001:2018 inclui o controle de todos os fatores que podem resultar em doenças, lesões e morte, se concentra em reduzir o número de acidentes e afastamentos ocasionadas no trabalho e, ao mesmo tempo, atender às exigências legais relacionadas à Saúde e Segurança do Trabalho (SST) definidas pelas Normas Regulamentadoras (NR's) .

4.3 EMPRESAS CERTIFICADAS COM A ISO 45.001

Apenas 01 (uma) das 07(sete) empresas entrevistadas possui certificação ISO 45.001 (Figura 05).

Figura 05 – Questão 03 - A empresa possui certificação ISO 45001?

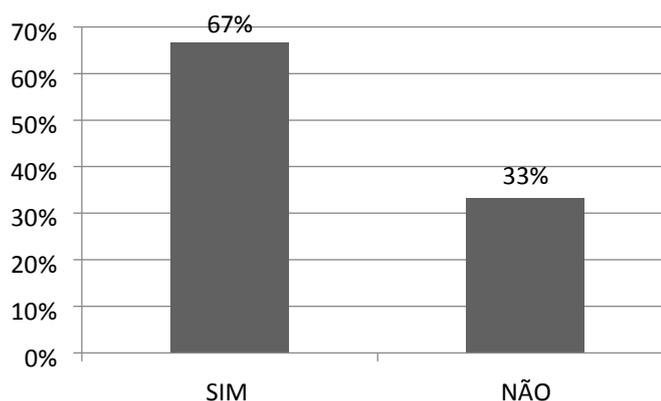


Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

4.4 INTENÇÃO DE CERTIFICAR-SE NA ISO 45.001

Das seis empresas não certificadas, apenas 4 (quatro) delas tem a intenção de certificar-se (Figura 06).

Figura 06 – Questão 04 - Caso não possua, a empresa tem pretensão de se certificar na ISO 45001?



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

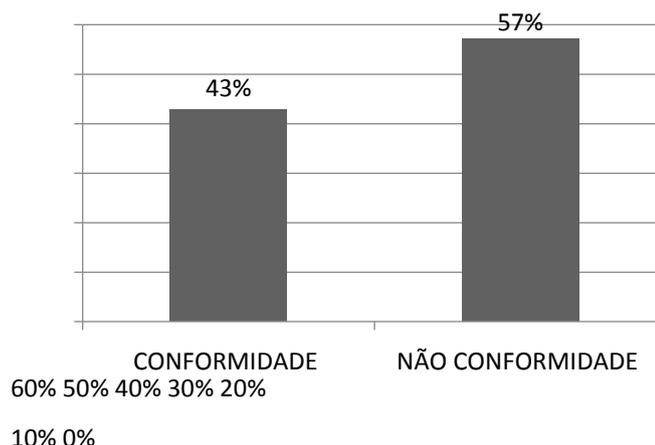
É uma intenção que merecem ser revistas pelas empresas que não pretendem certificar-se. Ao trazer a gestão de riscos como uma exigência legal, a nova NR 18 faz com que sejam obrigatórias a realização de medidas de controle que algumas empresas já fazem de forma voluntária, ao atender exigências do

mercado, utilizando os sistemas de gestão da ISO 45001:2018 aos seus processos (AQUINO, 2018).

4.5 COMPREENSÃO DA ORGANIZAÇÃO E SEU CONTEXTO

Uma compreensão do contexto de uma organização é usada para estabelecer, implementar e melhorar continuamente seu sistema de gestão de SSO. Questões internas e externas podem ser positivas ou negativas e incluir condições, características ou mudanças circunstanciais que podem afetar o sistema da gestão de SSO. Isso foi abordado na Questão 05 (Figura 07).

Figura 07 – Questão 05 - Foram determinadas as questões externas e internas relevantes ao propósito e direcionamento estratégico e existe evidência do monitoramento e análise crítica das informações sobre essas questões externas e internas?



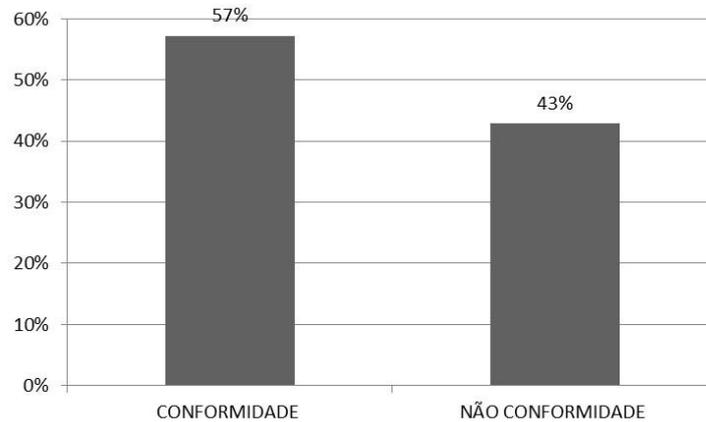
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Apenas 43% das empresas apresentam essa compreensão da organização e seu contexto que envolvem questões como, dentre tantas outras, novos conhecimentos sobre produtos e seus efeitos sobre saúde e segurança como uma questão externa e introdução de novos produtos, materiais, serviços, ferramentas, softwares, instalações e equipamentos como questões internas (ABNT, 2018b).

4.6 SISTEMAS DE GESTÃO DE SSO

A questão 06 refere-se aos sistemas de gestão de SSO nos quais a organização deve estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão de SSO (Figura 08).

Figura 08 - Questão 06- Processos do SSO são estabelecidos, implementados, mantidos assim como a melhoria contínua dos processos estabelecidos?



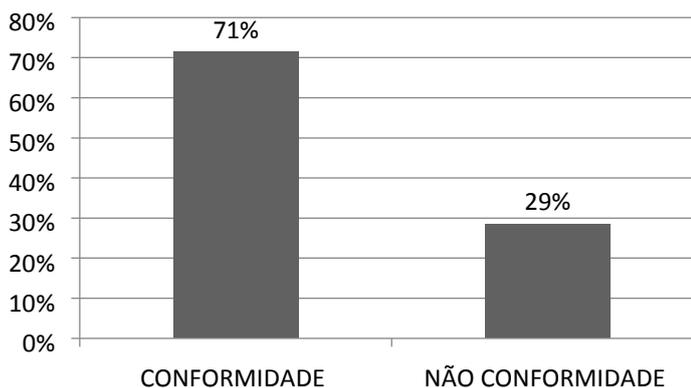
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

57% das empresas afirmam manter sistemas de gestão de SSO e assim é esperado que elas estabeleçam um ou mais processos para ter confiança de que eles sejam controlados e realizados conforme planejados. Isso inclui políticas de SSO corporativas, educação, treinamento e competência (ABNT, 2018b).

4.7 AÇÕES PARA ABORDAR RISCOS E OPORTUNIDADES.

As ações para abordar riscos e oportunidades incluem assegurar que o sistema de gestão de SSO possa atingir os resultados pretendidos, prevenir ou reduzir efeitos indesejáveis e alcançar a melhoria contínua. Questionadas sobre tais ações, 71 % das empresas afirmam estar em conformidade com o requisitado na ISO 45001. (Figura 09).

Figura 09 – Questão 07 - Foram determinado os riscos e oportunidades? Incluindo resultados pretendidos a ser alcançado e aumentar os efeitos desejáveis, reduzir / prevenir efeitos indesejados, e alcançar a melhoria.



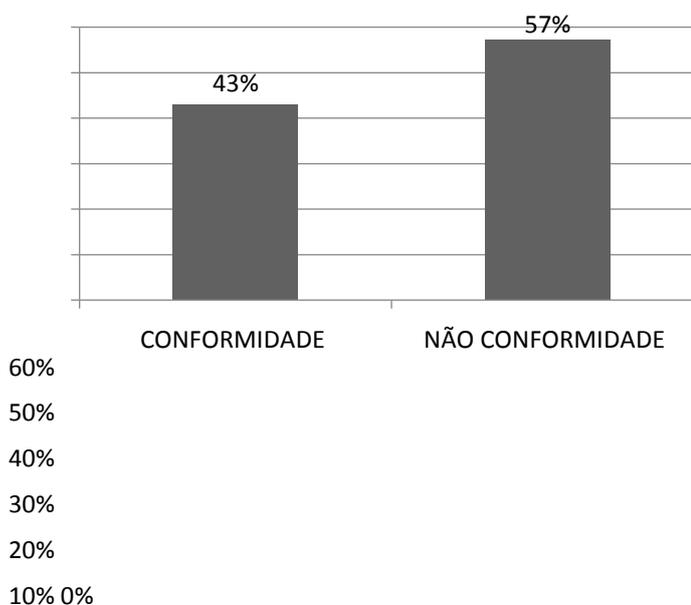
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

4.8 DETERMINAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS

O tema da questão 08 diz respeito ao fato de que a organização deve manter e reter informação documentada sobre seus requisitos legais, assegurando que sejam atualizados para refletir quaisquer mudanças.

Apenas 43 % das empresas afirma agir desta forma (Figura 10).

Figura 10 – Questão 08 - Os requisitos legais de SGSSO são determinados e mantidos a documentação? A organização aplica a esses requisitos? Existem procedimentos e registros associados para a identificação e o acesso requisitos legais e outros?



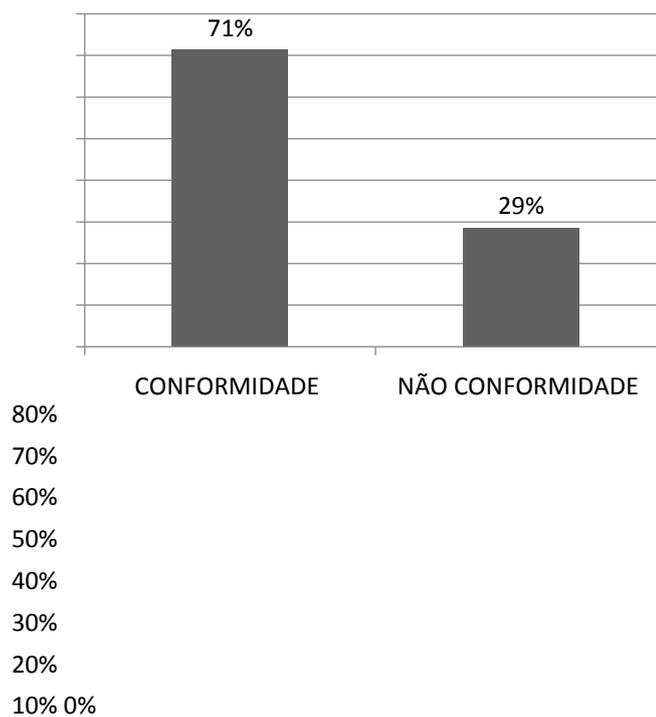
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Como exemplo de requisitos legais tem-se a legislação, as ordens emitidas por regulamentadores, os acordos coletivos de negociações, dentre tantos outros (ABNT, 2018 b).

4.9 ELIMINAÇÃO DE PERIGOS E REDUÇÃO DE RISCOS DA SSO.

Questionadas se a organização estabelece, implementa e mantém um processo para a eliminação de perigos e redução de riscos da SSO, utilizando a hierarquia de controle, 71 % dos respondentes afirmam que sim, que estão em conformidade com esse quesito. (Figura11).

Figura 11 – Questão 09 - Foram estabelecidos e implementados processos para eliminação de perigos e redução de riscos de SSO usando hierarquia de controles?



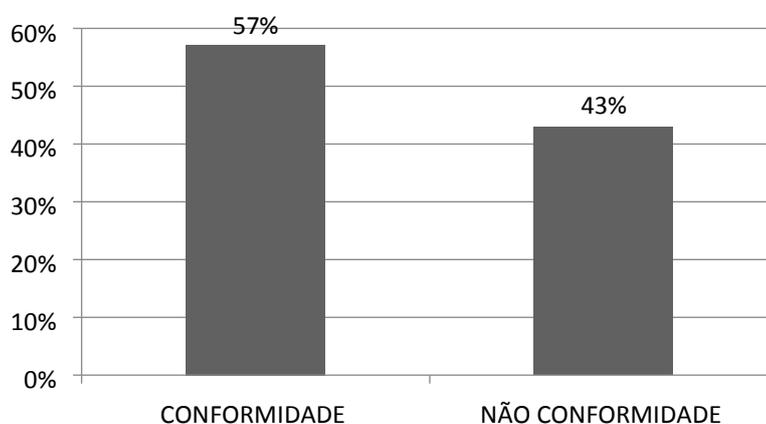
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Trata-se de um percentual bastante positivo, pois se refere a eliminar perigos, substituição de processos, operações, materiais ou equipamentos por outros menos perigosos, à utilização de controles de engenharia e reorganização do trabalho, controles administrativos incluindo treinamento e ao uso de EPI. (ABNT, 2018b).

4.10 ANÁLISE CRÍTICA PELA DIREÇÃO

A alta direção deve analisar criticamente o sistema de gestão de SSO para assegurar sua contínua adequação, suficiência e eficácia, e quanto a isso, apenas 57 % afirmaram estar em conformidade, como se vê na Figura 12.

Figura 12 – Questão 10 - É realizada análise crítica do SGSSO na periodicidade planejada para assegurar a contínua adequação, aplicabilidade e eficácia, e alinhamento com o direcionamento estratégico da organização?



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

É nessa análise crítica que dentre outras avalia-se a extensão em que a política da SSO e seus objetivos foram cumpridos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova NR 18 entrará em vigor no próximo ano, o que possibilita às empresas um tempo para estabelecerem os critérios a serem seguidos para seu atendimento, garantindo a perfeita elaboração e gestão do PGR. Ao trazer a gestão de riscos como uma exigência legal, a nova NR 18 faz com que sejam obrigatórias a realização de medidas de controle que algumas empresas já fazem de forma voluntária, ao atender exigências do mercado, utilizando os sistemas de gestão da ISO 45001:2018 aos seus processos.

Isso motivou o seguinte questionamento: as empresas construtoras já utilizam ou pretendem fazer uso de metodologias preconizadas pela ISO

45001:2018 que sejam consonantes com o exigido pela nova NR 18, para uma eficiente análise e gestão de riscos?

Por meio de um levantamento de campo, profissionais responsáveis pela segurança e saúde ocupacional de 07 (sete) empresas de construção civil do ramo da construção civil cadastradas no SINDUSCON-ES, o Sindicato da Construção Civil do estado do Espírito Santo responderam que apenas 01 (uma) empresa possui certificação ISO 45.001 e das outras 06 (seis), 67 % tem pretensão de conquistar esta certificação.

Assim, ao final deste trabalho pode-se afirmar que o objetivo de verificar o uso ou a intenção de uso de requisitos da norma ISO 45001:2018 como ferramentas para a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) exigido pela nova NR 18, nas empresas de construção civil do estado do Espírito Santo, foi alcançado.

Para trabalhos futuros sugere-se continuar verificando o uso de requisitos da norma ISO 45001: 2018 pelas construtoras capixabas, visto que para as empresas de construção civil, a gestão de riscos, além de cumprir uma exigência legal, proporciona um aumento da produtividade e uma redução de custos. Empenhando-se na manutenção da integridade dos trabalhadores, assegura que cronograma e o orçamento das obras sejam cumpridos e minimiza os custos gerados pelo absenteísmo, indenizações e ações judiciais.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Publicada a ISO 45001**. 2018a. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/imprensa/releases/5800publicada-a-iso-45001>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ISO. 45001**. Sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional: requisitos com orientação para uso. 2018 b. 47 p.

ALMEIDA, Flávia Souza e Silva de. **Custo da saúde dos trabalhadores: desafio para atingir a sustentabilidade**. 2019. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/artigo-setor-desaude/>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

AQUINO, José Damásio de. **ISO 45001 e Normas regulamentadoras**. Palestra. 05 out. 2018. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/Arquivos/sis/EventoPortal/AnexoPalestraEvento/ISO%2045001_Normas_Regulamentadoras.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ARRUDA, Fábio Antônio da Silva (org), **Coletânea Triangulação em saúde e segurança de trabalho: gestão, engenharia e comportamento**. 1ª ed. São Luís: Editora Pascal, 2019. 310 p.

AUGUSTO, Natividade Gomes. **A norma ISO 45001 e o programa BBS (Behavior Based Safety)**. 2017. Disponível em: <https://www.segurancacomportamental.com/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=406>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CBIC. Câmara Brasileira da Indústria da Construção. **Publicada nova redação da NR 18 que trata do trabalho na construção**. 11 fev. 2020. Disponível em: <<https://cbic.org.br/publicada-nova-redacao-da-nr-18-que-tratado-trabalho-na-construcao/>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CERATTO, Renan. **ISO 45001:2018: novo padrão da gestão da SST proposto**. 2018. Disponível em: <<https://onsafety.com.br/iso-45001-2018-novopadraoproposto/#:~:text=O%20foco%20da%20ISO%2045001,atualizadas%20pelo%20Minist%C3%A9rio%20do%20Trabalho>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

FERRAZ, Cristine. Técnicas para aplicação do gerenciamento de riscos e os benefícios na construção civil. **Revista da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA**, Ariquemes, RO, v. 9, n. 2, p. 767-773, 2018. Disponível em: <<http://www.faema.edu.br/revistas/index.php/Revista-FAEMA/article/view/662>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/s818e5>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

GUILHERME, Isabel Maria Amaro. **Gestão de riscos na construção**. 2015, 104 p. Dissertação (Mestrado em Segurança e Higiene do Trabalho) - Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, Portugal, 2015. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11121/1/DM_IG_15.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

GUIMARÃES, L. B. de M.; FISCHER, Daniela. Percepção de risco e perigo: um estudo qualitativo. In: **ABERGO 2002**, 2002, Recife, 2002. p. 1-6. Disponível em: <<http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/arquivos/045.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

LEINFELDER, Robson Rodrigues. **Análise de riscos para redução dos riscos de segurança em uma pedreira paulista**. 2016, 101 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3134/tde07122016-102503/pt-br.php>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

MENDONÇA, Amanda Falluh Fragoso de. **Análise comparativa do ciclo PDCA nas normas de gestão em segurança e saúde no trabalho**. 2019, 102 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) — Departamento de Engenharia de Produção, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22926/1/2019_AmandaFalluhFragosoDeMendonca_tcc.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Portaria nº 3.733, de 10 de fevereiro de 2020**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-3.733-de-10-de-fevereiro-de-2020242575828>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

PACHECO, Sara Raquel Nunes. **Implementação da ISO 45001:2018 na Aveleda S.A.** 2019, 156 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada da Qualidade Ambiente e Segurança) - Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal. Disponível em: <<https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/14319>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

PEINADO. Hugo Sefrian (org.) **Segurança e Saúde do Trabalho na Indústria da Construção Civil**. São Carlos: Editora Scienza, 2019.

QMS CERTIFICATION SERVICES. **Nossa História**. Disponível em: <<https://qmsbrasil.com.br/sobre/>>. Acesso em: 15 out. 2020.

RUPPENTHAL, Janis Elisa. **Gerenciamento de riscos**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013.120 p. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/proreitorias/prograd/wp-content/uploads/sites/342/2020/04/GERENCIAMENTO-DERISCOS.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-daPesquisa-3a-edicao.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-daPesquisa-3a-edicao.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SOARES, Williane de Oliveira Silva. **Work Safety Canvas: desenvolvimento de uma ferramenta para gerenciamento de riscos de riscos**. 2018, 104 p. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido- Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2018. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4195>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SOUSA, Rodrigo Zanata Pereira de. et al. Gestão de projetos aplicada à construção civil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. v. 1, n. 1, p. 14-30. 2020. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/engenharia-civil/gestao-deprojetos>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

TEIXEIRA, Enise Barth. A Análise de Dados na pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 1, n. 2, p. 177-201, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/84>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

TEIXEIRA, Enise Barth. A Análise de Dados na pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 1, n. 2, p. 177-201, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/84>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

TELLES, Vítor Magno Pereira de Góes. **Uso dos requisitos da norma NBR ISO 45001 como ferramenta para a gestão da segurança e da saúde em obras de construção civil**. 2019, 109 p. Projeto (Graduação em Engenharia Civil) - Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10027703.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ANEXO

Questionário

Prezados(as) Senhores(as),

Esta pesquisa tem fins puramente didáticos e destina-se à obtenção de dados para nosso Trabalho de Conclusão de Curso, junto à MULTIVIX.

Nosso objetivo é verificar o uso ou a intenção de uso de requisitos da norma ISO 45001:2018 como ferramentas para a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) exigido pela nova NR 18, nas empresas de construção civil do estado do Espírito Santo.

Desde já garantimos que o nome da sua empresa não será revelado. Sua participação é muito importante e desde já agradecemos.

Inicialmente, resposta SIM ou NÃO às seguintes perguntas:

01 - A empresa possui alguma certificação voltada a segurança do trabalho?

- Sim
- Não

02 - A empresa conhece a ISO 45001?

- Sim
- Não

03 - A empresa possui certificação ISO 45001?

- Sim
- Não

04 – Caso não possua, a empresa tem pretensão de se certificar na ISO 45001?

- Sim
- Não

Por favor responda às perguntas abaixo se sua empresa já está em conformidade (C) ou Não Conformidade (NC) em relação aos itens a seguir

5 - Foram determinadas as questões externas e internas relevantes ao propósito e direcionamento estratégico e existe evidência do monitoramento e análise crítica das informações sobre essas questões externas e internas

- C
- NC

6 - Processos do SSO são estabelecidos, implementados, mantidos assim como a melhoria contínua dos processos estabelecidos?

- C
- NC

7 - Foram determinado os riscos e oportunidades? Incluindo resultados pretendidos a ser alcançado e aumentar os efeitos desejáveis, reduzir / prevenir efeitos indesejados, e alcançar a melhoria.

- C
- NC

8 - Os requisitos legais de SGSSO são determinados e mantidos a documentação? A organização aplica a esses requisitos? Existem procedimentos e registros associados para a identificação e o acesso requisitos legais e outros?

- C
- NC

9 - Foram estabelecidos e implementados processos para eliminação de perigos e redução de riscos de SSO usando hierarquia de controles?

C

NC

10 - É realizada análise crítica do SGSSO na periodicidade planeada para assegurar a contínua adequação, aplicabilidade e eficácia, e alinhamento com o direcionamento estratégico da organização?

C

NC

Obrigado!

INFLUÊNCIA MIDIÁTICA SOBRE O COMPORTAMENTO SUICIDA NA ADOLESCÊNCIA: UM FATOR DE RISCO OU PROTEÇÃO?

Débora Fernandes Xavier¹, Kelly Cristina Viana Lopes¹, Rebeca Xavier da Silva¹,
Raphael do Amaral Vaz² 1- Acadêmicas do curso de Psicologia na Faculdade Capixaba
da Serra – Multivix-Serra.

2- Mestre em Psicologia e docente em Psicologia da Faculdade Capixaba da Serra – Multivix-Serra.

RESUMO

O presente artigo teve o objetivo de compreender a relação do suicídio adolescente com as mídias digitais relacionando-os com a Psicologia Junguiana. Por ser a adolescência uma fase de muitas transformações e maior vulnerabilidade às pressões sociais, que aliadas a outros fatores de risco ou de proteção podem influenciar na saúde mental, buscou-se entender qual o tipo de influência que a internet tem no desenvolvimento do adolescente a respeito do comportamento suicida. O suicídio, à nível mundial, é a terceira maior causa de morte entre adolescentes e vem crescendo nos últimos anos. É também um fenômeno multideterminado. Alguns dos fatores de risco foram trazidos aqui, como bullying, depressão e autolesão. Outros fatores servem para prevenir o suicídio, como bom relacionamento familiar e abertura para dialogar sobre seus pensamentos e sentimentos. Adolescentes conectados à internet estão expostos aos mais diversos conteúdos, muitos deles sendo falsos, perigosos e até criminosos. Outros, porém, são saudáveis. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e qualitativa. Na discussão e resultados foram relacionados ao tema os conceitos de Persona, Sombra, Arquétipo da morte e Processo de individuação. Concluiu-se que a mídia pode afetar o adolescente de forma positiva ou negativa, a depender da maneira como é utilizada e do que é consumido.

Palavras-chave: suicídio; adolescência; mídia; internet; influência; psicologia analítica.

ABSTRACT

This article aimed to understand the relationship between adolescent suicide and digital media by relating them to Jungian Psychology. Because adolescence is a phase of many transformations and greater vulnerability to social pressures, which combined with other risk or protective factors can influence mental health, we sought to understand what type of influence the internet has on adolescent development and suicidal behavior. Suicide, worldwide, is the third leading cause of death among adolescents and has been growing in recent years. It is also a multidetermined phenomenon. Some of the risk factors were brought up here, such as bullying, depression and self-harm. Other factors serve to prevent suicide, such as a good family relationship and openness to talk about your thoughts and feelings. Teens connected to the internet are exposed to the most diverse content, many of them being fake, dangerous and even criminal. Others, however, are healthy. The methodology used was bibliographic and qualitative research. In the discussion and results, the concepts of Persona, Shadow, Archetype of death and Individuation process were related to the theme. It was concluded that the media can affect adolescents in a positive or negative way, depending on the way it is used and what is consumed.

Key words: suicide; adolescence; media; internet; influence; analytical psychology.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) apud Fonseca et al. (2018), a adolescência se inicia aos 10 anos de idade e se estende até os 19 anos de idade. Para Ferreira et al. apud Barros, Pichelli e Ribeiro (2017), a adolescência se enquadra como uma categoria sociocultural onde as interpretações sobre essa fase irão depender em grande parte da cultura onde o adolescente está inserido.

A adolescência é o momento de transição onde a criança sai da infantilidade e caminha ao amadurecimento e definição da identidade no mundo adulto, esta etapa é cercada de dúvidas, descobertas e sentimentos novos. Considerada também como um evento de vida estressor, por conta das mudanças ocorridas, as quais acontecem em três áreas: no corpo, na mente e no ambiente. É comum conflitos interpessoais surgirem a partir da importância que o adolescente delega à avaliação e percepção do outro, influenciado pela mídia, amigos e especialmente dentro do âmbito familiar (OLIVEIRA, AMANCIO e SAMPAIO, 2001; CABRAL, 2015 SPRINTHALL apud BARROS, PICHELLI e RIBEIRO, 2017; CLAUMANN et al., 2018;).

A busca pela identidade que impulsiona a saída da infância para a vida adulta muitas vezes provoca angústia e ansiedade, na tentativa de amenizar essas mazelas, o indivíduo pode acabar desenvolvendo sintomas depressivos, recorrendo ao uso de drogas e apresentando comportamentos agressivos, impulsivos e suicidas (BORGES e WERLANG, 2006; ORES et al. apud BARROS, PICHELLI e RIBEIRO, 2017).

Para Oliveira, Amancio e Sampaio (2001), um jovem com pensamentos e tentativas suicidas se encontra desesperado. Demonstra uma negação em viver uma existência que lhe causa dor, assim, o comportamento suicida representa uma tentativa de sobrevivência e busca de alívio (BORGES e WERLANG, 2006). Quanto às causas do comportamento suicida em adolescentes, este mostra ser um fator multideterminado e complexo. Não há certeza de quais fatores exatos ou

situações levam ao suicídio, mas é possível identificar fatores de risco (BRAGA e DELL'AGLIO, 2013; CABRAL, 2015).

Fatores de risco são circunstâncias e situações, alguma patologia ou características da personalidade, que podem contribuir e influenciar para uma tentativa de suicídio ou suicídio consumado. Os jovens são considerados grupo de risco para o comportamento suicida, sendo importante o estudo e compreensão dos fatores associados a este fenômeno. Os fatores de proteção atuam de maneira a impedir que o adolescente considere dar fim à própria vida. Existem quatro categorias que se dividem os fatores de proteção. A primeira categoria corresponde aos fatores familiares; a segunda ao estilo cognitivo e personalidade; a terceira aos fatores culturais e sociodemográficos; e a quarta compreende os fatores ambientais (CABRAL, 2015; BRAS, JESUS e CARMO, 2016).

A era tecnológica teve seu início simultâneo ao nascimento de milhares de pessoas, que imersas nesse contexto foram chamadas pela literatura de “nativos digitais”. Sendo assim, os adolescentes atuais cresceram permeados pela tecnologia e não é possível definir suas consequências finais de modo certo. Sabe-se que os nativos digitais são o maior público consumidor da internet e torna-se uma questão preocupante e importante entender como que essas pessoas em fase de considerável desenvolvimento são afetadas pelo contexto tecnológico (SIQUEIRA e VARGAS, 2019).

Diante do exposto, esta pesquisa buscou reunir dados qualitativos visando a resposta para o seguinte problema de pesquisa: De que maneira as mídias podem influenciar o comportamento suicida na adolescência e se constituírem como fatores de risco ou de proteção? Para isto, o presente artigo realizou uma pesquisa bibliográfica baseada em materiais existentes, reunindo dados que contribuíram para a compreensão de como a Psicologia Analítica entende o comportamento suicida adolescente e como a mídia pode influenciá-lo de maneira positiva ou negativa.

A adolescência é uma fase de mudanças e construção da identidade do indivíduo. Sabendo que o suicídio é um problema de saúde pública, que tem crescido sua porcentagem entre os jovens e que estes são os maiores consumidores das mídias sociais, o que motivou a elaboração desta pesquisa foi

o interesse em conhecer de que maneira esses aspectos podem se relacionar entre si articulando com o olhar da Psicologia Analítica.

Neste estudo se desenvolveu uma pesquisa exploratória do tipo bibliográfica e diante da extensão das informações sobre o comportamento suicida, mídia e psicologia analítica foi preciso delimitar o assunto, buscando compreender a influência midiática, principalmente da internet, sobre o comportamento suicida na fase da adolescência, abordando que tal influência pode ser um fator de risco ou de proteção. Além de tais pontos, ainda se destaca o fundamento teórico na Psicologia Analítica. Para isto, o tema desta pesquisa é: Influência midiática sobre o comportamento suicida na adolescência: um fator de risco ou proteção?

O objetivo geral deste trabalho consiste em compreender como a Psicologia Analítica entende o comportamento suicida adolescente e como a mídia pode influenciá-lo de maneira positiva ou negativa. Tendo assim como objetivos específicos abordar sobre a relação da adolescência e o comportamento suicida, enunciar acerca da influência midiática e apresentar conceitos da psicologia analítica relacionados a tal comportamento.

Como hipótese, a mídia (internet, redes sociais, jogos, séries e filmes) pode ter forte influência na saúde mental, especialmente na adolescência, e que tal influência pode ser positiva e/ou negativa, podendo ser um fator relevante para o comportamento suicida (BRAGA E DELL'ALGIO, 2013). O problema não estaria na mídia em si, mas na maneira como é utilizada e nos conteúdos presentes. São necessários mais estudos sobre o tema, bem como campanhas de prevenção, promoção de saúde e conscientização dos adolescentes e de seus familiares sobre o uso saudável da internet.

ADOLESCÊNCIA E COMPORTAMENTO SUICIDA

O comportamento suicida é distinguido em três categorias: a ideação suicida, que pode ser sinalizado por meios verbais ou não; o planejamento e tentativa de suicídio e, por fim, a consumação do suicídio. O suicídio é um problema de saúde pública mundial e a segunda maior causa de morte entre jovens de 10 a 24 anos. A nível mundial, o suicídio é a terceira causa de morte dos adolescentes. Porém, as estatísticas são subestimadas e falhas, principalmente em relação a esta fase, cujos atos são escondidos pela família (BORGES e WERLANG, 2006; BRAGA e DELL'AGLIO, 2013).

Segundo Santana et al. (2015), o aumento no número de casos de suicídio registrados nos últimos anos foi o fator decisivo para torná-lo um problema de saúde pública. Isso tem chamado atenção para o tema, trazendo maior visibilidade para a compreensão e prevenção do suicídio.

De acordo com estimativas da OMS apud Braga e Dell'Aglio (2013), os casos de tentativas de suicídio são 20 vezes maiores que os casos de suicídio consumado e supõe-se que a cada uma tentativa registrada de maneira oficial, existem outras quatro não notificadas. Quanto ao gênero é observado que as tentativas de suicídio são maiores nas meninas e o suicídio consumado mais frequente nos meninos, visto que eles utilizam de meios mais violentos. Supõe-se que essa diferença na escolha dos meios para cometer o suicídio tenha influência social, já que a sociedade é mais permissiva com a agressividade masculina e espera delicadeza das meninas (BRAGA e DELL'AGLIO, 2013).

Nenhum fator isolado é suficiente para explicar o porquê de uma pessoa tirar a própria vida. O comportamento suicida é um fenômeno complexo e multidimensional, influenciado pela relação entre fatores ambientais, sociais, fisiológicos, genéticos, biológicos, psicológicos, culturais e pessoais. Quanto maior a presença de aspectos negativos presentes nesses fatores, maior a probabilidade do comportamento suicida se manifestar (CABRAL, 2015; SANTANA et al., 2015; CLAUMANN et al., 2018).

A autodestruição, para Durkheim apud Santana et al. (2015), surge da desarmonia entre o indivíduo e o seu meio social. É através da sociedade que o ser humano aprende as normas e formas de conduta, alcançando satisfação

quando corresponde adequadamente a elas. Porém, não conseguir, pode gerar sentimento de impotência e até ocasionar o suicídio como uma forma de escape. É necessário ampliar a visão, compreendendo que na realidade o sujeito não quer morrer, mas vê a morte como a única solução possível para resolver seus problemas e acabar com o seu sofrimento (OLIVEIRA, AMANCIO e SAMPAIO, 2001; SANTANA et al., 2015).

A partir de diversas pesquisas, Cabral (2015) destaca diversos fatores de risco para o suicídio, dentre eles o desamparo, estar exposto a violências, transtornos, histórico de suicídio na família, estresse, conflitos, isolamento, problemas no processo de aprender, na saúde, circunstâncias econômicas, familiares, escolares, sociais, internas e emocionais.

É comum adolescentes que tentam o suicídio possuírem sentimentos de solidão, relatam sentir falta de ter amigos e não possuir ninguém para compartilhar suas experiências e tristezas, dessa forma, maior propensão a problemas emocionais e comportamentais. Um numeroso caso de adolescentes com depressão e ideação suicida pensam que são capazes de resolver os problemas sem ajuda, mas isso é um indicativo de um pedido de ajuda diante a um sofrimento acentuado (CILP, CLYMAN e CULP apud BORGES e WERLANG, 2006; DUTRA apud BRAGA e DELL'AGLIO, 2013).

Adolescentes apresentam uma vulnerabilidade maior à ideação suicida quando se identificam com alguma pessoa que tenha cometido tentativa ou consumação do suicídio e até mesmo um famoso. A isto se dá o nome de suicídio contagioso, um comportamento de imitação ou contágio. Então conhecer alguém com comportamento suicida se caracteriza como um fator de risco, visto que houve diferenças estatisticamente relevantes entre adolescentes que conheciam um suicida e tentaram o suicídio e outros que não conheciam e não tentaram (BORGES e WERLANG, 2006; CABRAL, 2015).

A autolesão se refere a um comportamento em que há intenção de ferir o próprio corpo, sem intenção consciente de suicídio e sem oferecer risco para o outro. As formas mais comuns de autolesão são realizar cortes externos na pele, arranhar-se, morder-se, queimar-se, bater alguma parte do corpo contra a parede e enfiar materiais perfurocortantes no corpo. As feridas causadas são frequentemente escondidas. Esse ato procura oferecer alívio a um sofrimento

psicológico, substituindo uma dor psíquica intensa por uma dor física (LEVENKRON apud OLIVEIRA, AMANCIO e SAMPAIO, 2001; BRAGA e DELL'AGLIO, 2013).

Outro fator de risco é o bullying, uma forma de violência podendo ser de cunho físico, psicológico ou verbal, muitas vezes ocorrendo de forma silenciosa. Verifica-se até mesmo nas famílias, mas o local mais arriscado é a escola. Os envolvidos são classificados em: autores, os que praticam a violência; vítimas ou alvos a quem a violência é dirigida; e as testemunhas. O bullying pode provocar na vítima sentimentos de medo, angústia, insegurança, baixa autoestima, depressão, queda no rendimento escolar e até mesmo o suicídio (BARBOSA et al., 2016).

Para Borges e Werlang (2006) o suicídio, especialmente na adolescência, é uma morte prematura e pode ser evitada se houverem ações preventivas nos contextos de convivência do adolescente, como escola, família, meios de comunicação e na comunidade. Assim, os jovens teriam o suporte necessário para um desenvolvimento saudável.

A OMS apud Cabral (2015) destaca fatores protetores ao suicídio como relações interpessoais positivas; de confiança; apoio das pessoas, incluindo as que são importantes ou de referência; buscar ajuda; valorizar-se; boa comunicação; boa alimentação e sono; praticar atividade física; experienciar e aprender novas coisas. Para a OMS apud Braga e Dell'Aglio (2013), são estratégias preventivas eficientes: restringir o acesso aos meios de consumir o suicídio; identificação e tratamento de transtornos psicológicos; tratamento do abuso de substâncias; melhoria no acesso aos serviços sociais e de saúde.

Como apontado por Abreu, Lima, Kohlrausch e Soares apud Cabral (2015), adolescentes que pertencem às famílias com bons relacionamentos entre si possuem menor probabilidade de se envolverem com comportamentos suicidas. Nas últimas décadas, ocorreu uma pluralização do significado de família, mas apesar de toda a diversidade nos arranjos familiares, esta continua sendo uma instituição com grande importância para o desenvolvimento sadio dos indivíduos (BRAGA e DELL'AGLIO, 2013).

Para Cabral (2015), uma pessoa que se mostra aberta e preocupada em perguntar a respeito do suicídio para alguém vulnerável, permitirá que esse

alguém exponha sua dor ao falar. Ao perceber esse cuidado do outro a respeito de si, a pessoa com pensamentos suicidas se sente menos só e mais amparada. Portanto, falar sobre as ideações de morte pode servir como fator de proteção.

INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO COMPORTAMENTO SUICIDA ADOLESCENTE

As mídias digitais, são formas atuais de comunicação através de equipamentos eletrônicos que se conectam em rede (ANDRADE et al., 2020). Os jovens representam a maior parcela de usuários da internet e o fato de estarem em desenvolvimento cognitivo e em construção da personalidade, torna-se preocupante. Dados confirmam que têm ocorrido um aumento constante de doença mental em crianças e adolescentes, em parte devido à inserção da internet, visto que esta pode atuar como potencializadora dos atos benéficos, mas também dos nocivos (SIQUEIRA e VARGAS, 2019).

Pesquisadores concluíram que as notícias de suicídio veiculadas na mídia podem exercer influência sobre pessoas vulneráveis, ainda mais quando elas possuem conhecidos que passaram pela mesma situação, associando o suicídio como uma forma de resolver conflitos, o que acaba tornando o comportamento suicida transgeracional (BRAGA e DELL'AGLIO, 2013).

O principal motivo que leva adolescentes a estarem em rede é o desejo por estar em troca com outras pessoas e realizar amizades. As tecnologias podem servir como grandes auxiliadoras para que o adolescente em sofrimento psíquico constitua uma rede de convivência. Os dispositivos digitais são espaços de autoria e inclusão digital para as pessoas, trata-se de um espaço onde ocorrem vivências individuais e coletivas, transmitindo o sentimento de pertencimento ao mundo e de construção do eu, através da produção como um meio de se expressar e comunicar com o mundo (ANDRADE et al., 2020).

A internet é um dos meios onde são disseminadas representações sociais a respeito do suicídio, ou seja, informações falsas que são propagadas (GOMESVALÉRIO et al., 2018). Segundo Siqueira e Vargas (2019), durante o período que crianças e adolescentes ficam conectados, estão expostos à conteúdos inadequados que induzem à comportamentos prejudiciais, como a autolesão e a tentativa de suicídio. Através de séries, jogos, livros, filmes e grupos

em redes sociais, como Facebook e WhatsApp, tem-se compartilhado e incentivado o ato suicida (SALESIANO e SOUZA, 2019).

Conforme Figueiredo (2015), as redes sociais proporcionam aos indivíduos diferentes modos de se relacionar e são pouco reguladas. Com um possível anonimato, pessoas se sentem no direito de realizar atos cruéis e imprudentes, sem se importar com as consequências que trará ao outro, pois creem que não serão punidos. Assim, criminosos colocam em risco a saúde física e mental dos jovens. Em vários estados brasileiros a polícia civil investiga grupos virtuais de incentivo ao suicídio. Os membros desses grupos encorajam uns aos outros sobre como dar fim à vida de modo eficaz (SIQUEIRA e VARGAS, 2019; SALESIANO e SOUZA, 2019).

O suicídio de adolescentes ganhou evidência recentemente por conta do “Desafio da Baleia Azul”, a pessoa recebe 50 desafios, que incluem autolesão, assistir filmes psicodélicos e por fim tirar a própria vida. A cada etapa cumprida, é preciso comprovar com publicações subliminares nas redes sociais. Outro desafio é o “desafio da Momo”, um número desconhecido envia mensagens com desafios que envolvem enforcamento e asfixia. As crianças e adolescentes são expostas à conteúdos inadequados de violência, assim como podem ocorrer instalações de vírus e extorsões financeiras. Em ambos os desafios, houve casos de suicídio infanto-juvenil no Brasil e ameaças (HERGESEL, 2017; SALESIANO e SOUZA, 2019).

No âmbito do audiovisual, cabe ressaltar a série “13 Reasons Why” lançada em 2017 pela plataforma virtual Netflix. A série teve grande repercussão por abordar temas como bullying, compartilhamento de fotos íntimas, isolamento e suicídio. Muitos adolescentes se identificaram com os problemas enfrentados pela personagem principal e as opiniões foram controversas. Ao mesmo tempo que aumentou significativamente a busca dos jovens por ajuda, psicólogos e psiquiatras alertaram sobre o risco de a série ser um gatilho para pessoas já abaladas, devido a forma como o suicídio foi abordado (HERGESEL, 2017).

Outro perigo à saúde mental dos adolescentes que ganhou uma nova vertente através da tecnologia foi o bullying. O chamado cyberbullying ocorre quando o agressor usa as mídias digitais para humilhar, intimidar e ameaçar a vítima. É uma forma mais complexa de bullying que pode ser a continuação do

presencial ou não. No bullying virtual muitas vezes não é possível identificar o agressor, que se esconde no anonimato e atinge a vítima a qualquer instante. O número de observadores virtuais ultrapassa os presenciais, visto que na internet qualquer conteúdo pode se tornar viral (ARAÚJO e CALDEIRA, 2018).

Utilizando a tecnologia como aliada é possível aproximar afetos quando se é necessário o distanciamento físico. O adolescente encontra o apoio de pessoas com quem se identifica e pode compartilhar suas vivências. No entanto, acredita-se que os adolescentes estejam fazendo um uso abusivo da internet no período de pandemia da COVID-19. Para evitar o uso nocivo das redes o melhor caminho é a educação digital, sendo de suma importância que pais, educadores, profissionais e comunidade orientem desde cedo a respeito de como lidar e se proteger diante de possíveis ameaças virtuais. Esta medida está intimamente ligada à prevenção e promoção de saúde mental nos adolescentes (SIQUEIRA e VARGAS, 2019; ANDRADE et al., 2020).

CONCEITOS JUNGUIANOS

O inconsciente pessoal abarca as experiências da vida que deixaram de fazer parte da memória consciente e se tornaram um conglomerado de ideias relacionadas chamadas de complexos, em sua maioria gerados na história única do indivíduo. Também existem complexos coletivos, que podem ser considerados conteúdo do inconsciente cultural, que o sujeito se apropria e é influenciado por eles. Já o inconsciente coletivo, é uma parte da psique em uma camada mais profunda, constituída de conteúdos herdados de raízes ancestrais, e considerado um segundo sistema psíquico da pessoa (SILVEIRA, 1981; STEIN, 2006; JUNG, 2014).

Os conteúdos físicos do inconsciente coletivo são recebidos e repassados de uma geração para a próxima como potencial psíquico, que é responsável pelos mitos, lendas e crenças religiosas. Uma tendência inata dos humanos a reagirem de maneira específica quando suas experiências ativarem uma resposta biologicamente herdada. Sendo assim, pensamentos, emoções e ações de uma pessoa são influenciados pelos conteúdos do inconsciente coletivo que estão sempre em movimento (FEIST, FEIST e ROBERTS, 2015).

Silveira (1981) elucida esse conceito afirmando que da mesma maneira que o corpo humano possui uma anatomia igual a despeito de todas as diferenças culturais e raciais, a psique também possui uma substância comum que é o inconsciente coletivo, uma herança que transcende as mais diversas diferenças culturais e atitudes conscientes. Nessa esteira, Jung (2014) denominou os conteúdos presentes no inconsciente coletivo de arquétipos. Que podem ser vistos como imagens arcaicas carregadas de emoção oriundas das experiências repetidas dos primeiros ancestrais humanos.

O conteúdo arquetípico é inconsciente na sua essência, mas ele se modifica através de sua conscientização e percepção, sendo alterado de acordo com a consciência individual ou experiência pessoal manifesta (JUNG, 2014). Dessa forma, só após ser ativado é que ele penetra na esfera do consciente (JACOBI, 2016).

A Persona é um arquétipo imprescindível para a compreensão da análise psíquica, um sistema complexo do comportamento ditado pela sociedade e pelos anseios que as pessoas alimentam de si mesmas. É prático e necessário para explicar as relações interpessoais. Significa a máscara desenvolvida nas interações do indivíduo com o ambiente, pode ser latente e inconsciente, mas atua em busca de assegurar a sobrevivência e a adaptação ao meio. Pode ser o resultado das exigências sociais e fruto de um compromisso do que a pessoa gostaria de ser ou parecer (STEIN, 2006).

Dentre os arquétipos que se caracterizam mais nitidamente e com frequência influenciam ou perturbam o eu, encontra-se a sombra. Não tem como a evitar, todo ego tem uma e é o oposto daquilo que se tenta mostrar para os outros. Na parte interna e sombria, onde está aquilo que é rejeitado na consciência, que foi deixada de lado, a parte primitiva, que o sujeito procura esconder de si e das pessoas e que por ser inconsciente é projetada no outro. Logo, quando um indivíduo se sente incomodado por alguém, é provável que esse alguém represente um aspecto de sua sombra (STEIN, 2006).

Todo ser humano possui esse lado oculto e sombrio ligado aquilo que a consciência e a persona interpretam como inadequado, como fantasias e sentimentos proibidos, ou seja, o que o Ego sente como indesejado. Porém, a sombra não é feita só de conteúdos negativos. Ela pode ter uma característica

criativa e representar aquilo que o sujeito nunca ousou desenvolver ou reluta em enfrentar, de forma que vê-la no outro constitui uma espécie de lembrança dolorosa para o Ego, que nega de imediato, pois são qualidades que ele vê não pertencentes ao indivíduo (ZWEIGE e ABRAMS, 2012).

O Arquétipo da morte é outro arquétipo relevante para este estudo, ele aparece desde o nascimento e continua durante a vida e age em transformação de maneira simbólica e particular. É necessário compreender os aspectos que o envolve, as fantasias presentes, os conteúdos sombrios que contém, a relação que a pessoa tem com esse arquétipo e como ele se apresenta. Ao longo da vida a morte como um símbolo pode ir para o campo do questionamento, trabalhando o seu significado e o transformando (OLIVEIRA, 2012; SENA e FRANCO, 2017).

Existe também o processo de individuação, que colabora para o sujeito estar mais perto de si mesmo. Tal processo tem a ver com o “todo” psicológico, que surge a partir do conflito entre o consciente e inconsciente, é caracterizado como um processo de transformação, envolve os conteúdos da personalidade e a manifestação dos conceitos supracitados. Tal processo também procura unificar a personalidade e opostos, tendo como objetivo a manifestação do arquétipo do “si-mesmo”. Não se dá de maneira simples, mas desenvolvimental, com robustez e reflexões (STEIN, 2006; JUNG, 2014; SENA e FRANCO, 2017; VAZ e VAZ, 2019).

METODOLOGIA

A pesquisa foi de natureza básica, que visa promover conhecimentos novos e acrescentar para o avanço científico, sem abarcar a questão prática (PRODANOV e FREITAS, 2013). O objetivo do estudo consistiu na pesquisa exploratória que, de acordo com Gil (2002), possui a finalidade de aprimoração dos pensamentos e consideração de diferentes aspectos relacionados com o tema estudado.

O tipo da pesquisa foi bibliográfica, baseada em materiais existentes, o que possibilita maior acesso ao conteúdo (GIL, 2002). O problema foi de abordagem qualitativa, que segundo Gil (2002), refere-se a uma abordagem que reúne informações com o objetivo de análise e interpretação dos dados a fim de obter uma compreensão ampla acerca do tema.

Os dados que fundamentaram este estudo foram pesquisados em artigos científicos, revistas, tese de doutorado, congressos, anais e livros utilizando como descritores os termos: suicídio, comportamento suicida, adolescência, redes sociais, internet, mídia, psicologia analítica. A prioridade foi selecionar artigos relacionados ao campo da psicologia, com base na análise de conteúdo, que pretende avaliar o conteúdo e compreender o sentido do texto (CAREGNATO e MUTTI, 2006). As obras foram selecionadas a partir da leitura sistemática, com critérios de inclusão e exclusão, primeiro lidos resumos, somente os encontrados na língua portuguesa atendendo aos objetivos, eram lidos na íntegra, feito fichamentos, análise e escrita final.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Esse estudo apontou que a mídia pode apresentar-se como um fator de proteção, pois ações preventivas em meios de comunicação podem colaborar para um desenvolvimento saudável do jovem e diminuir a probabilidade de uma tentativa de suicídio. As tecnologias também são vistas como grandes aliadas, por serem um meio de contato com outras pessoas e podem ajudar um adolescente em sofrimento, aproximando afetos e oferecendo um ambiente de apoio (BORGES e WERLANG, 2006; ANDRADE et al., 2020).

A mídia também pode ser um fator de risco devido a sua capacidade em disseminar informações, inclusive informações falsas. Na adolescência pode ocorrer a exposição a conteúdos que colaborem para o suicídio e autolesão, bem como o compartilhamento de informações adoecedoras (GOMES-VALÉRIO et al., 2018; SALESIANO e SOUZA, 2019). Na internet, em especial, pode ocorrer o anonimato, a veiculação de desafios relacionados ao suicídio e a prática de violências como o cyberbullying (HERGESEL, 2017; ARAÚJO e CALDEIRA, 2018).

A partir disso foi possível identificar o conceito de sombra nesses aspectos midiáticos relacionados ao comportamento suicida, já que o indivíduo procura esconder a sombra. Iniciando pelo cyberbullying, um tipo de violência virtual, o agressor pode não se identificar e atacar o outro, expressando parte de sua sombra, o que lhe incomoda no outro pode ser o que incomoda em si mesmo. Outro ponto é a autolesão, feridas no próprio corpo que o indivíduo procura esconder, uma maneira de aliviar o sofrimento emocional, transferindo-o para a dor física. Tais práticas podem causar sofrimento (OLIVEIRA, AMANCIO e SAMPAIO, 2001; STEIN, 2006; ZWEIGE e ABRAMS, 2012; ARAÚJO e CALDEIRA, 2018;).

Reconhecendo-se que a mídia pode influenciar na fase da adolescência, percebe-se também a expressão da Persona ao notar conflitos interpessoais, influência sociocultural, a tentativa de sobrevivência e alívio e a expressão de si mesmo e comunicação com o mundo. O adolescente considera a opinião do outro e neste período permeado por incertezas podem surgir conflitos, angústias, comportamentos agressivos e suicidas. A busca por alívio da dor se encontra presente por meio da ideação, tentativa e suicídio consumado. O conflito entre o que é cobrado e o que a personalidade apresenta é visto nas diferentes situações (STEIN, 2006; BORGES e WERLANG, 2006; BARROS, PICHELLI e RIBEIRO, 2017; ANDRADE et al., 2020).

Para Santana et al. (2015), é necessário ampliar a visão, compreendendo que na realidade o sujeito não quer morrer, mas vê a morte como a única solução possível para resolver seus problemas e acabar com o seu sofrimento. Nessa esteira, a psicologia analítica compreende os desejos suicidas pela via da representação simbólica, subjetiva da psique do indivíduo que sofre e vê nas tentativas de suicídio a possibilidade de dar um novo sentido à vida. O morrer e o significado da morte devem ser trabalhados e dessa forma, a morte deve ser uma aliada na busca reflexiva que o paciente almeja por si mesmo e o contexto que está vivendo (OLIVEIRA, 2012; SENA e FRANCO, 2017).

Destarte, o psicólogo o conduzirá a ampliar sua visão para outras saídas que não sejam a morte física, e através de uma perspectiva simbólica, procurar entender junto com o seu paciente: o que nele está precisando morrer, ou quem nele precisa morrer? Entendendo que o arquétipo da morte se faz presente e

atravessa todo o curso do ciclo de vida a transformando de modo simbólico e subjetivo, é possível que se descubra a necessidade de morrer de alguns pontos conflituosos da existência que possivelmente representará um tipo de renascimento (OLIVEIRA, 2012; SENA e FRANCO, 2017).

Nessa toada, Cabral (2015), destacou que problemas familiares, escolares, sociais, estresse e conflitos, podem ser vistos como pontos conflituosos na vida dos adolescentes. E quando num processo psicoterapêutico a representação dessa morte passa a ser entendida, a transformação poderá acontecer, dando início ao processo de individuação, onde o sujeito passa a estar mais perto de si mesmo, tornando-se gradativamente diferente de sua persona, reconhecendo sua sombra e compreendendo nesse conflito um fator promotor do amadurecimento da própria personalidade (JUNG, 2014; SENA e FRANCO, 2017; VAZ e VAZ, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na literatura utilizada para a construção deste artigo, constatouse que o suicídio é um problema de saúde pública e tornou-se especialmente preocupante na fase da adolescência devido ao aumento do número de casos de tentativas e consumação do ato nessa população. Uma das razões para o suicídio adolescente ser uma preocupação, encontra-se no fato de que esta é uma fase permeada por mudanças e afetos intensos onde o indivíduo constrói sua noção de eu no mundo. Essa construção é afetada por aspectos psicológicos, biológicos e sociais, que quando apresentam fatores de risco podem influenciar no comportamento suicida.

Nesse sentido, é fundamental ter estudos que busquem compreender como os adolescentes são afetados pelos contextos a quais estão expostos. Um destes contextos são as mídias, que incluem a internet, redes sociais, filmes, séries, entre outros. A tecnologia tem crescido e o seu consumo também, especialmente na população mais jovem que já nasce inserida nesse âmbito. Portanto, é preciso compreender como o uso da internet pode ter relação com o suicídio.

De acordo com os conceitos Junguianos, a tentativa de esconder a sua sombra pode se manifestar nas redes sociais quando um sujeito utiliza o anonimato para praticar o cyberbullying, atacando no outro aspectos que muitas

vezes o incomoda em si mesmo. A sombra é percebida também quando o adolescente com comportamento suicida tenta esconder suas ideias de morte e autolesões. Percebe-se a Persona quando há um conflito entre o que é esperado do adolescente e o que ele realmente é, provocando sofrimento para ele. A representação simbólica e o arquétipo da morte precisam ser levados em conta para que se compreenda o que realmente precisa morrer e o que precisa renascer na vida dessa pessoa em sofrimento.

Concluiu-se por fim, que em relação ao comportamento suicida, a mídia pode servir tanto como fator de risco, como também fator de proteção, dependendo da forma como é utilizada e dos conteúdos consumidos pelo adolescente. Torna-se um fator de risco quando o adolescente é exposto às violências virtuais, páginas e desafios de incentivo ao suicídio e produções cinematográficas produzidas de maneira inconsequente, assim como notícias de suicídio abordadas de maneira errônea. Torna-se um fator de proteção quando permite ao adolescente encontrar uma rede de apoio online, quando se tem acesso a informações benéficas e preventivas e ao encontrar conteúdos que incentivem e ofereçam ajuda psicológica.

Diante do exposto, ressalta-se a importância de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema e a conscientização das pessoas a respeito dos benefícios e malefícios das diversas mídias sobre o adolescente, especialmente a respeito daqueles que possuem mais vulnerabilidades ao comportamento suicida. Por ser difícil haver um controle totalmente eficaz da internet que evite conteúdos de risco, a educação digital para a população geral se faz necessária para que crianças e adolescentes saibam identificar os perigos e os pais e professores também estejam atentos ao que está sendo acessado por seus alunos e filhos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lorena et al. A utilização das redes sociais digitais no cuidado psicossocial infantojuvenil, diante da pandemia por Covid-19. **Health Residencies Journal-HRJ**, v. 1, n. 2, p. 44-61, 2020. Disponível em: < <https://escsresidencias.emnuvens.com.br/hrj/article/view/12> >. Acesso em: 8 de setembro de 2020.

ARAÚJO, João Diogo Oliveira; CALDEIRA, Maria do Rosário. Bullying e Cyberbullying: ameaça ao bem-estar físico e mental dos adolescentes. **AdolesCiência**: Revista Júnior de Investigação, v. 5, n. 1, p. 6-11, 2018. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/18191>>. Acesso em: 8 de setembro de 2020.

BARBOSA, Ana Karoline Lôbo et al. Bullying e sua relação com o suicídio na adolescência. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 10, n. 31, p. 202-220, 2016. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/501/667>> Acesso em: 13 maio 2020.

BARROS, Paula Danielly Queiroz de; PICHELLI, Ana Alayde Werba Saldanha; RIBEIRO, Karla Carolina Silveira. Associação entre o consumo de drogas e a ideação suicida em adolescentes. **Mental**, Barbacena, v. 11, n. 21, p. 304-320, dez. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167944272017000200002&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 13 maio 2020.

BORGES, Vivian Roxo; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 a 19 anos. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 11, n. 3, p. 345-351, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2006000300012&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 29 Mar. 2020.

BRAGA, Luiza de Lima; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Suicídio na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero. **Contextos Clínicos**, v. 6, n. 1, p. 2-14, 2013. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/ctc.2013.61.01/1533>> Acesso em: 29 Mar. 2020.

BRAS, Marta; JESUS, Saul; CARMO, Cláudia. Fatores psicológicos de risco e protetores associados à ideação Suicida em Adolescentes. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 17, n. 2, p. 132-149, set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164500862016000200003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 13 maio 2020.

CABRAL, Catarina Alexandra Abrunhosa. **Representações sociais do suicídio na adolescência**. Dissertação (Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco) – Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação de Viseu, Viseu, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/2990/1/Projeto%20Catarina%20Cabal%20n%c2%ba8701.pdf>> Acesso em: 13 maio 2020.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 jun. 2020.

CLAUMANN, Gaia Salvador et al. Prevalência de pensamentos e comportamentos suicidas e associação com a insatisfação corporal em adolescentes. **J Bras Psiquiatr**, v. 67, n. 1, p. 3-9, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Gaia_Claumann/publication/324522704_Prevalencia_de_pensamentos_e_comportamentos_suicidas_e_associacao_com_a_insatisfacao_corporal_em_adolescentes/links/5add1228458515c60f5f2e2c/Prevalencia-de-pensamentos-e-comportamentos-suicidas-e-associacao-com-ainsatisfacao-corporal-em-adolescentes.pdf> Acesso em: 13 maio 2020.

FEIST, J.; FEIST, G., J.; ROBERTS, T. **Teorias da personalidade**. 8ª edição. Tradução: Sandra Maria Mallmann da Rosa. Porto Alegre AMGH, 2015.

FIGUEIREDO, Felícia. Redes Sociais: Um suporte para a prática do selfcyberbullying. **Educ Soc Cult [Internet]**, v. 44, p. 107-29, 2015. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Maria_Figueiredo12/publication/284452174_RedessociaisUmSuporteParaaPraticaDoSelfCyberbullyingSocialNetworksAsupportforthepracticeofselfcyberbullying/links/57e845ed08ae9e5e4558c726/Redes-sociais-Um-suportepara-a-pratica-do-self-cyberbullying-Social-networks-A-support-for-the-practiceof-self-cyberbullying.pdf>. Acesso em 8 de setembro de 2020.

FONSECA, Paulo Henrique Nogueira da et al. Autolesão sem intenção suicida entre adolescentes. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 246-258, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672018000300017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 abr. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES-VALÉRIO, Juliana Oliveira et al. Análise de Comentários na Internet como Objeto de Estudo da Representação Social do Suicídio. **Journal of Health Connections**, v. 6, n. 5, 2018. Disponível em: <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/journalhc/article/viewArticle/5360>>. Acesso em: 8 de setembro de 2020.

HERGESEL, João Paulo. Adolescentes suicidas e sua representação no audiovisual: um diálogo entre a ficção seriada e a saúde mental. In: XI ENCONTRO DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E CULTURA E I ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E CULTURA: COMUNICAÇÃO E LITERATURA, 2017, Sorocaba. **Anais [...]**. Uniso: Sorocaba, 2017. v. 1. p. 456-469. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/55262570/_ANAIS__Epecom.pdf?1513015142=&response-contentdisposition=inline%3B+filename%3DAdolescentes_suicidas_e_sua_representac
a.pdf&Expires=1603223514&Signature=hLZLAHf~NJR55yRkJegfSnSvJ5YQMA

2cPEZJxdqFwLsnJ3O1pTli8KGSDZoC8i6FwR3si5~eT7GzJg7VJDpNQ0tRtcH4
 D3qsxcgE7IFgUu4Qd5MVI4qYUrr2ntEzZFqAv-
 j7YFIsbsRPv6xJYcGTvoR~uAIII1V0kqv0O34YAg9g3nM9bpav2epnw3FDm3sql4
 5fnWgp52ozHOU2f6UX1pofJuJFP3BoSOXwzlk-Vkt-VqU-
 j0T2KbqchxmGKKkTebiThFJFA7FfCxzBLMm3~TH5vPGxfvGh5gOe1LEhh1cyCs
 AgHGc~yVx37dgecGsddbvlLxdwaBQQyWS6BOboyw__&Key-Pair-
 Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 8 de setembro de 2020.

JACOBI, Jolande. **Complexo, arquétipo, símbolo na psicologia de C. G. Jung**. Petrópolis: Vozes, 2016.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Tradução de Maria Luíza Appy e Dora Mariana R. Ferreira da Silva. 11. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Abílio; AMANCIO, Lígia; SAMPAIO, Daniel. Arriscar morrer para sobreviver: olhar sobre o suicídio adolescente. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 19, n. 4, p. 509-521, out. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087082312001000400003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 29 mar. 2020.

OLIVEIRA, Santana Rodrigues de. O suicídio e os apelos da alma: reflexões sobre o suicídio na clínica junguiana com pacientes adolescentes. **O Mundo da Saúde**, v. 36, n. 1, p. 103-110, 2012. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mis-36678>> Acesso em: 30 set 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. E-book. ISBN 978-85-7717-158-3. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5bb1ad-1538f3aef538/Ebook%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SALESIANO, Centro Universitário Católico; SOUZA, Luciana Nogueira Bezerra. **O INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO E AUXÍLIO AO SUICÍDIO ATRAVÉS DAS MÍDIAS SOCIAIS**. 2019. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/62574.pdf>>. Acesso em: 8 de setembro de 2020.

SANTANA, Crisley Buqueroni et al. A história da morte no ocidente e o contexto social como fator de risco para o suicídio. **Rev. Ambiente acadêmico**, v. 1, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/04/revistaambiente-academico-edicao-2-artigo-3.pdf>> Acesso em: 13 maio 2020.

SENA, Tainá Santos de; FRANCO, Aicil. O suicídio no atendimento clínico Junguiano. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 6, n. 3, 2017. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v6i3.1566>> Acesso em: 30 set 2020.

SILVEIRA, N. **Jung: vida e obra**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SIQUEIRA, Letícia Seibel; VARGAS, Lenon Goulart de. O DIREITO À SAÚDE (MENTAL) DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O USO DAS TECNOLOGIAS UBÍQUAS. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: mídias e direitos da sociedade em rede, 5., 2019, Santa Maria. **Anais** [...]. Santa Maria: UFSM, 2019, p. 1-14. Disponível em <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/11.8.pdf>> Acesso em 28 de outubro de 2020.

STEIN, Murray. **Jung: o mapa da alma: uma introdução**. Tradução Álvaro Cabral. 5 Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

VAZ, Raphael do Amaral; VAZ, Wagner de Menezes. O processo de individuação dos estudantes universitários como manejo do comportamento suicida.

Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 14, n. 4, São João del-Rei, 2019.

Disponível em

<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e3404> Acesso em: 02 nov 2020.

ZWEIGE, Connie; ABRAMS, Jeremiah (Orgs). **Ao encontro da sombra: o potencial oculto do lado escuro da natureza humana**. Tradução Merle Scoss. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.

O PAPEL DO PSICÓLOGO JUNTO AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Arthur Henrique Braga e Lucca¹, Gabriella Guimarães Silvério¹ e Milena Santana Vidal¹

Geraldo Corrêa²

1- Acadêmicos do Curso de Psicologia

2- Orientador- especialista- Professor da Faculdade Multivix- Serra

RESUMO

A psicologia infantil possui grande importância no desenvolvimento pessoal, auxiliando na adaptação de mudanças sejam elas emocionais, ambientais ou físicas. É na fase infantil que o caráter e a formação da criança impactarão diretamente nas qualidades do adulto, estruturando o seu modo de compreender e se relacionar com o ambiente externo. O presente estudo tem como objetivo geral proporcionar o debate, que hoje se faz necessário referente as técnicas, orientações que devem ser utilizadas para que os atores desse processo, pais, profissionais, crianças, educadores possam em conjunto, atuarem para um bem comum, ajudando com a realização da inclusão e desenvolvimento das crianças que possuem o transtorno do espectro autista.

Palavras Chave: Autismo, Desenvolvimento Infantil, Psicologia Infantil, Inclusão, Tratamentos.

INTRODUÇÃO

Psicologia infantil é a ciência que estuda os processos cognitivos e comportamentais da criança. É na infância que se desenvolvem os aspectos mais importantes e primários, como a motricidade, cognição e aspectos socioemocionais.

O nascimento de cada criança representa um grande desafio para todos aqueles que se responsabilizam pelo seu cuidado e pela sua educação. Simultaneamente, representa a renovação das esperanças de homens e mulheres, pois nasce com ela uma nova oportunidade de alcançar a plena humanização do sujeito, com a consolidação de capacidades práticas, intelectuais e artísticas (Zaporóshetz, 1987) e de afetos constituídas na sua integração à vida social, as quais se expressam na sua forma singular de ser, de sentir e de agir. (BISSOLI, 2014, p.588)

A psicologia infantil trabalhará com o objetivo de auxiliar a criança na descoberta de si e do mundo. Através da psicoterapia é possível que a criança aprenda a expressar seus sentimentos e emoções, sendo assim, se desenvolvendo de forma mais saudável sem que haja modificações futuras.

Dentre as condições que afetam o desenvolvimento na infância, mencionam-se muitos casos relacionados ao autismo.

O Transtorno do Espectro Autista TEA tem se tornado um tema bastante discutido na atualidade. Na mídia já pode-se observar o aumento da frequência em que esse assunto é abordado mais abertamente, fazendo com que procurem atender às pessoas portadoras desse transtorno, que podem ter uma vida socialmente mais ativa e buscar que a comunidade onde vivem, os aceitem e respeitem.

O autismo é apresentado como uma anormalidade específica no desenvolvimento cerebral, sendo uma condição permanente, prejudicando a comunicação verbal e não verbal, o contato visual e sua capacidade de interagir com os demais no meio em que está inserido, comprometendo a imaginação com interesses restritos e estereotipados. Esse transtorno afeta o sistema nervoso e além disso “[...] apresenta grandes dificuldades no diagnóstico, uma vez que engloba, dentro dos conceitos atuais, várias doenças com diferentes quadros clínicos que têm como fator comum o sintoma autístico.” (SOUZA et al., 2004 p.25)

É importante entender que uma criança que possui o TEA, não é um problema só por apresentar diferenças das demais, mas um desafio para todos os

que estão envolvidos, como pais/responsáveis e profissionais de saúde e educação. Deste modo, a necessidade da presença de um profissional de Psicologia em casos desses tipos de transtornos, se dá devido a orientação na hora do diagnóstico, bem como instruir em relação as técnicas e atitudes a serem tomadas e passadas aos familiares para que não prejudique totalmente o desenvolvimento da criança enquanto um ser social e que possa ir de encontro com a necessidade de cada criança.

A presente pesquisa pretende discutir alguns aspectos que envolve a dinâmica da criança com o transtorno do espectro autista, compreender todo o processo até chegar ao diagnóstico, suas relações de inclusão social, os direcionamentos passados a família e como o profissional da psicologia pode trabalhar junto nesse processo de inclusão e adaptação, visto que cada caso tem sua particularidade e a notícia do diagnóstico pode influenciar de forma negativa no tratamento.

DESENVOLVIMENTO

A psicologia infantil estuda os processos de desenvolvimento da criança dentro de diversos aspectos e desafios encontrados durante o seu crescimento. Ela é capaz de auxiliar a criança com relação a desenvolver aspectos socioculturais, afetivos, e psicomotores, dentro de um ambiente seguro e acolhedor. A psicologia infantil, também auxilia os responsáveis reforçando a afetividade para que a mesma esteja ainda mais estimulada para enfrentar os desafios.

O campo científico tanto na área de saúde mental, quanto na área de desenvolvimento físico também é de responsabilidade da psicologia infantil, pois é ele que estuda as fases do desenvolvimento e os possíveis conflitos que podem surgir em cada fase. Identificando também os comportamentos esperados e inesperados do desenvolvimento.

Algumas vezes, é difícil compreender as fases do desenvolvimento infantil. O mundo da criança é imenso, mas não incompreensível. Sendo assim, é natural que os pais e responsáveis se sintam perdidos e encontrem dificuldades em lidar com os processos da criança. Essas dificuldades podem ser identificadas como, problemas escolares, desempenho de atividades, problemas de relacionamentos, comportamentos agressivos ou irritadiços, denominados como comportamentos

recorrentes. Ao contrário do adulto, a criança não consegue ter tanta clareza ao expressar suas emoções, em vista disso, é aí que entra o trabalho do psicólogo infantil.

É através da psicologia infantil, que os comportamentos da criança começam a ser compreendidos, nos quais são usadas estratégias de jogos e brincadeiras como formas lúdicas, para entender e explicar o que está ocorrendo no contexto geral. A psicologia permite a criança uma compreensão melhor do mundo, é uma maneira de lidar com tudo de uma forma mais segura e eficaz.

A Educação Infantil como etapa inicial da educação básica é de extrema importância para o desenvolvimento das habilidades que possibilitam a compreensão e interiorização do mundo humano pela criança. Nesse sentido é essencial proporcionar à criança atividades operacionais, cada uma específica para o período do desenvolvimento infantil, sendo elas: comunicação emocional direta, atividade objetual manipulatória, jogo de papéis, atividade de estudo, comunicação íntima pessoal e atividade profissional estudo, pois é a partir da interação com o meio, determinado por um ato intencional e dirigido do educador, que a criança aprende. Durante a Educação Infantil esse processo não pode ser diferente, pois o período até os 5 anos é a base para o desenvolvimento posterior. Neste sentido, durante a etapa da Educação Infantil o educador não pode se isentar do ato intencional de educar, devendo assim haver um equilíbrio entre o cuidar e o educar para que as crianças possam desenvolver todas as suas possibilidades e habilidades da forma mais integral possível. (SANTOS, 2019, p 8)

Além de contar com intervenções e métodos científicos para o atendimento clínico e possíveis diagnósticos de transtornos e comportamentos infantis, tendo como um deles o autismo.

É de extrema importância poder debater assuntos que hoje se faz necessário referente as técnicas e orientações que devem ser utilizadas para que os pais, profissionais, crianças e educadores possam ajudar com a realização da inclusão das crianças que possuem o transtorno do espectro autista.

Diante disto, é fundamental que antes de dar início a uma abordagem a respeito do Transtorno do Espectro Autista e a importância de um Psicólogo Infantil nesses casos, se faça um complemento sobre as primeiras questões surgidas acerca do autismo.

O Transtorno do Espectro Autista foi descrito inicialmente por Leo Kanner¹ (1943) e Hans Asperger² (1944), o primeiro identificou algumas falhas no desenvolvimento interpessoal de algumas crianças, onde constatou que as crianças possuem dificuldades de envolvimento em relações interpessoais, além do prejuízo na fala e sua não comunicação. Pode-se destacar que Kanner descreveu as características das crianças autistas como, obsessão em manter a rotina, não terem alterações físicas importantes, interesses por fotografias e rituais estereotipados. Em seguida, Asperger acrescenta características mais extensas do que as propostas por Kanner, como a dificuldade que essas crianças apresentam em fixar o olhar nas trocas sociais. (BOSA, 2002).

Bosa (2002) considera que tanto o autismo quanto a esquizofrenia comprometem o desenvolvimento no relacionamento interpessoal e estereotípias, onde no passado o autismo foi inserido na categoria de esquizofrenia, Kanner admite semelhanças entre as duas doenças, mas ainda assim defende a ideia de separação de ambas.

Existia uma grande controvérsia com relação ao autismo, e de acordo com Bosa (2002 p.28)

As primeiras edições da CID não fazem qualquer menção ao autismo. A oitava edição o traz como uma forma de esquizofrenia, e a nona agrupou como psicose infantil. A partir da década de 80, assiste-se a uma

verdadeira revolução paradigmática no conceito, sendo o autismo retirado da categoria de psicose no DSM-III e no DSM-III-R, bem como na CID-10, passando a fazer parte dos transtornos globais do desenvolvimento.

Os pais de crianças autistas começam a perceber os sintomas autísticos, quando a criança apresenta dificuldade na fala, não responde quando chamado pelo nome e assim surge a dúvida quanto à sua audição.

[...] Ao se abordar especificamente a criança com o Transtorno do Espectro Autista - TEA percebe-se com frequência, inúmeras crenças errôneas, de que indivíduos autistas, na sua grande maioria, apresentam enorme dificuldade para interagir socialmente e/ou sentir empatia pelos outros e ainda que, mesmo diante de atitudes facilitadoras, embasadas no processo da empatia ou demais intervenções comportamentais, tais indivíduos ainda continuem apresentando essa dificuldade, de maneira

¹ Leo Kanner, foi um psiquiatra austríaco radicado nos Estados Unidos. Em [1943](#) publicou a obra que associou seu nome ao [autismo](#): "Autistic disturbances of affective contact", na revista *Nervous Children*, número 2, páginas 217-250.

² Johann "Hans" Friedrich Karl Asperger, foi um [psiquiatra](#) e pesquisador [austríaco](#). A [Síndrome de Asperger](#) deve seu nome a ele.

significativa, mas na verdade esse ponto de vista ainda hoje é apresentado como estereótipo sem bases científicas e de caráter prático. (SANTOS, 2017, p.5)

De acordo com Obadia (2016), nos dias atuais, esse assunto vem tomando mais destaque dentre a população e despertado a atenção de pesquisadores e estudiosos, além de pessoas que não possuem nenhum tipo de conhecimento relacionado a este tema ou que não tenham casos desse transtorno na família, visto que algumas crianças que tem o TEA possuem características bem normais, mascarando os sintomas autísticos.

Um dos grandes problemas enfrentados por pais de crianças diagnosticadas com o transtorno autista é a carência de conhecimentos relativos ao que fazer, como procederem e auxiliarem o autista a ser capaz de lidar com a realidade ao seu redor. (OBADIA, 2016, p.34)

Muitos pais fechavam os olhos para esse diagnóstico por relacionar o autismo ao retardo mental, sendo assim rejeitava e não aceitava que o filho tivesse esse tipo de transtorno.

A exclusão social tem se tornado algo frequente dentre as famílias, e muitas vezes, independe da situação socioeconômica. Os diversos obstáculos acabam travando as portas de todos os tipos de famílias com um portador de autismo.

É importante ressaltar também que, normalmente, quando a notícia da deficiência é dada aos pais, a criança é encaminhada para os serviços médicos de genética ou de estimulação precoce, mas os pais não costumam ser encaminhados para lugar algum, a fim de receber atendimento psicológico. Além da dor, experimentam a solidão. Os grupos de apoio que existem são aqueles formados pelos próprios pais, na maioria leigos, não profissionais e que se dispõem a ajudar os outros que ainda não atravessaram o luto simbólico. (SERRA, 2010, p.43)

Deve-se garantir o direito dos portadores do transtorno, bem como se fazer possível um atendimento adequado a essas crianças, ignorando o sistema capitalista que considera que o portador de síndromes como esta, normalmente não são consumidoras, além de possuírem um custo alto ao estado.

É evidente que as pessoas com autismo possuem uma dificuldade maior em aprender e executar habilidades sociais, do que em relação as pessoas neurotípicas.

Torna-se claro as dificuldades que a criança com o Transtorno do Espectro Autista apresenta ao ser inserido na sociedade. As manifestações clínicas do TEA podem ser percebidas antes dos 36 meses de idade e conforme sua inserção social ela se torna mais perceptível.

[...] tanto o CID 10 quanto o DSM-IV estabelecem como critério para o transtorno autista o comprometimento em três áreas principais: alterações qualitativas das interações sociais recíprocas; modalidades de comunicação; interesses e atividades restritos, estereotipados e repetitivos (BOSA, 2002, p. 28-29)

Obadia (2016) diz que, os profissionais que lidam com esse tipo de transtorno, precisam compreender como se dá o desenvolvimento humano. E que entendemos como desenvolvimento, as mudanças que a pessoa sofre ao longo da vida de acordo com sua interação com o ambiente.

No processo de desenvolvimento, a criança passa respectivamente por algumas fases. Nas palavras de Ramalho (2000), segundo Jean Piaget, o desenvolvimento infantil ocorre por 4 fases, sendo assim, sensório motor, quando percebem que os movimentos geram ações, ocorrendo de 0 a 2 anos. Pré operatório, quando a criança adquire capacidade de processar informações, é nesta fase que se é armazenado pensamentos, memória, linguagens, tendo início dos 2 aos 7 anos de idade. Operatório concreto, 8 aos 12, caracterizada por pensamentos lógicos concretos. Operatório formal, a partir dos 12 anos, o raciocínio lógico se completa. São esses estágios que definem a maturação e desenvolvimento até a fase adulta do indivíduo, dessa maneira, alguns indivíduos sofrem quando há atrasos ou disfunções no desenvolvimento humano. O motivo pode ser denominado por diversas causas, algumas delas sendo genético, acidentes ou até mesmo a falta da afetividade.

Ainda não existe exame ou método que a medicina tenha chegado à conclusão de que confirme o diagnóstico de autismo. “[...] Em contrapartida, vários procedimentos devem ser tomados para análise da criança no decorrer de suas atividades diárias, no ambiente em que convive [...]” (OBADIA, 2016, p. 36)

As crianças com esse tipo de transtorno, necessitam de atenção especial, como por exemplo nas escolas, onde muitas ainda não estão preparadas para receber esses tipos de alunos.

As dificuldades aumentam quando se trata de alunos com autismo, que representam um desafio a ser enfrentado pelas escolas, pois é preciso lidar com questões que ultrapassam o aspecto pedagógico, considerando as dificuldades comportamentais, sociais e cognitivas. (ADURENS; VIEIRA, 2018)

A inserção da criança no âmbito escolar deve acontecer de forma a não distinguir as crianças com determinados graus de comprometimento social e

cognitivo, com o objetivo de diminuir o isolamento dessas crianças, o bullying sofrido por elas, preconceitos e assim ajudar na socialização de cada uma em ambientes comunitários.

Um professor tem obrigação de educar as crianças com esse tipo de demanda, mas pode enfrentar uma grande dificuldade nesse processo, visto que o ambiente tem uma metodologia específica que foi criada de forma padronizada, e ao se deparar com um autista, o professor pode não está apto para oferecer um ensino de qualidade e suprir as necessidades dessa criança.

A inclusão na escola deve considerar a importância de mostrar aos demais alunos, seja por contação de história, brincadeiras, participações da família, entre outros meios, a questão da diferença/diversidade, podendo esclarecer as dúvidas sobre as crianças que possuem alguma deficiência e que estão inseridas naquele grupo, fazendo com que eles consigam compreender e aceitar, levando essa atitude por toda a sua vida e acolhendo os diversos grupos diferenciados da sociedade. (CHICON et al. 2016 p.291)

É essencial acreditar nas habilidades e evolução da criança autista, ajudar na sua interação social e participar de brincadeiras ajudando a melhorar habilidades cognitivas, controlar suas emoções, estimular a motivação e ajudar a elevar sua autoestima.

As famílias que possuem algum caso de autismo, vivenciam muitos momentos de exclusão e acabam se preocupando com o futuro da criança. É de extrema importância e necessário que os pais recebam um acolhimento adequado depois do diagnóstico de TEA em um filho, facilitando o enfrentamento e a adaptação no decorrer do tratamento. Se tratando do TEA, os serviços de saúde no Brasil ainda são muito precários, onde o SUS e os convênios médicos, apresentam pouca disponibilidade no apoio ao portador do transtorno.

A suposta incurabilidade, o diagnóstico e o encaminhamento tardio, as terapias inadequadas, a não aceitação da família e da sociedade em que vive, torna a vida de quem possui um autista em casa desanimadora. Muitas vezes, a falta de informação e a ausência de profissionais qualificados para atuarem com os portadores da síndrome provocam inércia quanto ao seu tratamento e auxílio educacional, deixando a criança sem vida própria, abstendo-a dos estudos, dos esportes, de tratamento médico, psicológico e outros direitos e cuidados inerentes ao bem estar infantil. (OBADIA, 2016, p.34)

Quando se fala em autismo, as pessoas já logo fazem uma imagem pronta de como é uma criança com esse transtorno. O profissional é a pessoa ideal para instruir e direcionar a família a tudo que diz respeito a atual condição da criança, ajudando a amenizar esse momento que naturalmente acaba sendo doloroso, despertando sentimentos de medo, culpa, frustração entre outros.

Oferecer um acolhimento adequado aos pais cujo filho(a) teve diagnóstico do TEA é necessário e importante. Isso pode facilitar o enfrentamento do diagnóstico e permitir uma passagem mais rápida pelos estágios de luto, que constituem uma sequência relativamente previsível de fases. (MAIA et al., 2016)

É de suma importância que a família tenha contato com psicólogos e façam um tratamento também, objetivando um preparo e um equilíbrio emocional para conseguirem lidar com esse transtorno. É necessário reorganizar todo o tempo e rotina da família para darem suporte a criança, não esquecendo de separar um tempo para os interesses pessoais. Mesmo diante disto, muitas vezes ocorre uma sobrecarga maior em cima da mãe, onde elas abrem mão de tudo para se dedicar apenas ao filho.

Durante a gravidez, a família idealiza momentos divertidos com a criança, brincadeiras, as primeiras falas, os passeios, o futuro lindo e acessível. Não que todos esses planos não sejam possíveis de acontecer com uma criança autista, diante dos diversos níveis do transtorno, podem aparecer obstáculos aos quais dificultaria um pouco a realização desses planos.

O sentimento de frustração toma conta dos pais após receberem o diagnóstico, suas expectativas desaparecem devido aos sintomas que o autismo apresenta, como hipo e hiper atividade, agressividade, dificuldade no contato visual, gritos, autolesão, prestar pouca atenção, apresentar medo demasiado ou ausência de medo, impulsividade, interação diferente do padrão que eles estão acostumados a conviverem.

Estes sintomas podem ser apresentados mediante uma situação de estresse ou que cause desconforto. A resposta do autista a essas situações nem sempre é exagerada, muito pelo contrário, ele pode manifestar uma resposta nula ou excessiva, frente a novas situações em sua rotina ou a estímulos sensoriais que lhe gerem incômodo. (PAPIM; SANCHES 2013 p.23)

Devido a isso, a orientação de um psicólogo é necessária, pois ele dará informações, conhecimento e tratamento, de acordo com as características da doença. Esse processo, não excluirá os sintomas do autista, pois o transtorno não

tem cura, ele ajudará a lidarem e ampliarem o olhar diante do diagnóstico e de possíveis crises que possam vir a acontecer.

De acordo com Ellis (1996, apud SOUZA et al., 2004 p.25):

É fundamental que o psicólogo esteja atualizado com os trabalhos e pesquisas recentes relativos a sua especificidade para orientar a família, A sua sensibilidade diante da criança e do nível de comprometimento desta é importante para que ele saiba adequar propostas terapêuticas que realmente a beneficiem.

Muitos autistas possuem inteligência até superior do que o normal, porém, eles possuem dificuldade na organização das informações e assim poder aplicá-las.

Bosa (2006), afirma que antes de criarem grupos de apoios às famílias, deve-se atentar que cada família possui sua característica e demanda específica, e que cada membro tem sua visão e expectativa sobre a criança e sobre suas necessidades. Além de passar a informação e direcionar o que os pais devem fazer, é necessário mostrá-los como fazer.

Para ser possível chegar ao diagnóstico do TEA é necessário que o indivíduo apresente ao menos seis critérios conforme o DSM- IV- TR.

Dois dos seis critérios necessários são:

A- O transtorno não pode ser melhor explicado pelos transtornos de Rett e Desintegrativo da Infância;

B- Déficits com início antes dos três anos de idade.

Os outros quatro tendo, pelo menos dois em (1), um em (2) e um em (3).

1- Prejuízo na interação social:

- Prejuízo quase total de meios não verbais;
- Não desenvolvimento na relação com os pares da mesma idade;
- Falta de interesse em compartilhar prazer, interesses ou realizações com outras pessoas;
- Ausência de reciprocidade social e emocional.

2- Prejuízo da comunicação:

- Ausência ou retardo da linguagem falada;
 - Inabilidade para iniciar ou manter uma conversação;
 - Uso idiossincrático da linguagem;
 - Ausência de jogos ou brincadeiras apropriadas a idade.
- 3- Comportamento repetitivo e estereotipados;

- Interesses não comuns em intensidade e foco;
- Adesão inflexível a rotinas ou rituais específicos e não funcionais;
- Comportamentos motores estereotipados (ex: torcer ou agitar as mãos ou dedos);
- Preocupação persistente com partes de objetos.

Além do DSM- IV- TR, existe um outro manual para realizar o diagnóstico, é o CID- 10 (Classificação Internacional de Doenças).

Ele utiliza como critérios diagnósticos, sendo pelo menos 8 dos 16 citados satisfeitos:

A- Lesão marcante da interação social recíproca, manifestada por pelo menos três dos próximos cinco itens:

- 1- Dificuldade em usar adequadamente o contato ocular, expressão facial, gestos e postura corporal para lidar com a interação social.
- 2- Dificuldade no desenvolvimento de relações de companheirismo.
- 3- Raramente procura conforto ou afeição em outras pessoas em tempos de tensão ou ansiedade, e/ou oferece conforto ou afeição a outras pessoas que apresentem ansiedade ou infelicidade.
- 4- Ausência de compartilhamento de satisfação com relação a ter prazer com a felicidade de outras pessoas e/ou de procura espontânea em compartilhar suas próprias satisfações através de envolvimento com outras pessoas.
- 5- Falta de reciprocidade social e emocional.

B- Marcante lesão na Comunicação:

- 1- Ausência de uso social de quaisquer habilidades de linguagem existentes.
- 2- Diminuição de ações imaginativas e de imitação social.
- 3- Pouca sincronia e ausência de reciprocidade em diálogos.
- 4- Pouca flexibilidade na expressão de linguagem e relativa falta de criatividade e imaginação em processos mentais.
- 5- Ausência de resposta emocional a ações verbais e não-verbais de outras pessoas.
- 6- Pouca utilização das variações na cadência ou ênfase para refletir a modulação comunicativa.
- 7- Ausência de gestos para enfatizar ou facilitar a compreensão na comunicação oral.

C- Padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e atividades, manifestados por pelo menos dois dos próximos itens:

- 1- Obsessão por padrões estereotipados e restritos de interesse.
- 2- Apego específico a objetos incomuns.
- 3- Fidelidade aparentemente compulsiva a rotinas ou rituais não funcionais específicos.
- 4- Hábitos motores estereotipados e repetitivos.
- 5- Obsessão por elementos não funcionais ou objetos parciais do material de recreação.
- 6- Ansiedade com relação a mudanças em pequenos detalhes não funcionais do ambiente.

D- Anormalidades de desenvolvimento devem ter sido notadas nos primeiros três anos para que o diagnóstico seja feito.

Acredita-se que a intervenção precoce com as crianças autistas, traga muitos benefícios. Essa intervenção se diz respeito ao atendimento intensivo nos primeiros anos de vida.

Pode-se afirmar de acordo com um alerta da AMA³, que não existe um só

padrão, existem diversos graus para esse transtorno, a vista disso cada intervenção é baseada de acordo com a necessidade de cada criança. (MELLO, 2007 p.23)

“E, ainda, a especialidade da AMA não é apenas a intervenção em crianças com diagnóstico de autismo, mas também a intervenção em crianças com atrasos no desenvolvimento relacionados ao autismo.” (MELLO, 2007 p.23)

Dentre os tipos de intervenções mais utilizadas no tratamento de crianças com autismo, os mais usuais de acordo com Mello (2007) são os TEACCH⁴, ABA⁵, PECS⁶, além dos tratamentos psicoterapêuticos, fonoaudiólogos, musicoterapia, equoterapia, o brincar como intervenção lúdica, entre outros que não tem uma linha formal que os caracterize no tratamento do autismo, e que por outro lado

³ AMA- Associação de Amigos do Autista

⁴ TEACCH- Tratamento e educação para crianças com autismo e com distúrbios correlatos da comunicação

⁵ ABA- Análise aplicada do Comportamento

⁶ PECS- Sistema de Comunicação através da troca de figuras

depende diretamente da visão, dos objetivos e do bom senso do profissional que o aplica.

O TEACCH mais conhecido como tratamentos para crianças Autistas que possuem dificuldades com a comunicação, proporciona para a criança um ambiente estruturado levando em consideração a amplitude na clareza visual da criança e o quanto isso é considerado por ela. Esse método usufrui de uma avaliação chamada PER-R Perfil Educacional Revisado. Essa avaliação leva em consideração os pontos fortes e os seus grandes obstáculos, assim como o ABA, possibilitando uma intervenção de forma individual de acordo com a sua necessidade.

O TEACCH se baseia na organização do ambiente físico através de rotinas - organizadas em quadros, painéis ou agendas - e sistemas de trabalho, de forma a adaptar o ambiente para tornar mais fácil para a criança com- preendê-lo, assim como compreender o que se espera dela. Através da organização do ambiente e das tarefas da criança, o TEACCH visa desenvolver a independência da criança de modo que ela necessite do professor para o aprendizado, mas que possa também passar grande parte de seu tempo ocupando-se de forma independente. (MELLO, 2007 p. 36)

O ABA é a abordagem mais indicada atualmente para crianças que possui o TEA. Ela foca em trabalhar métodos comportamentais reforçando os comportamentos positivos, além de ser considerado o único que dispõe de

evidências científicas que comprova sua eficiência.

Nesse tratamento, a criança irá aprender habilidades que ela não possui. Essas habilidades são ensinadas de forma individual e por etapas. A criança aprende que as respostas adequadas geram consequências agradáveis.

A terapia ABA é a mais intensiva, e abrange a necessidade de cada indivíduo não só desenvolvendo habilidades que o mesmo ainda não possui, como diminuindo os comportamentos indesejados.

O PECS é um método criado para ser desenvolvido com indivíduos que possuem o TEA afim de auxiliar na comunicação deles. É uma ferramenta específica usada para pessoas que não se comunicam ou dispõe de baixa comunicação.

“O nome PECS significa “sistema de comunicação através da troca de figuras”, e sua implementação consiste, basicamente, na aplicação de uma seqüência de seis passos.” (MELLO, 2007 p.39)

O PECS é realizado através de imagens, que irão estimular a comunicação e diminuir problemas de conduta.

“Tem sido bem aceito em vários lugares do mundo, pois não demanda materiais complexos ou caros, é relativamente fácil de aprender, pode ser aplicado em qualquer lugar e quando bem aplicado apresenta resultados inquestionáveis na comunicação através de cartões em crianças que não falam, e na organização da linguagem verbal em crianças que falam, mas que precisam organizar esta linguagem.” (MELLO, 2007 p.39)

A musicoterapia entra como uma das formas de tratamentos terapêuticos, muito usada atualmente com crianças do Espectro Autista, a música passa a ser um método de intervenção por meio de eliciar emoções e desenvolver a capacidade da criança, englobando todo o processo cognitivo como, memória, planejamento, atenção dividida, entre outros.

De acordo com Kim et al. (2009, apud GATTINO, 2012 p.35-36)

Atualmente, o tratamento musicoterapêutico para indivíduos com TEA é aplicado em consultórios, hospitais, clínicas, centros terapêuticos, entre outros. Há um reconhecimento da atuação musicoterapêutica para esta população no que diz respeito ao estímulo da comunicação, da auto-expressão e da interação social.

A equoterapia também é incluída como uma das formas de tratamento terapêuticas que pode melhorar a qualidade de vida da criança com TEA. Esse método utiliza o cavalo para intervir como forma de socialização, executando exercícios psicomotores e desenvolvendo autoestima e autoconfiança no indivíduo. Essa prática se dá ao ar livre, sendo que, a mesma faz com que o sujeito conecte-se com o ambiente.

[...] Com a prática da equoterapia, pode-se verificar que as crianças autistas quando vão para o tratamento e, enquanto estão em tratamento, sobre o cavalo, todos apresentam uma enorme satisfação em estar montado em um animal dócil e que os aceita como são. Esta alegria transforma a seriedade da terapia numa sessão em que o aspecto lúdico predomina e, portanto, a vontade de traduzir seus sentimentos em palavras ou sons, faz com que a tentativa de comunicação de autistas que não falam ou apenas realizam alguns sons, seja feita para demonstrar seu mais nobre momento: o da comunicação, seja com o meio ambiente, com os interlocutores, com si próprio ou, até como forma de agradecimento ao animal. Interagindo com o meio ambiente a criança aumenta sua capacidade cognitiva. Os movimentos cadenciados do animal e a alegria de comandá-lo fazem com que a participação ativa do

praticante no decorrer da terapia traga pontos positivos e incomensuráveis. (DUARTE; BARBOSA; MONTENEGRO, 2015)

Outro tipo de intervenção benéfica a criança com TEA, é o brincar, onde se aprende também sobre como seguir as regras. Se trata de uma atividade fundamental para o desenvolvimento do autista.

“Ao brincar, ela se autorregula, se autodetermina e se autocontrola, na medida em que a brincadeira implica intencionalidade e atenção a determinadas regras, sejam elas implícitas, sejam explícitas.” (CHICON et al., 2019)

Segundo Chicon et al. (2019) “[...] a criança com autismo pode brincar, interagir e compartilhar interesses, objetos e brincadeiras com as outras crianças, desde que haja uma intervenção pedagógica intencional e sistemática. [...]”

O brincar é um ato criativo, e a criatividade é fundamental para o desenvolvimento e sobrevivência do indivíduo. O brincar traz consigo uma série de benefícios. Ele tem como objetivo, estimular habilidades motoras, visuais, auditivas e a imaginação, tendo influência no Comportamento da criança, ensinando a mesma a socializar-se.

Brincar é sinônimo de aprender, pois o brincar e o jogar geram um espaço para pensar, sendo que a criança avança no raciocínio, desenvolve o pensamento, estabelece contatos sociais, compreende o meio, satisfaz desejos, desenvolve habilidades, conhecimentos e criatividade. As interações que o brincar e o jogo oportunizam favorecem a superação do egocentrismo, desenvolvendo a solidariedade e a empatia, e introduzem, especialmente no compartilhamento de jogos e brinquedos, novos sentidos para a posse e o consumo. (DALLABONA; MENDES 2004, p.110)

A brincadeira é significativamente importante para o progresso e formação da criança, proporcionando experiências para a imaginação e contribuindo para a construção da aprendizagem, o que a proporcionará avanços no seu desenvolvimento posteriormente aquilo do que foi aprendido.

Os jogos e brincadeiras, irão permitir o contato do eu com o mundo, que resultará em crescimento sadio e progressivo.

Dessa maneira, alguns jogos facilitam o desenvolvimento psicomotor, psicossocial e afetivo. Com isso, a atividade psicomotora quando estimuladas contribuem para a percepção e sentidos corporais da criança. Alguns jogos e brincadeiras específicos ajudam de forma significativa no desenvolvimento dessas habilidades, entre elas se encontram o desenhar, o colorir, mansinhas e pular

corda. No entanto, essas brincadeiras aprimoram a coordenação e possibilitam o avanço de atividades cada vez mais complexas.

O brincar também está relacionado a ganhos cognitivos. Esses ganhos envolvem a capacidade de atenção e percepção da criança.

As crianças que se encontram dentro do TEA, podem apresentar comportamento característico de rigidez, repetição de movimentos e escolhas, baixa atividade exploratória (brincar empobrecido), baixo potencial imaginativo nas atividades ligadas ao brincar, com deficit no comportamento social. (CIPRIANO; ALMEIDA, 2016, p.82) Em caso de crianças autistas, as brincadeiras possuem um repertório pobre, devido alguns comportamentos característicos que o TEA possui como: rigidez, repetição de movimentos e escolhas, deficit no comportamento social e baixa imaginação nas tarefas associadas ao brincar.

No entanto, os sinais do Autismo podem ser observados pela forma como a criança brinca. Uma das manifestações desses sinais é não atribuir ao brinquedo o verdadeiro significado que ele possui. Todavia, o brincar de forma lúdica permanece como suporte, estratégia e recurso para intervenção com crianças do Espectro Autista.

É importante que se aconselhe os pais que optarem por um tratamento desse tipo, a analisarem as próprias expectativas e a do profissional responsável, a que medida o tratamento aproxima a estas expectativas, não só no momento de escolha, mas de forma contínua e permanente, pois muitos pais declaram que não houve melhoras significativas no filho, mas que a atuação do profissional foi compensatória para eles mesmos.

Assim pode-se dizer então, que muitas vezes o tratamento pode valer a pena, mas é indispensável que se mantenha o controle, pois é casual os casos em que os pais descontinuem esse tratamento e ele se torne um momento traumático.

A medicação como tratamento deve ser acompanhada por alguns lembretes que podem ajudar a família na tomada de decisão, são eles: Em primeiro, toda medicação deve ser prescrita por um médico; segundo, recomenda-se a família que se informe com o médico sobre o que se espera da medicação adotada, qual prazo esperado para poder perceber os efeitos e quais os efeitos colaterais da medicação. Toda medicação deve ser ponderada, levando em consideração riscos e benefícios. Uma forma de avaliar se vale a pena o

tratamento é que o medicamento deve ter efeitos claramente visíveis, caso contrário, não vale a pena os riscos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A subjetivação do bebê acontece com a ajuda de um adulto, a criança quando nasce depende completamente do outro, ela não possui meios necessários para sua autonomia. A relação entre mãe e bebê é importante para que essa subjetivação ocorra. Além das questões biológicas, o bebê necessita de pessoas que assegurem que serão passadas as funções simbólicas e essências no início da infância, esse contato com o outro é de extrema importância para o desenvolvimento do bebê.

Dessa forma, é fundamental o acompanhamento da família no processo de desenvolvimento da criança, pois nos primeiros anos de vida que pode desencadear alguns transtornos e podendo serem tratados precocemente, como o caso do autismo.

O presente trabalho mostrou a importância do profissional da Psicologia diante do Transtorno do Espectro Autista. O acompanhamento desse profissional faz toda a diferença no tratamento. A relação entre pais e o Psicólogo é essencial, pois a família ajudará a compreender o que acontece com o seu filho, além de poderem ajudar nas adaptações que são necessárias na rotina do autista.

Podemos notar que, a hora que a família recebe o diagnóstico, se torna uma barreira, os estereótipos atribuídos aos autistas, acabam fazendo com que os pais tenham mais dificuldade em aceitar o diagnóstico. Muitos pais acreditam que os filhos com o TEA não terão vida normal e por isso acabam tendo maior dificuldade em aceitar, eles planejam e sonham com um futuro para seu filho e não consideram que alguns casos de autismo a pessoa consegue viver de forma independente. Por isso, é importante que não sigam estereótipos diante dos sintomas e procurem ajuda o quanto antes.

As pessoas precisam compreender as dificuldades de uma criança autista, bem como permitir que ela participe do ambiente social que elas vivem, tratando-a com respeito e com os mesmos direitos. Diante disto, a família precisa estimular a criança a frequentar lugares públicos, proporcionando muito amor, carinho e paciência, além de passar confiança para que a criança acredite que é capaz de

aprender. A família e o profissional que a acompanha sabem dos limites dela, então é necessário saber como trabalhar essas dificuldades.

Se faz necessário o acompanhamento multidisciplinar profissional onde utilizem técnicas e estratégias para que favoreçam na aquisição de novas habilidades que são pré-requisitos e que possa se efetivarem, assim a importância do tratamento precoce, afim de ajudar também a não ter perda no que se diz respeito à linguagem e ao desenvolvimento no decorrer da vida da criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADURENS, Fernanda Delai Lucas; VIEIRA, Camila Mugnai. Concepção de professores sobre a inclusão do aluno com autismo: uma pesquisa bibliográfica. **Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvolv.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 94-124, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072018000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 mai. 2020. <http://dx.doi.org/10.5935/cadernosdisturbios.v18n2p94-124>.

ASSOCIAÇÃO PSIQUIATRA AMERICANA. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM-IV)**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BISSOLI, Michelle de Freitas. **Desenvolvimento da Personalidade da Criança: O papel da educação infantil**. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 19, n. 4, p. 587-597, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000400587&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mai. 2020.

BOSA, Cleonice. Autismo: Atuais interpretações para antiga observações. *In: BAPTISTA, Claudio Roberto; BOSA, Cleonice. Autismo e Educação: Reflexões e proposta de intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2002. cap. 2.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: selecionados psicoeducacionais. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. s47-s53, maio de 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000500007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mai. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500007>

CHICON, José Francisco et al. Educação Física e Inclusão: A mediação pedagógica do professor na brinquedoteca. **Movimento Revista da Escola de Educação Física da UFRGS**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, 279-292, jan./mar. De 2016. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/56302>>. Acesso em: 20 mai. 2020. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.56302>.

CHICON, José Francisco et al. Brincando e aprendendo: aspectos relacionais da criança com autismo. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 169-175, Junho 2019.

Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132892019000200169&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 mai. 2020. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.01.017>.

CIPRIANO, Monera Sampaio; ALMEIDA, Marcos Teodorico Pinheiro. O brincar como intervenção no transtorno do espectro do autismo. **Extensão em ação**, Fortaleza, v. 2, n. 11, ed. Edição Especial, 11 out. 2016. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufc.br/extensaoemacao/article/view/11832#:~:text=Atrav%C3%A9s%20de%20pesquisa%20bibliogr%C3%A1fica%20e,melhora%20express%C3%A3o%20de%20sentimentos%20e>>. Acesso em: 14 out. 2020. <https://doi.org/10.32356/exta.v2.n11.11832>.

CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DE COMPORTAMENTO DA CID-10; **Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1993.

DUARTE, Elidiana; BARBOSA, Vandely; MONTENEGRO, Sandra. **Contribuições da equoterapia para o desenvolvimento integral da criança autista**. 2015. 20 f. Artigo (Pedagogia) - Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2015. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/documents/39399/2406246/DUARTE%3B+BARBOSA%3B+MONTENEGRO++2015.1.pdf/122faf24-dfd0-4a0a-8d93-ebc682a03ba8>>. Acesso em: 25 out. 2020.

GATTINO, Gustavo Schulz. **Musicoterapia aplicada à avaliação da comunicação não verbal de crianças com transtorno do espectro autista: Revisão sistemática e estudo de validação**. 2012. 180 f. Tese de Doutorado (Pós- Graduação em Saúde da criança e do adolescente) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/56681>. Acesso em: 18 out. 2020.

MAIA, Fernanda Alves et al . Importância do acolhimento de pais que tiveram diagnóstico do transtorno do espectro do autismo de um filho. **Cad. Saúde colet.**, Rio de Janeiro , v. 24, n. 2, p. 228-234, jun. 2016 .

Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414462X2016000200228&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 jun. 2020. [https://doi.org/ 10.1590/1414-462X201600020282](https://doi.org/10.1590/1414-462X201600020282).

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo**: guia prático. 6 ed. São Paulo: AMA, Brasília: CORDE, 2007.

OBADIA, Sheyla Alves. Desvendando o Autismo e a Educação. **Estação Científica (UNIFAP)**, Pará, mar./ago.de 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/2231/sheylav6n2.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2020. <http://dx.doi.org/10.18468/estcien.2016v6n2.p33-41>.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; SANCHES, Kelly Gil. **Autismo e Inclusão: Levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do atendimento educacional especializado em sua prática com crianças com autismo**. 2013. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) - Centro Universitário Católico Salesiano Auxílium, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56194.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

RAMALHO, Marcia Terezinha de Borja. **A brinquedoteca e o desenvolvimento infantil**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. 2000.140p.

SANTOS, Andressa Michelle Marques; TEIXEIRA, Bruna dos Santos. **A atuação do psicólogo escolar sobre o desenvolvimento infantil a partir do lúdico**. 2019.

SERRA, Dayse. Autismo, Família e Inclusão. **Polêmica**, [S.l.], v. 9, n. 1, p.40 a 56, mar. 2012. ISSN 1676-0727. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/ojs/index.php/polemica/article/view/2693>.

SOUZA, José Carlos et al. Atuação do psicólogo frente aos transtornos globais do desenvolvimento infantil. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v.24, n.2, p.2431, jun. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000200004&lng=en&nrm=iso>. acessos em 21 abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000200004>.

A PRÁXIS DA BRINCADEIRA EM UMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES

Juliane Schmidt Ladislau¹, Luana da Silva Pereira²

Prof. Dr. Omar Carrasco Delgado³

1- Acadêmica do curso de pedagogia da faculdade Multivix – Serra

2- Acadêmica do curso de pedagogia da faculdade Multivix – Serra 3- Professor

Orientador – Multivix - Serra.

RESUMO

A presente pesquisa problematiza a práxis da brincadeira em uma perspectiva da Educação Infantil. Embasadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, como a primeira etapa da educação básica, caracterizada como espaço institucional não doméstico que educa crianças de 0 a 5 anos de idade. Se constitui em uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, trazendo reflexões e contribuições, a partir dos estudos e análises de legislações, documentos e outras pesquisas feitas na área, para identificar a presença do brincar nos documentos norteadores da educação infantil, bem como analisar como as crianças constroem suas culturas a partir das brincadeiras. A revisão de literatura foi feita através dos resultados obtidos na Plataforma Capes. Justificamos a importância da pesquisa, tendo em vista a potência de se aprender brincando, pois o lúdico, nessa fase da infância, tem um papel importante na internalização do conhecimento adquirido. Dessa forma, almejamos conhecer mais

sobre o tema; além de contribuir com os estudos, através de dados e propostas; com a qualidade educacional das crianças pequenas, e com a formação continuada de nossos colegas de trabalho.

Palavras-chave: Educação Infantil; Ludicidade; Professor; Currículo.

ABSTRACT

The present research questions the praxis of playing in a perspective of Early Childhood Education. We understand Early Childhood Education based on the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education, as the first stage of basic education, characterized as a nondomestic institutional space that educates children from 0 to 5 years old. This is a qualitative research, of bibliographic nature, bringing reflections and contributions, from the studies and analyzes of laws, documents and other researches made in the area, to identify the presence of playing in the guiding documents of early childhood education, as well as analyzing how children build their cultures from play. The literature review was done through the results obtained in the Capes Platform. We rationalize the importance this research, focusing on the power of learning while playing, since lucidity, in this phase of childhood, has an important role in the internalization of acquired knowledge. It is through play that the child expresses herself/ himself, interacts, and demonstrates what she/he knows and what still needs to be developed and worked on. Thus, we aim to learn more about the theme; in addition to contributing to studies, through data and proposals; with the educational quality of young children, and with the continuing education of our co-workers.

Keywords: Early Childhood Education; Lucidity; Teacher; Curriculum.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por intenção desenvolver uma pesquisa sobre a potência do brincar na Educação Infantil, a fim de observar o desenvolvimento do indivíduo a partir de brincadeiras que podem, ou não, ser direcionadas por seus professores.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), compreendemos a importância da educação infantil para o desenvolvimento das crianças pequenas. Esses espaços devem ser acolhedores e com a linguagem das culturas infantis, e ter a presença do lúdico e do brincar em suas rotinas. (BRASIL, MEC/SEB, 2010, p. 12).

Nessa primeira etapa da educação básica, é onde se inicia todo o processo de formação da consciência social no qual a criança faz parte, o brincar é fundamental para ajudá-la nessa transição. Além disso, no que tange à legislação, um marco para a educação infantil foi a Constituição Federal de 1988, pois ela assegura esse direito à criança de 0 a 6 anos de idade, como parte do sistema de ensino básico. Com isso compreendemos a criança como um sujeito de direitos e

consideramos a importância do brincar como benefício para o desenvolvimento da mesma. Dessa forma, salientamos o brincar como uma maneira das crianças se expressarem e darem sentido ao mundo que estão inseridas. Segundo Borba (2007, p.34), embora a criança absorva a cultura dos adultos, pois ela está situada em um contexto histórico e social, a criança tem a capacidade de recriar o que já está dado “com o seu poder de imaginar, criar, reinventar e produzir cultura”. De acordo com a autora, muitos dos adultos reduzem a criança como um sujeito incompleto e imaturo, sem considerar a própria forma de ser dela, suas opiniões e suas formas de pensar.

Admitindo que o brincar, nessa fase da vida, como de grande importância para que a criança desenvolva com mais destreza tanto a motricidade como o raciocínio, e com isso, vai adquirindo a compreensão de mundo que necessita.

Segundo SANTIN (1994), atividades lúdicas são ações vividas e sentidas, não definíveis por palavras, mas compreendidas pela fruição, povoadas pela fantasia, pela imaginação e pelos sonhos que se articulam como teias urdidas com materiais simbólicos. Assim as crianças possuem a marca da singularidade do sujeito. No dinamismo do lúdico, o que importa é a própria ação, o momento vivido. Possibilita a quem a vivência, momentos de encontro consigo e com o outro, momentos de fantasia e de realidade, de resignificação e percepção, momentos de autoconhecimento e conhecimento do outro, momentos de expressividade. A ludicidade exige uma predisposição interna, que não se adquire apenas com a aquisição de conceitos e conhecimentos, embora estes sejam muito importantes, já que dão suporte necessário ao professor para o entendimento do seu trabalho. No entanto exige que o professor esteja envolvido com o processo de formação de seus educandos se desvinculando do modelo tradicional de escola, centrada na transmissão de conhecimentos.

Abordamos a postura dos profissionais da educação infantil em relação as propostas feitas aos alunos para que seja desenvolvido um trabalho de qualidade, que abranja o desenvolvimento pleno desse aluno, além de como surgem as propostas de brincadeiras, por parte das próprias crianças, com o intuito de avaliar como ocorrem essas atividades lúdicas no cotidiano desses sujeitos que estão iniciando sua vida social, tendo em vista que o nível de desenvolvimento deve ser respeitado, pois segundo afirma Vygotsky (1998), existe uma relação entre um

determinado nível de desenvolvimento e a capacidade potencial de aprendizagem.

Dessa forma, justificamos a importância de pesquisar sobre o brincar na educação infantil, tendo em vista a potência de se aprender brincando, pois o lúdico, nessa fase da infância, tem um papel importante na internalização do conhecimento adquirido.

No entanto, será constituído uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, que busca analisar a práxis da brincadeira no contexto da educação infantil, trazendo reflexões e contribuições, a partir dos estudos e análises de legislações, documentos e outras pesquisas feitas na área, para identificar a presença do brincar nos documentos norteadores da educação infantil, bem como analisar como as crianças constroem suas culturas a partir das brincadeiras, além de perceber como surgem as propostas de brincadeiras por parte dos adultos.

Assim, sem a intenção de esgotar o assunto, pretendemos através dessa pesquisa, responder à seguinte questão: Qual a práxis da brincadeira no contexto da Educação Infantil?

Tendo em vista o exposto, delinearemos nossa pesquisa com base no objetivo geral de analisar a práxis da brincadeira no contexto da Educação Infantil. E ainda, tendo como objetivos específicos: Identificar a presença da brincadeira nos documentos norteadores da educação infantil; Estudar pesquisas sobre a temática; Analisar como as crianças propõem brincadeiras e através destas constroem suas culturas a partir das brincadeiras; Compreender como os professores de educação infantil entendem a brincadeira, sua importância, e as propõem.

Dessa forma, almejamos conhecer mais sobre o tema; além de contribuir com os estudos, através de dados e propostas; com a qualidade educacional das crianças pequenas, e com a formação continuada de meus colegas de trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. CONCEPÇÕES DE CRIANÇA E INFÂNCIA

Para compreendemos a criança como um sujeito histórico-social e como ela vem sendo vista ao longo do tempo na sociedade brasileira, Hernandez-Piloto (2008) fundamenta a compreensão da infância na modernidade, em que se coloca a criança no lugar de passividade em relação ao adulto, desconsiderando as relações e as práticas sociais vivenciadas pelo sujeito criança. Para o autor, a criança não é apenas um receptor da vida do adulto ou que venha ser, mas um sujeito que participa dos processos sociais, cria, recria e transforma a partir das experiências vividas, compartilham umas com as outras, que se manifestam, questionando e problematizando, entre si e com os adultos. Assim, a autora argumenta que “[...] há de se forjar uma concepção que reconheça a especificidade da infância, entendendo seus modos de criarem cultura. Além de serem nela produzidas, as crianças possuem um olhar crítico” (HERNANDEZPILOTO, 2008, p. 34).

Segundo Kramer (1986), considerar a criança como ser social

significa considerar que ela tem uma história, que vive uma geografia, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente das relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas também de valor (p. 79).

Nesse aspecto, os professores que atuam na educação infantil precisam conhecer o que as crianças fazem, sabem, gostam (ou não), procuram e inventam, para que se possa pensar e formular o currículo, rever atividades e projetos, reorganizar o espaço e o tempo, no planejamento diário e para orientar as práticas, e propiciar interações.

Portanto o entendimento de infância na modernidade está em constante mudança. A verdade é que houve sempre crianças, não houve sempre infância. Sarmiento (2001) afirma que a consideração das crianças como grupo etário próprio, com características identitárias distintas e com necessidades e direitos genuínos, é muito recente.

Visto que até o Século XII, não havia um olhar diferenciado para a infância, as crianças eram tratadas como adultos como afirma Áries (1981) "na sociedade medieval a criança a partir do momento em que passava a agir sem solicitude de sua mãe, ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes" (p.156). Por conseguinte, no século XVIII, a concepção de infância se efetivou, e

a sociedade passou, do ponto de vista biológico, a tratar as crianças com diferenciação, observando suas particularidades, e por possuírem sentimentos próprios. Nessa época, os pais começaram a se preocupar com a educação das crianças. Áries (1981) afirma que nesse período a criança começa a ser o centro da atenção da família, e sua figura era muito ligada com a dos anjos, vistas como seres puros e divinos. Isso fez com que a criança se tornasse alvo do controle familiar, e favoreceu o surgimento da instituição escolar. Dentro dessa concepção a escola nasce, nesse momento, com o intuito de educar e disciplinar as crianças, pois a ideia era que a infância é um período da vida que precisa ser cuidado e moldado.

Seguidamente na atualidade, as crianças são consideradas como seres histórico-sociais. Um momento da vida repleto de encanto e ludicidade.

2. PROCESSO EDUCATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é o começo da vida acadêmica do aluno, sendo de grande valia, pois de acordo com o Art. 29 da LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, define que “ A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade”.

No entanto, o modo que as experiências vivenciadas pelas crianças no contexto da educação infantil possibilita a produção de conhecimentos acerca do mundo em que vivem, como acredita Souza (2017) que “por meio de diferentes experiências vivenciadas na educação infantil as crianças são capazes de produzir seus próprios conhecimentos acerca do mundo em que vivem” (SOUZA, 2017, p.168). É na educação infantil que a criança tem seu primeiro contato com a regras sociais fora do contexto familiar, nesse espaço que ela terá a oportunidade de conviver com outras crianças e adultos, trocar experiências e saberes afim de ampliar seu conhecimento de forma lúdica através de brincadeiras que pode ser ou não dirigidas por seus educadores assim ZANLUCHI (2005), assegura que “Quando brinca, a criança prepara-se a vida, pois é através de sua atividade lúdica que ela vai tendo contato com o mundo físico e social, bem

como vai compreendendo como são e como funcionam as coisas.” (ZANLUCHI, 2005, p. 89).

Para que a criança se sinta segura e consiga se expressar no âmbito escolar é preciso que seja um local preparado para recebê-la, com ambientes acolhedores que proporcione experiências na qual o aluno tenha a oportunidade de explorar e se desenvolver plenamente com brinquedos apropriados para sua idade, desta forma Pasqualini (2009) diz:

Um conceito fundamental para o estudo do desenvolvimento infantil na perspectiva vigotskiana é a noção de estrutura da idade: em cada idade, a multiplicidade dos processos parciais que integram o processo de desenvolvimento constitui um todo único e possui uma determinada estrutura. A estrutura de cada idade é específica, única e irrepetível, e determina o papel e o peso específico de cada linha parcial do desenvolvimento (PASQUALINI, 2009, p. 34).

A base nacional comum curricular (BNCC, 2018) aponta e descreve práticas pedagógicas que devem estar inseridas nesta etapa da educação, e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento no qual são: Conviver, Brincar, Participar Explorar, Expressar e Conhecer. Dentro dessa concepção a BNCC afirma que:

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo (2018, p.38).

Assim o processo educacional da educação infantil não pode ser engessado, sempre tem que ter a intencionalidade e diversificado.

3. EDUCAR COM O BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

O atendimento na Educação Infantil é destinado a crianças de 0 a 5 anos de idade, sendo seu atendimento considerado, conforme a LDB, como creche de 0 a 3 anos, e pré-escola, de 4 a 5 anos de idade. Essa etapa da educação básica constitui-se como espaço-tempo para o compartilhamento das experiências vividas pela criança, considerando-a como ser histórico-social e deve assegurar às crianças atendidas os seus direitos, como o direito à educação, à saúde, à proteção, à alimentação, e ao lazer, concebendo-as dessa forma como sujeitos de direitos (BRASIL, 2009).

Dessa forma, apesar das crianças dividirem o mundo com os adultos, elas têm um modo próprio de compreendê-lo e características próprias, com suas identidades, necessidades e direitos que devem ser respeitados.

Assim Hernandez-Piloto (2008) traz apontamentos pertinentes à forma como a instituição escolar compreende as culturas infantis e como os movimentos entre a ação do professor e os saberes das crianças, muitas vezes, caminham para lados opostos. A autora se opõe ao entendimento de uma visão romântica da criança como sujeito puro, inocente, a ser moldado, propondo a compreensão da criança como ser social, que produz e é produzido pela cultura na qual está imersa e que também se constitui como sujeito de direitos.

Assim, concordamos com a autora e defendemos que essa etapa da vida é uma categoria social e que a criança é um sujeito de direitos e especificidades que interage com seus pares nos contextos sociais em que está inserida, como a escola. E nesse contexto através de suas brincadeiras produz sua cultura. Para Araújo (2005), conceber a criança como sujeito de direitos é reconhecê-la como protagonista na construção de um mundo compartilhado no qual sua ação, sua palavra, sua cultura, sua história são respeitadas e ouvidas.

Dessa forma, para que a escola possa promover o desenvolvimento integral da criança, isto é, trabalhar seu desenvolvimento intelectual, social, emocional e simbólico, é imprescindível o respeito pela cultura infantil, a valorização da brincadeira e a ludicidade em seu processo educativo.

4. LUDICIDADE E A PRÁTICA DOCENTE

A ludicidade na educação infantil está inteiramente ligada ao processo educativo. Ludicidade tem sua origem na palavra latina “ludus” e significa jogos, no entanto seu significado na educação infantil vai além e está relacionado ao brincar, se expressar através das brincadeiras, trabalhando com a cultura corporal, movimento e expressão. Assim afirma FRIEDMANN (2006, p. 21 apud FRANCISCO; SOUZA, 2016, p.312): “Esse processo dá à criança uma ‘nova forma de desejos’. Além do nível do comportamento diário, habitual na sua idade, a atividade lúdica é o nível mais alto do desenvolvimento na infância, e é por ela que a criança se move cedo”.

É brincando que a criança expressa tudo o que foi absorvido no processo de aprendizagem. Na brincadeira ela consegue demonstrar qual a sua concepção de mundo, o que ela traz de bagagem de conhecimento e o que precisa ser trabalhado para que ela continue se desenvolvendo.

Na Declaração Universal dos Direitos da Criança garante que toda criança tem o direito de brincar como descreve no princípio 7º “[...] A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito (UNICEF, 1959).

Dessa forma, é preciso reconhecer que o brincar no contexto educacional é de fato o ponto de partida para todo o processo de ensino aprendizagem, pois segundo Piaget (1978) “o jogo é sinônimo, de conhecimento”. E para que seja eficiente é preciso que os profissionais estejam engajados nessa proposta, estudem sobre o assunto, compreendam a importância do brincar, o quanto eficiente e necessário é que as crianças aprendam brincando, como diz na BNCC (2018, p.39) “Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”.

Tendo em vista, não apenas as brincadeiras dirigidas como parte do processo, mas também as brincadeiras que surgem entre eles, através da interação, brincadeiras essas que devem ser observadas e avaliadas pois trazem com elas os conhecimentos pré-adquiridos por esses alunos, no qual elas demonstram sua concepção de mundo, seu modo de enxergar as regras sociais que as cercam e se estão ou não acompanhando e internalizando o conhecimento que está sendo passado durante o percurso do ano letivo, bem como fala Silva (2014):

Seja durante o jogo ou durante a brincadeira a criança constrói uma representação da realidade em um fazer de novo, ressignificando as experiências vividas e as formas de socialização e as regras sociais, nos seus espaços vivenciais. Certamente o terreno das argumentações sobre a importância das brincadeiras para o desenvolvimento da cultura infantil, é delicado e apresenta grandes desafios. A possibilidade de se derivar para concepções utilitaristas e pedagogizantes destas práticas é um risco constante (SILVA, 2014, p. 84).

No que se refere a formação do sujeito, a ludicidade tem papel fundamental. Nessa perspectiva Vygotsky (1998) afirma que o sujeito se constitui a partir da

interação com o outro, pois é nessa troca que a criança vivencia, mesmo que de forma lúdica, circunstâncias da vida adulta, reconstruindo emoções, conhecimentos, significados e atitudes.

Além disso, ZANLUNCHI (2005) afirma que “Quando brinca, a criança prepara-se à vida, pois é através da sua atividade lúdica que ela vai tendo contato com o mundo físico e social, bem como vai compreendendo como são e como funcionam as coisas.” (ZANLUNCHI, 2005, p.85). Sendo assim, através da brincadeira a criança se desenvolve em sua totalidade, tanto fisicamente como cognitivamente.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo principal desta pesquisa, de analisar a práxis do brincar no desenvolvimento infantil e suas contribuições na educação dessa faixa etária, realizamos uma pesquisa básica, tendo em vista que esta tem por objetivo gerar conhecimento onde seja útil para o contexto. Conhecida também como pesquisa pura, a pesquisa básica é realizada para aumentar o que sabemos sobre um determinado assunto, para que estes conhecimentos não apenas sejam difundidos na comunidade científica, mas também na comunidade geral.

Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, pois acreditamos que uma análise apenas quantitativa não seria capaz de perceber e expor todas as ações, possibilidades e potências do brincar e da infância. A pesquisa qualitativa focaliza mais o processo do que o produto final, e envolve dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada e seus sujeitos. Dentre as diversas possibilidades que uma pesquisa qualitativa pode assumir, elegemos do tipo bibliográfica, que segundo FONSECA (2002):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo

de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32. Apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.37).

Portanto, no decorrer dessa pesquisa, nos concentramos em constante processo de busca por novas indagações e novas respostas. Para atingir os objetivos propostos fundamentadas na metodologia selecionada, utilizamos como procedimentos para coleta de dados um estudo sobre alguns documentos oficiais como, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além da leitura de produções acadêmicas e de referenciais teóricos sobre o tema. Dessa forma, com essa pesquisa, almejamos conhecer mais sobre o tema; além de contribuir com os estudos, através de dados e propostas; com a qualidade educacional das crianças em questão, e com a formação continuada de meus colegas de trabalho.

DISCUSSÃO E REFLEXÕES

Para realização dos resultados das análises dessa pesquisa, foi eleita a Plataforma CAPES (disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/>, e usados os três marcadores a seguir: brincar, lúdico e educação infantil. Para que os resultados fossem mais específicos foram selecionados trabalhos que de uma forma mais direta pudessem dialogar com este projeto. Utilizamos os filtros de área de conhecimento “Educação” correspondente ao objetivo de conhecimento deste projeto. Tendo em vista a grande quantidade de trabalhos encontrados, foi feita uma leitura de seus títulos e resumos, pois muitos destes resultados, apesar de abordarem o brincar e a ludicidade seguiam por caminhos diversos como formação de professores, educação especial, foco em crianças bem pequenas (de zero a três anos), pesquisas realizadas no ensino fundamental, nove abordagens específicas regionais, avaliação, gênero e sexualidade, relações étnico-raciais, entre outros. Após essa seleção, foram selecionados dez trabalhos para compor esta análise, conforme consta na tabela 1:

Tabela 1- Trabalhos acadêmicos

TÍTULO	AUTOR	ANO
---------------	--------------	------------

Experiências vivenciadas pelas Crianças na Educação Infantil: a produção de conhecimentos acerca do mundo (Tese)	Janaina Gomes Viana de Souza	2017
O Brincar livre na Educação Infantil: da diversão à garantia de direito(s) (Dissertação)	Ana Carolina Brandao Verissimo	2018
Educação Infantil: ludicidade e prática docente (Dissertação)	Carliani Portela do Carmo	2019
Culturas Lúdicas Infantis na Pré-Escola (Dissertação)	Sandro Machado	2019
O Brincar na Educação Infantil sob a ótica da criança (Dissertação)	Aline Patricia Campos Tolentino de Lima	2019
O Brincar na Educação Infantil e o Desenvolvimento Integral da Criança (Dissertação)	Patricia Maristela de Freitas Leal 2	2017
Kombi dos Jogos: Narrativas Cartográficas dos brincantes (Dissertação)	Bianca Rozenberg	2017
As Infâncias e o Brincar no Contexto Escolar: alguns contrastes entre a cultura lúdica e a prática pedagógica (Dissertação)	Priscilla Lima Da Silva	2014
Linguagens Infantis: as influências vividas nos momentos do brincar na educação infantil (Dissertação)	Vanessa Alves Vargas	2015
O Brincar Administrado: deterioração da experiência do brincar na infância (Dissertação)	Tatiana Koschelny	2016

Abaixo, apresentamos brevemente cada trabalho selecionado.

Janaina Gomes Viana De Souza (2017) em sua tese denominada “Experiências vivenciadas pelas crianças na educação infantil: a produção de conhecimentos acerca do mundo” discute sobre uma reflexão necessária aos professores de educação infantil: o processo de aprendizagem das crianças pequenas. Segundo a autora, nessa etapa da vida a criança produz conhecimentos sobre o mundo, sobre o outro e sobre si mesma. Dessa forma, defende a educação que busque fazer da criança protagonista de suas ações de forma ativa. Sua tese foi conduzida pelo problema de pesquisa: “De que modo as experiências vivenciadas pelas crianças no contexto da educação infantil possibilitam a produção de conhecimentos acerca do mundo em que vivem?”, e teve por objetivo geral investigar as experiências vivenciadas pelas crianças no contexto da educação infantil como possibilitadoras da produção de conhecimentos acerca do mundo. A pesquisa foi orientada pela metodologia da pesquisa-ação, e a produção de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante e os encontros formativos. A autora encontra respaldo nas ideias de Vygotsky (1987; 2001; 2004; 2007), Piaget (1975), Malaguzzi (1999), Oliveira (2011; 2012) e Harlan e Rivkin (2002). A autora afirma que a partir da pesquisa, que teve também encontros de formações, as professoras ampliaram suas concepções sobre criança, infância e educação infantil, e passaram a valorizar as experiências das crianças como ponto de partida para pensar a prática educativa e o processo de aprendizagem delas.

Ana Carolina Brandão Veríssimo (2018) em sua dissertação “O brincar livre na educação infantil: da diversão à garantia de direitos”, que teve como tema principal o direito ao brincar livre na infância, analisou as formas com que esse direito tem sido garantido na proposta pedagógica da educação infantil, a partir do olhar sobre uma rede de ensino. Segundo Veríssimo (2018), esse estudo justificase uma vez que se toma como referência que a principal característica da infância é a singularidade de cada criança e partindo da premissa que as crianças pequenas ao brincarem se desenvolvem, formam seus primeiros conceitos, criam, partilham, projetam, reproduzem a realidade e expressam seus sentimentos e sendo a Educação Infantil como um dos primeiros lugares onde as crianças socializam. A autora utiliza como referencial teórico Barbosa (2006); Dolto (2007);

Fortuna (2007, 2010); Horn (2003, 2004); Pinto e Sarmiento (1997), Kishimoto (2013); Dornelles (2001) entre outros. Adotou a metodologia qualitativa do tipo exploratória, sendo utilizados como instrumentos para a coleta de dados, entrevistas semiestruturadas com professores e análise documental de planejamentos semanais destes professores. Os resultados de sua pesquisa apresentaram uma extrema valorização do brincar livre por parte das educadoras, compreendendo este momento como de aprendizagens e formação, entendendo que é através do brincar as crianças se desenvolvem.

Carlani Portela do Carmo (2019), em sua dissertação “Educação Infantil: Ludicidade e Prática Docente”, teve como objetivo investigar a ludicidade na prática pedagógica do professor, compreendendo que a ludicidade não se limita apenas aos jogos, às brincadeiras e aos brinquedos, mas está relacionada à toda atividade livre e prazerosa, podendo ser realizada em grupo ou individualmente, nas relações sociais do sujeito. Os instrumentos utilizados para coleta e análise dos dados foram observações de aulas, registros com fotos e vídeos, questionário e entrevista semiestruturada. Seus resultados apontam que, as professoras possuem em seu discurso que o lúdico é uma ferramenta pedagógica necessária para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, devendo estar presente na prática pedagógica do professor. Porém, Carmo (2019) percebeu que as professoras investigadas possuem dificuldades em trabalhar com o lúdico.

Sandro Machado (2019) em sua dissertação intitulada “Culturas lúdicas infantis na pré-escola” teve como objetivo investigar a constituição de culturas lúdicas infantis em uma escola, a partir de uma pesquisa com crianças na faixa etária dos cinco anos de idade que estavam frequentando a pré-escola. Para isso, foram utilizadas as seguintes estratégias metodológicas: observação do cotidiano escolar, registros escritos em diário de campo, registros fotográficos e rodas de conversa com as 19 crianças participantes da pesquisa.

Aline Patricia Campos Tolentino De Lima (2019), ao refletir sua prática pedagógica vivenciada na educação infantil, percebeu que precisava compreender melhor o brincar sob o olhar da criança, e por isso pesquisou sobre o assunto e escreveu sua dissertação “O brincar na Educação Infantil sob a ótica da criança”. Seu principal objetivo na pesquisa foi analisar quais são as preferências das crianças em relação às brincadeiras em uma instituição de

Educação Infantil, para identificar, do ponto de vista das crianças, quais brincadeiras fazem parte do cotidiano da instituição; analisar a participação das crianças nas escolhas sobre o brincar; analisar a importância do brincar sob o ponto de vista infantil; compreender o papel das brincadeiras no desenvolvimento infantil. A autora utilizou uma metodologia de pesquisa qualitativa, utilizando-se como instrumento de coleta de dados entrevistas individuais com as crianças, rodas de conversa, análises dos desenhos produzidos pelas crianças, registros fotográficos e o próprio diário de campo da pesquisadora. Segundo Lima (2019), foi possível observar pela narrativa, desenhos e imagens que o brincar é um momento muito esperado por todos e ao brincar as crianças representam a cultura que estão inseridos e conseguimos compreender pela fundamentação teórica que a brincadeira tem um papel muito importante na infância, contribuindo por meio da imaginação no desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Podemos afirmar, de acordo com os resultados dessa pesquisa, que as vivências de brincar das crianças estão relacionadas diretamente ao seu contexto cultural sendo uma forma de apropriação do mundo das relações que a criança tem contribuindo significativamente para o seu desenvolvimento.

Patricia Maristela de Freitas Leal (2017) em sua dissertação “O Brincar na Educação Infantil e o desenvolvimento integral da criança”, teve por objetivo investigar sobre a importância do brincar na educação infantil e no desenvolvimento integral da criança, através de um aprofundamento sobre a historicidade da infância e a importância do brincar; além de observar e analisar a prática pedagógica de educadores durante as atividades escolares. A autora utiliza uma concepção histórica da infância apresentada por ARIÈS (1981). A metodologia de seu estudo foi a Observação Participante. A autora utiliza Ujiie (2008, p.52 apud LEAL, 2017, p. 21) para afirmar que “o brincar se constitui em ação, brincadeira, divertimento, imitação, faz de conta, expressão livre”. E se embasa em Borba (2007) ao afirmar que a criança quando brinca está aprendendo alguma coisa, não é algo utópico e nem menos importante, pois a dimensão do brincar na vida da criança tem um significado de aprendizagem, relevante para seu desenvolvimento, para seu corpo (físico), para seu cognitivo (pensamento) e ainda para seu processo de conhecimento que favorecem a autonomia e a identidade nessa etapa da infância (LEAL, 2017, p. 21). A autora também afirma

que as professoras fazem uso de artifícios lúdicos e didáticos que desenvolvem o raciocínio lógico e o desenvolvimento motor, se preocupam e utilizam atividades de desenvolvimento físico, contribuem para o desenvolvimento afetivo, mantém uma relação de amizade e afeto durante as aulas, e que os alunos demonstraram mais interesse por momentos lúdicos das aulas. Percebeu-se que as crianças se envolvem mais com as brincadeiras que utilizam música, dança, movimentos do corpo, histórias, desenhos, uso de cores para pintura, massinha, jogos pedagógicos entre outros.

Bianca Rozenberg (2017) em sua dissertação de título “Kombi dos jogos: narrativas cartográficas dos brincantes”, se atentou para a experiência lúdica como uma manifestação cultural, social e histórica, entendendo-a como construção do indivíduo, através do acompanhamento do projeto Kombi dos jogos, um projeto sociocultural que tinha a missão de difundir a cultura do brincar 14 com o objetivo de promover vivências capazes de fortalecer vínculos e ressignificar espaços públicos. Rozenberg (2017) adotou em sua pesquisa, como procedimento metodológico, a pesquisa participante de cunho cartográfico, utilizando para produção de dados suas anotações no diário de campo, conversas entre os diversos atores sociais que permearam esta pesquisa, e imagens fotográficas das cenas observadas e experienciadas. A autora utiliza Rhoden para afirmar que:

Brincar é usar o fio inteiro de cada ser. Quando você está usando o seu fio inteiro da vida, você está brincando. Só quando você vai inteiro para fazer algo, o resultado é verdadeiro. Assumir a experimentação e a brincadeira como práticas constantes na nossa vida e o papel de protagonistas do reencantamento do mundo é de uma coragem que requer muita simplicidade e coração de criança. A alegria e as percepções afetivas da vida só são possíveis quando a gente brinca. Brincar é mostrar ao mundo que você está por inteiro (RHODEN, 2014 apud ROZENBERG, 2017, p. 63).

Rozenberg (2017) conclui, afirmando que “atualizar o brincar em espaços insuspeitos é uma necessidade vital, na intensificação de cada vez mais expandir diariamente os nossos seres brincantes e, conseqüentemente, nossa potência de viver e criar” (p. 67).

Priscilla Lima Da Silva (2014) em sua dissertação “As Infâncias e o Brincar no contexto escolar: alguns contrastes entre a Cultura Lúdica e a Prática Pedagógica”, objetivou investigar como as crianças vivem e constroem suas culturas de infância na escola a partir do brincar, buscando compreender de que

modo os professores estabelecem suas práticas pedagógicas nessas relações sociais e culturais. Para isso, embasada em autores como Allison James e Alan Prout, 2003/2004; Corsaro, 1997; Delgado e Müller, 2005; Manson 2001; Pinto e Sarmiento, 1999; Saramago, 2000; Wajskop, 1999. Sua pesquisa organiza-se a partir de três temas: O conceito de criança e infância e sua relação com o brincar; O brincar na infância nos espaços escolares; O brincar enquanto práticas pedagógicas. Sua metodologia consistiu na observação participante dos tempos e espaços de lazer, com o registro etnográfico em caderno de campo, realização de sessões de formação e debate com os professores. A autora afirma que seja durante o jogo ou durante a brincadeira a criança constrói uma representação da realidade em um fazer de novo, resignificando as experiências vividas e as formas de socialização e as regras sociais, nos seus espaços vivenciais. Certamente o terreno das argumentações sobre a importância das brincadeiras para o desenvolvimento da cultura infantil, é delicado e apresenta grandes desafios. A autora afirma que a possibilidade de se derivar para concepções utilitaristas e pedagogizantes destas práticas é um risco constante, e finaliza sua dissertação com um desejo: “Espera-se que os espaços escolares se transformem em lugares prazerosos, cheios de desafios, emoções e descobertas, tempo e espaço de protagonismo infantil” (SILVA, 2014, p. 84).

Vanessa Alves Vargas (2015) em sua dissertação “Linguagens Infantis: As influências vividas nos momentos do brincar na Educação Infantil”, teve como problema de pesquisa a seguinte questão: Como um grupo de crianças vivencia suas infâncias nos momentos do brincar na Educação Infantil? Para tanto, a autora utilizou alguns teóricos do campo dos estudos sobre a infância, dentre eles: Corsaro (2009;2011); Graue e Walsh (2003) e Sarmiento (2005,2008). O objetivo de sua investigação foi compreender como esse grupo de crianças vivencia suas infâncias na Educação Infantil especificamente no tempo/espaço do brincar, através de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico. A produção dos dados se deu através de observações participantes, gravação de áudios e vídeos das brincadeiras das crianças, conversas com as mesmas, escritas no diário de campo, e pesquisas em documentos da Educação Infantil. A autora faz um percurso histórico sobre a forma como a sociedade enxergou a infância em cada contexto, e afirma que “muitos anos se passaram até a sociedade valorizar a

infância e compreender que essa fase do ciclo vital possui especificidades e diferenciações dos adultos, bem como reconhecê-la como categoria de direitos” (VARGAS, 2015, p. 21). Sobre ludicidade e imaginação, a autora afirma que “as crianças procuram, através da criação de situações lúdicas, expressar seus desejos” (VARGAS, 2015, p. 90). E através dos resultados de sua pesquisa, afirma:

As crianças possuem um vasto entendimento dos papéis sociais de cada um dentro do núcleo e amizades em que ela está inserida. Com isso, através da criação de cenários, as crianças assumem papéis sociais dentro do contexto do brincar. [...] Esta é uma das expressões mais encontradas dentro de um cenário imaginativo lúdico na hora do brincar. As crianças procuram assumir papéis sociais, nos quais desenvolvem um cenário básico de família. Enquanto alguns assumem o papel de pais, outros assumem o papel de filhos ou irmãos (VARGAS, 2015, p. 92).

Por fim, Tatiana Koschelny (2016) em sua dissertação intitulada “O brincar administrado: deterioração da experiência do brincar na infância” nos traz um contraponto: a deterioração da experiência do brincar infantil no contexto de um brincar administrado - caracterizado pela submissão do brincar à razão instrumental. Utiliza como principais teóricos os autores com ênfase em Walter Benjamin e Theodor Adorno. Koschelny (2016) afirma que muitas vezes, no âmbito da educação, “o brincar sem finalidade produtiva é preterido pelo brincar como recurso de aprendizagem” (p. 118) e é aí que se encontra o “brincar administrado”, como chama a autora. Como se o brincar só tivesse valor quando utilizado como ferramenta pedagógica. Segundo a autora, a ação imaginativa do brincar propicia as expressões de alteridade na cultura e relaciona-se com a dimensão estética da vida humana. Porém, “no mundo administrado o brincar é aprisionado pelos elementos culturais hegemonicamente aprovados. Brincar administrado em seu tempo e em seu espaço. Brincar que deixa de ser livre e passa a ser atividade dirigida” (KOSCHELNY, 2016, p. 118).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o exposto, pode-se perceber que o brincar, seja ele proposto pelo professor ou não, tem um papel fundamental no processo educacional infantil. É por meio do brincar e através do lúdico que deve ser estruturado o currículo e trabalhados os conteúdos, de forma leve e

contextualizada, fazendo com que a criança absorva da melhor forma possível todo o conhecimento que lhe for apresentado.

Portanto, o brincar deixa de ser apenas uma coisa de criança e passa a ser a base do ensino infantil, planejado e com intencionalidade, para que não venha ser tratado de forma banal pelos educadores. Com isso a formação continuada dos professores é necessária e de suma importância, para que estejam atualizados em novas práticas, tendências e uso de novas tecnologias.

Contudo consideramos, para que haja a práxis nas brincadeiras o lúdico pode contribuir para o ensino-aprendizagem das crianças e no seu desenvolvimento integral. Sendo parceiro faz com que a criança absorva da melhor forma possível todo conhecimento que for apresentado durante o percurso da educação infantil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. C. **Infância e Educação Inclusiva**. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 65-77, jan./jul. 2005. Disponível em: Acesso em: 01 nov. 2018.

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BORBA, Ângela Meyer. **O brincar como modo de ser e estar no mundo**. In: Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2007.

BRANDÃO, Ana Carolina Veríssimo. **O brincar livre na Educação Infantil: da diversão à garantia de direito(s)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, p. 87. 2018.

BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2010. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein.9394.pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 out. 2020.

CARMO, Carliani Portela do. **Educação Infantil: Ludicidade e Prática Docente**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Campo Grande, p. 129. 2019.

FRANCISCO, Odair Benedito; SOUZA, Renivaldo Santos de. **O brincar no desenvolvimento lúdico da criança**. Colloquium Humanarum, vol. 13. São Paulo, 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. [Organizadoras]. **Métodos de pesquisa**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 20 de out. 2020.

HERNANDEZ-PILOTO, SUMIKA SOARES DE FREITAS. **(Des)Naturalizando a criança no cotidiano da Educação Infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.

LEAL, Patrícia Maristela de Freitas. **O Brincar na Educação Infantil e o Desenvolvimento Integral da Criança**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí: Pouso Alegre, p. 80. 2017.

LIMA, Aline Patricia Campos Tolentino de. **O brincar na educação infantil sob a ótica da criança**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Moura Lacerda: Ribeirão Preto, p. 127. 2019.

KOSCHELNY, Tatiana. **O Brincar administrado: deterioração da experiência do brincar na infância**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de São Paulo: São Paulo. P. 152. 2016.

KRAMER, S. **O papel social da pré-escola**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 58, 1986.

MACHADO, Sandro. **Culturas lúdicas infantis na pré-escola**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, p. 207. 2019.

PIAGET, J. **A Formação do Símbolo na Criança: imitação, jogo e sonho, imagem e Representação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PASQUALINI, Juliana Campregher. **A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil.** 2009. 14 v, n. 1. p. 31-40. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista –UNESP, Araraquara, SP.

ROZENBERG, Bianca. **Kombi dos Jogos: narrativas cartográficas dos brincantes.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa: Minas Gerais, p. 73. 2017.

SANTIN, S. **Educação Física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento.** Porto Alegre: EST/ESEF, 1994.

SARMENTO, M. J. **A globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade.** In: GARCIA, R.L; FILHO, A.L. (Org). Em defesa da educação infantil. Rio de Janeiro, DP&A, 2001, p.13-28.

SILVA, Priscilla Lima Da. **As Infâncias e o Brincar No Contexto Escolar: alguns contrastes entre a cultura lúdica e as práticas pedagógicas.** Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas: Manaus, p. 88. 2014.

SOUZA, Janaina Gomes Viana de. **Experiências vivenciadas pelas crianças na educação infantil: a produção de conhecimentos acerca do mundo.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí: Teresina, p. 168. 2017.

UNICEF. **DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA.** Fundo das Nações Unidas para a Infância, 1959. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf>. Acesso em: out. 2020

VARGAS, Vanessa Alves. **Linguagens infantis: as infâncias vividas nos momentos do brincar na educação infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande: Rio Grande, p. 118. 2015.

VERÍSSIMO, Ana Carolina Brandão. **O Brincar Livre Na Educação Infantil: Da Diversão À Garantia De Direito(s).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2018. p. 88.

VYGOTSKY, L.S; LURIA, A.R. & LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ZANLUCHI, Fernando Barroco. **O brincar e o criar: as relações entre a atividade lúdica e o desenvolvimento da criatividade e educação.** Londrina, 2005.

FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO EM ÁREAS NÃO-CLÍNICAS

Ketellen Santos Rodrigues¹; Mirian Martins de Oliveira¹; Roney Marculano Vieira¹, Victor Johnne Freitas Pacheco².

1. Acadêmicos do Curso de Psicologia – Multivix/Serra (ES);

2. Psicólogo; Professor Multivix– Serra/ES

RESUMO

O presente estudo se concentra nos desafios encontrados pelo profissional de psicologia para atuação em áreas não clínicas, e como apontar de que forma os cursos de psicologia podem se adequar para melhorar a qualidade de formação deste profissional. O objetivo ao propor este trabalho é analisar sob a visão do mundo contemporâneo os possíveis caminhos para atuação do profissional de psicologia em áreas “não clínicas”. Neste contexto, as informações presentes neste projeto visam facilitar a compreensão da atuação do Psicólogo nos dias atuais, com a finalidade de amparar o profissional de psicologia que queira atuar em áreas que não são abordadas de maneira adequada durante a graduação, promovendo assim, uma melhora na performance de profissionais que atuam em áreas fora do contexto clínico.

Palavras chaves: Formação do psicólogo, psicologia organizacional, desafios da psicologia.

INTRODUÇÃO

Em face das questões próprias ao mundo contemporâneo, sabe-se que as diversas mudanças que ocorrem na sociedade podem ser direta ou indiretamente relacionadas a produção de sofrimento psíquico. O ritmo acelerado dessas mudanças impõe demandas que por vezes resultam em consequências negativas à saúde da sociedade, tornando a área de atuação da Psicologia de suma importância para questões de doenças psicológicas. (CURY & GILBERT, 2009)

Segundo Paulo Rosas (2010), a Psicologia vem tentando assumir um lugar legítimo entre as ciências, ainda que não se possam medir os resultados alcançados desta pretensão. Para o autor, o Psicólogo, enquanto profissional de saúde mental, não tem encontrado respaldo na psicologia acadêmica convencional para atingir os resultados adequados aos problemas apresentados pela sociedade. (ROSAS, 2010, p. 86)

A discussão sobre a formação em Psicologia ocorre desde a década de 70 e ainda hoje é um tema de muitos debates e estudos. Lisboa e Barbosa (2009) ressaltam que o foco de discussão segue com temas sobre: questão curricular, a formação científica ou formação para pesquisa, a formação complementar e/ou extra universitária, o estágio acadêmico as metodologias de ensino e de supervisão, a formação docente ou a relação entre graduação e pós-graduação. Porém, a discussão tem sido ampliada para as inúmeras áreas de atuação do psicólogo, trazendo para a discussão as áreas clínicas, organizacional, escolar, avaliação psicológica até as de cunho social-comunitária, jurídica, entre outras. (LISBOA; BARBOSA, 2009)

Campos (2017) afirma que a Psicologia no Brasil ainda é comumente associada à imagem do psicólogo clínico, o que tem resultado na falta de profissionais qualificados que representem ou disseminem a atuação da Psicologia de maneira eficaz em outras áreas. Conforme ressaltado por Dantas e Benevides,

A Psicologia precisa sofrer um processo de abertura e radical de atravessamento aos problemas da sociedade, ser-lhes sensível, propondo interpretações e encaminhamentos possíveis ao seu enfrentamento; deve democratizar o saber, torna-lo acessível e compôlo em conexão com as questões sociais contemporâneas. (2016, p. 175)

Diante de inúmeros desafios que o psicólogo enfrenta na sua atuação profissional, percebemos que no cenário atual dos cursos de psicologia ofertados no Brasil, há um forte predomínio de disciplinas notoriamente clínicas que por vezes não qualificam o profissional adequadamente para atuar em outras áreas. (CAMPOS, 2017)

Conforme ressalta Bock (1999),

Discutir o compromisso social da Psicologia significa, portanto, sermos capazes de avaliar a sua inserção, como ciência e profissão, na sociedade e apontarmos em que direção a Psicologia tem caminhado: para a transformação das condições de vida? Para a manutenção?

(BOCK, 1999, p. 321)

Este trabalho tem, portanto, como objetivo principal apresentar algumas das dificuldades enfrentadas pelo psicólogo para atuar em áreas não clínicas, considerando a atuação no contexto organizacional, e apontar de que forma as grades dos cursos de psicologia podem se adequar para melhorar a qualidade de formação deste profissional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Reflexões acerca da formação do psicólogo no Brasil

A formação em Psicologia implica um compromisso em ir além do cumprimento de etapas curriculares e da busca de um lugar profissional no mercado. (DANTAS & BENEVIDES, 2016, p. 176)

Sendo a formação do psicólogo um processo que se transforma de acordo com a realidade social, devemos compreender a formação profissional não somente como um lugar de reprodução, mas também de superação. Faz-se necessário diante do cenário atual das grades curriculares no Brasil, a defesa de uma formação que vise às necessidades da sociedade atual e não somente uma grade curricular que prepare os alunos apenas para atuação em Psicologia Clínica, como ainda tem ocorrido no Brasil. (KANAN & AZEVEDO, 2006)

No contexto histórico da Psicologia, segundo Bock (2015), o que se tinha entre os anos de 1960 e 1970 era uma formação em Psicologia restrita a uma pequena

parte da sociedade brasileira, que servia apenas a interesses da elite cujo objetivo era categorizar e classificar os indivíduos. As teorias das grades eram positivistas ou idealistas, e os instrumentos não eram adaptados para aplicação da realidade da população brasileira. As ofertas das disciplinas eram distantes e isoladas do cotidiano e dos problemas reais configurando a formação tecnicista e autorcentrada. O currículo era totalmente vinculado a autores estrangeiros e o conhecimento repassado de forma mecânica, tornando a aplicação automática e tecnicista. (BOCK, 2015)

Segundo Bock (2001), somente a partir do século XXI,

A psicologia passa a ser de um interesse social e coletivo, criando novas políticas públicas, novos cursos não mais restrito somente a elite, estabelecendo assim um compromisso social, olhando para a sociedade e buscando agir sobre suas necessidades, rompendo o compromisso "exclusivo" com a elite, mas firmando um compromisso acessível e que abrange o interesse de todos, buscando olhar o indivíduo e ver além, investigando a sociedade em que ele vive. (BOCK, 2001, p. 249).

Nos anos 70 e 80, o Brasil passava por um regime ditatorial que provocou inúmeras mudanças sociais importantes para o fortalecimento de movimentos sociais que ampliavam o debate para um novo projeto da Psicologia. Neste contexto (Bock, 2010) a psicologia passava a se posicionar politicamente com o objetivo de ampliar a atuação do profissional para além da prática clínica, levando o acesso a indivíduos historicamente excluídos. A partir do final dos anos 80, a Psicologia começava a atuar para além da prática clínica e os profissionais começavam a se comprometer com outros campos de atuação não-clínicos:

Nesse momento, psicólogos já atuavam comprometidos com outra população, como, por exemplo, a Psicologia Comunitária, que tinha contato direto com essas populações e era uma expressão concreta desse novo projeto. O campo de atuação do psicólogo se estendia ao serviço público no âmbito da saúde mental, à atuação em hospitais, ao trabalho junto a sindicatos e movimentos sociais, a uma inserção crítica na educação, a ações junto ao judiciário e à assistência social, enfim a ampliação da intervenção dos psicólogos relacionada ao atendimento de necessidades e interesses de segmentos sociais que, historicamente,

havam ficado distantes das contribuições dos psicólogos. (BOCK & RECHTMAN, 2019, p. 2).

Guzzo (2018), afirma que as dificuldades na formação ainda esbarram com outros pontos nos dias atuais e algumas oposições ao modelo atual dos cursos começaram a ser discutida por alguns autores, como por exemplo,

Os dilemas entre formar psicólogos generalistas ou especialistas; entre um currículo rígido ou flexível; entre cursos teóricos ou essencialmente práticos; além dos dilemas éticos referentes à formação. (Guzzo, 2018, p. 150).

Neste contexto, discute-se justamente o perfil profissional do Psicólogo nos dias atuais, bem como o conhecimento científico necessário para que este profissional esteja capacitado devidamente para atender as questões presentes na sociedade brasileira.

O Psicólogo Organizacional no mundo contemporâneo

Com os avanços e mudanças no mundo contemporâneo do trabalho, as práticas psicológicas também passaram por alterações, onde o psicólogo começa a atuar também nas intervenções estratégicas das organizações, saindo um pouco do campo tradicional que marcava a identidade do psicólogo no campo de gestão de recursos humanos, com atividades de seleção de pessoal, avaliações psicológicas, treinamento e qualificação de profissionais com avaliação de tarefas e desempenho. (MULLER, 2018)

Segundo Campos (2017), promover a saúde do trabalhador nas organizações impõe desafios específicos ao psicólogo organizacional, visto que, baseadas na sua formação acadêmica, poucas são as abordagens que visam à capacitação do profissional que deseja atuar no âmbito organizacional. Assim, os autores Cury e Gilbert (2009), sugerem que entre os desafios encontrados pelo psicólogo organizacional, destacam-se: confronto com o fato de ser empregado e precisar atender às demandas da organização, a cultura organizacional que por vezes não

é favorável às práticas psicológicas, a falta de trabalhos com referências para o desempenho da sua atuação e a falhas na própria formação.

Conforme ressaltado por Kanan e Azevedo (2006), o fato da formação dos cursos de psicologia ainda estarem voltados para atuação clínica nos dias atuais deve-se também das influências geradas nos contextos social e profissional, como: alienação da sociedade quanto as práticas profissionais para além da área clínica, pouca demanda de estágios no contexto organizacional, baixa qualidade dos estágios curriculares, inexistência de treinamento adequado na graduação para atuação multidisciplinar, professores despreparados e sem experiência prática na área organizacional, conceitos estereotipados sobre a função do psicólogo organizacional, não se esquecendo do baixo número de psicólogos em cargos de liderança nas organizações.

Neste cenário, os autores Visc et al., (2017) ressaltam que é importante observar as inúmeras identidades que formam o contexto organizacional, pois essas respectivas identidades geram naturalmente novas realidades subjetivas para cada indivíduo, ocasionando um processo dialético de mudanças no mundo social. Desta forma, pressupõe-se que a formação das organizações ocorre a partir das interações humanas que exercem suas atividades no ambiente de trabalho, levando a Psicologia a assumir, portanto, um importante papel com ações de prevenção e intervenção para promoção de saúde dos indivíduos dentro deste contexto.

Levando em consideração o problema apresentado a respeito dos desafios encontrados pelos psicólogos para atuar em áreas não-clínicas, pode-se citar, então, como fatores que contribuem com esse cenário, a falta de formação adequada pelos cursos de psicologia no Brasil, uso de técnicas ou teorias desconhecidas ou de validade duvidosa, e também o desconhecimento dos profissionais sobre o papel do psicólogo no mundo contemporâneo.

As situações mencionadas acima ocorrem no dia a dia do psicólogo, entre tantas outras, e aparecem como avaliação negativa por parte dos profissionais que atuam em áreas fora do contexto clínico. As composições dos currículos dos

cursos de Psicologia, por exemplo, preparam os alunos exclusivamente para atuação em Psicologia Clínica, esquecendo-se do exercício profissional em tantas outras áreas, deixando de focar por exemplo na atuação organizacional que tem crescido pontualmente nos últimos anos. (CAMPOS, 2017).

Desafios do psicólogo organizacional no campo de atuação não-clínico

A psicologia enquanto profissão no Brasil possui ainda uma recente história, passando a existir enquanto profissão somente em 1962, sendo majoritariamente clínico. Com o aumento e crescimento em diversas outras áreas da saúde, os psicólogos passaram a ter maior contato com a população e os serviços públicos. (PAULIN & AMÉLIA, 2009).

Uns dos principais desafios foram voltados, primeiramente às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), tendo como última atualização em 2011, onde foi bastante discutido e sancionado, debates sobre, a predominância de formar alunos de caráter clínico, como também, voltado à classe média e alta. (ELANA; FÁTIMA, 2020). Os mesmos autores afirmam também que, tais diretrizes obtiveram mudanças significativas às novas grades curriculares, tanto a respeito à formação dos alunos, quanto para as demandas da realidade brasileira, porém, em contrapartida, é ainda escasso, estudos científicos que defendam tal cenário.

Diante de tantas mudanças, a Psicologia Organizacional e do Trabalho expandiu seu escopo no que se refere à inserção protagonismo, visto que novos modelos de intervenção vêm sendo demandados para atender aos altos níveis de conhecimento e novas técnicas exigidas pelas organizações. (VISC et al., 2017). Conforme ressalta Mulbheier (2018),

A Psicologia do Trabalho se reposiciona, e a obsessão pela produtividade, concede lugar para um entendimento mais próximo do sujeito que trabalha. Isto pois, implica em um aumento do campo de visão do pesquisador pela terceira face, conseguindo levantar e discutir temas até então não permitidos ou esquecidos. (MÜLBHEIER, 2018, p. 11)

Porém, além da falta de referencial oferecido pelos cursos de Psicologia no Brasil (CAMPOS, 2017), o psicólogo organizacional encontra também outros desafios para sua atuação, em termos de satisfação de trabalho. Para Lima, Costa e Yamamoto (2011), alguns profissionais avaliam alguns aspectos negativamente como: remuneração, carga excessiva de trabalho, condições de atuação com outros profissionais nas organizações, o desconhecimento das lideranças organizacionais sobre o papel do psicólogo nas organizações.

Zanelli, Bastos e Rodrigues (2014), citados por Mueller (2018), ressaltam também inúmeros desafios que norteiam a atuação do psicólogo organizacional e do trabalho, no que se refere ao uso de técnicas ou concepções desconhecidas ou de validade duvidosa, bem como a inexistência de profissionais que atuam nessa área sem a base científica necessária para tal, e a enorme falta de avaliações cuidadosas de situações. Os autores citados alertam ainda para a falta de formação adequada dos profissionais que atuam no âmbito organizacional. Em relação a todos esses fatores, os autores apontam também que a área organizacional e do trabalho segue sendo pouco mencionada na maior parte dos cursos do Brasil. Conforme ainda ressaltando por Santos (2016)

As metodologias utilizadas pelos psicólogos organizacionais são muito debatidas e problematizadas pela própria Psicologia, seja no sentido de contribuir para uma prática mais reflexiva nesse campo da Psicologia, ou para situar o caráter pejorativo que a prática desses profissionais toma em alguns contextos (SANTOS, 2016, p. 47)

Segundo Zanelli (1984), as disciplinas ofertadas nos cursos de psicologia não são favoráveis a Psicologia Organizacional, pois geralmente focam em preparar os alunos apenas para o exercício profissional da Psicologia Clínica. Como consequência, os alunos generalizam o modelo clínico nos procedimentos voltados para as empresas, o que para o autor não é ideal tendo em vista que o modelo clínico geralmente é pautado na análise individual dos problemas, não levando em conta todo o contexto ambiental.

Zanelli (1984), resalta também a falta de disciplinas voltadas para Administração e Economia, que segundo ele deveriam ser aplicadas para fornecer aos alunos a

compreensão de inúmeras nuances do processo organizacional, complementado assim a formação dos alunos que escolham atuar nessa área. Podemos dizer, neste cenário, que o Trabalho e as Organizações seguem passando por diversas mudanças no decorrer dos últimos anos, desde a linguagem utilizada no âmbito organizacional até os modelos de gestão das instituições. “Gestão de recursos humanos” passou a ser nomeada como “gestão de pessoas”, e termos como “área de people” tem sido usados cada vez mais nas organizações do mundo moderno. (SATO, 2017) Conforme ressalta Santos (2013),

Também passaram a ser exigidas outras atribuições do psicólogo dentro das organizações de trabalho, a saber: “empowerment” (empoderamento de equipes), estudo de liderança, ênfase na diversidade cultural, teorias da motivação, conflitos organizacionais, comunicação, entre outras abordagens que priorizassem uma atuação dos psicólogos voltada para o grupo e seus impactos no ambiente trabalho. (SANTOS, 2013. p. 23)

Em pesquisas com alunos prestes a se formarem, Albanese et al., (2016), constata que, enquanto futuro profissionais da saúde, admitem buscar práticas terapêuticas em experiências pessoais, afim de tentar estancar a falta de experiência ofertada em cursos de graduação, onde que, ensinam distintas teorias sem experiência pratica como amostra de soluções. Há uma divisão entre teoria e prática.

Para Rezende (2014), ao coletar informações acerca da formação, descreve que, há de fato um crescimento significativo em áreas como, as da saúde e a organizacional, mas que, em contrapartida, se tem muito a fazer sobre o que é ensinado, para o que é demandado em prática.

Segundo Campos (2017), na atuação como psicólogo do trabalho o profissional deve proporcionar em suas práticas a transformação da organização, administrando tanto a organização, quanto os trabalhadores promovendo um ambiente de trabalho que os indivíduos atribuam significado para si mesmos. A partir disso, podemos compreender que a prática psicológica, independente do campo de atuação, ocorre através da escuta, acolhimento, suporte, orientação e conhecimento específico para atender às reais necessidades do indivíduo.

Desta forma, queremos pensar a atuação do profissional Psicologia em áreas nãoclínicas, acreditando que não é possível falar de Psicologia nos dias atuais sem se adequar a todos os contextos que a sociedade está inserida, sem refletir sobre as novas concepções do ser humano no mundo contemporâneo. Conforme Martin Boró (1996) ressalta, é imprescindível que o objetivo principal deste profissional seja a conscientização do indivíduo:

Ao afirmar que o horizonte primordial da psicologia deve ser a conscientização, se está propondo que o *quefazer* do psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade. (BORÓ, 1996, p. 17).

METODOLOGIA

Para construção deste trabalho foi escolhida a revisão narrativa da literatura, realizada através de pesquisa básica qualitativa exploratória, utilizando as bases de dados do Google Acadêmico, da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) que inclui PePSIC, Scielo, Lilacs e demais artigos de periódicos que pudessem contribuir com conteúdo relevantes à pesquisa. As palavras-chaves utilizadas foram: Formação do psicólogo, psicologia organizacional, desafios da psicologia.

A pesquisa bibliográfica do presente projeto irá se concentrar em descrever o os desafios encontrados pelo psicólogo para atuação da sua profissão dentro dos mais variados contextos, visando compreender a posição que o profissional ocupa em outros campos e como essa atuação em áreas não clínicas pode ser eficaz no cotidiano dos indivíduos. Dessa forma, será estudado a partir de autores como: Ana Bock, Maria Agnes Pérez, Gil, Cury, Gilbert, dentre outros. Encontramos no decorrer da pesquisa uma dificuldade para encontrar artigos científicos referente ao tema sobre “atuação em áreas-não clínica”, identificamos a escassez de artigos com o tema propostos, alguns rasos, outros com a data de publicação antiga.

PROBLEMA DA PESQUISA

Sendo a Psicologia uma profissão que atende inúmeras demandas em diferentes contextos, torna-se necessária a discussão levantada por este trabalho, uma vez

que o psicólogo ainda vivência determinados conflitos entre o conhecimento adquirido na graduação, totalmente voltado para área clínica, e o conhecimento adequado para as demandas que surgem em outros contextos do seu cotidiano. Diante do exposto, surge a seguinte discussão: os cursos de Psicologia estão preparados para capacitar o profissional que queira trabalhar nas mais diversas áreas de atuação que a sua profissão permite? Como o psicólogo pode atuar de maneira eficaz em áreas “não clínicas” diante de grades curriculares voltadas para um modelo de atuação clínico?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a qualidade dos cursos de graduação em Psicologia é extremamente delicado, pois quando pesquisamos sobre os autores que abordam sobre o assunto é explícito a divergência de opiniões entre eles, no entanto, sobre a formação do profissional nos aspectos de conhecimento de áreas não-clínicas, a maioria dos autores corroboram com a crítica pontuada neste trabalho.

Acerca da atuação do psicólogo em áreas não-clínicas no cenário brasileiro contemporâneo, percebemos a necessidade de pontuar que tal profissional emerge no ponto em que a Psicologia deixa de estudar somente o indivíduo, para estudar os diversos mais contextos que este indivíduo está inserido. A Psicologia Organizacional surge, neste cenário, a partir do momento em que os psicólogos passam a estudar não somente os postos de trabalho, mas a se interessar também pelo conhecimento das estruturas das organizações.

Atuar como psicólogo organizacional nos dias atuais não se trata apenas de participar de processos de recrutamento e seleção nas organizações. O profissional no contexto organizacional precisa estar atento para captar as diferenças dos indivíduos, entender as necessidades, identificar as forças e não somente as fragilidades que se configuram no contexto organizacional. Portanto, o fazer do psicólogo organizacional precisa acontecer de forma interdisciplinar, onde o psicólogo atua juntamente e diretamente com os líderes organizacionais, ajudando os gestores a criticar a realidade, discutindo a garantia dos direitos e da qualidade de vida no âmbito das organizações.

REFERÊNCIAS

- ALBANESE, Luciana, CAMARGO, D. et al. **Formação do Psicólogo Brasileiro: Impasses e Desafios**. Revista INFAD de Psicologia. a, Nº1-Vol.2, 2016.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social**. Estudos de Psicologia 1999, 4(2), 315-329.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **A Psicologia como Profissão: Entrevista com Ana Bock**. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 30, n. spe, p. 246-271, 2010.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico**. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 17, n. 2, p. 37-42, 1997.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **Perspectivas para a formação em psicologia**. Psicol. Ensino & Form., São Paulo, v. 6, n. 2, p. 114-122, 2015.
- BORÓ, Ignácio Martin. **O Papel do Psicólogo**. Estudos em Psicologia; v.2, p.7-27.1996.
- BORSA, Juliane Callegaro. **Considerações sobre a Formação e a Prática em Avaliação Psicológica no Brasil**. Temas em Psicologia. Vol. 24, nº 1, 131-143, 2016.
- CAMPOS, Dinael Corrêa De. **Atuando em psicologia do trabalho, psicologia organizacional e recursos humanos**. 2. ed., revista e ampliada. - Rio de Janeiro: LTC, 2017.
- CARLOS, Daniele de Oliveira. PACHECO, Maria Eniana Araujo Gomes. **Atuação do Psicólogo Organizacional com Base na Abordagem Analítico-Comportamental**. Vol. 3. Scientia. 2016 ISS 2317-5839.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos**. Vol. 1. São Paulo. Atlas, 1981.

DANTAS, Jurema; BENEVIDES, Pablo Severiano. **Uma discussão sobre a formação em Psicologia: (re)pensando discursos, saberes e práticas na contemporaneidade.** *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 161-182, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GILBERT, Maria Agnes Pérez; CURY, Vera Engler. **Saúde Mental e Trabalho: um estudo fenomenológico com psicólogos organizacionais.** *Boletim de Psicologia*, 2009. Vol LIX, ° 130: 045-060

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Pesquisa e Mudança Social: desafios e dificuldades para a formação em psicologia.** *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 143-156, set./out. 2018.

KANAN, Lilia Aparecida; AZEVEDO, Beatriz M. de. **O que é indispensável atualmente na formação do psicólogo organizacional.** *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 7, ago. 2006.

LEMOS, A. e *Col.* **Reflexão sobre a importância da psicologia nas organizações.** *Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais*, v. 4, n.1, - p.43-50, jan./jun. 2007.

LIMA, Fellipe Coelho. COSTA, Ana Ludmila Freire. YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **O exercício Profissional do Psicólogo do Trabalho e das Organizações: Uma Revisão da Produção Científica.** *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 11, 2, jul-dez 2011, 21-35.

LISBOA, F. S., & BARBOSA, A. J. G. **Formação em psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação.** *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(4), 718737. 2009.

MULLER, Daniele Elise. **Desafios do psicólogo no campo organizacional e contribuições da teoria psicanalítica.** Trabalho de conclusão de curso. Rio Grande do Sul. (2019).

MULBHEIER, Andréia. **Considerações acerca da formação e atuação do psicólogo organizacional na gestão: o lugar do gestor numa perspectiva psicanalítica.** Monografia. Rio Grande do Sul; 2018.

PAULIN, Thatiane, LUZIO, Cristina Amélia. **A Psicologia na Saúde Pública: desafios para a atuação e formação profissional.** Revista de Psicologia da UNESP, 8(2), 2009. 98.

RECHTMAN, Raizel; BOCK, Ana Mercês Bahia. **Formação do Psicólogo para Realidade Brasileira: Identificando Recursos Para Atuação Profissional.**

Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v.35, p.1-10, 2019.

REZENDE, Lecione Bárbara de. **Da formação à prática do profissional psicólogo: Um estudo a partir da visão dos profissionais.** Campus Universitário/UFJF – instituto de ciências humanas – departamento de Psicologia Juiz de Fora (MG).

RIBEIRO, Maisa Elena, SOLIGO, Ângela Fátima. **Diretrizes curriculares e formação do Psicólogo Brasileiro: Avanços retrocessos e desafios.** Integración Académica en Psicología Volumen 8.

SANTOS, Flávia de Melo dos. **Um recorte do cenário da Psicologia Organizacional no Espírito Santo.** Dissertação; Espírito Santo; 2013.

VISC, Bruno; VASCONCELOS, Eveli Freire; PELLICIOLI, Eduardo. **O Psicólogo Organizacional e do Trabalho na Gestão de Pessoas: perspectiva ética como competência primordial.** Revista FOCO, v. 10, n. 3, p. 90 – 105, ago./dez. 2017.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM MEIO A CRISE DO CORONAVÍRUS

Bruno de Souza¹, Sandrine Luz de Sá¹, Vânia Lucia Dias¹

Hannah Nicchio Loriato²

RESUMO

Neste artigo foi proposto demonstrar como o planejamento estratégico pode contribuir para a sobrevivência das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) do Espírito Santo em meio à Crise do Coronavírus. Foi relatado como uma crise sem precedentes, que poderá ter grandes consequências para economia do país, exigirá maior planejamento para tomada de decisões mais assertivas. Este artigo se fundamenta em uma revisão bibliográfica pelos principais autores da área, caracterizando os conceitos do planejamento estratégico e sua importância no gerenciamento das empresas, além desse método de pesquisa, são apresentados dados de pesquisas de mercado de como as MPEs estão se comportando em um período de histórico de incertezas. Conclui-se que a falta de planejamento leva muitas empresas a fecharem as portas em pouco tempo de atuação, sendo, portanto, uma ferramenta fundamental para MPEs se prepararem e planejarem durante os períodos de crise antecipando a visão futura de mercado, aproveitando oportunidades no período de retomada em um mercado globalizado e cada vez mais competitivo.

Palavra-Chave: Planejamento estratégico; Micro e pequenas empresas; Coronavírus; Crise.

INTRODUÇÃO

O planejamento está presente em tudo nas nossas vidas desde que nascemos, passando pelo nosso crescimento, na formação da nossa família e da sociedade na qual estamos inseridos e também na vida profissional que escolhemos.

No mundo dos negócios um planejamento mais formal é necessário, pois gerir uma empresa com sucesso é um grande desafio imposto pelo mercado hoje. Kotler (1998) complementa ao afirmar que se trata de um sistema gerencial que ajuda a organização a chegar nos seus objetivos.

Para Chiavenato (2020) planejar é fundamental na administração e consiste em analisar a situação atual, definir objetivos e metas a longo prazo, executar e conferir, enquanto Lemes Júnior (2019) diz que o planejamento está ligado ao que chamamos na administração de Ciclo PDCA (Planejar, executar, verificar e corrigir). O planejamento estratégico possui características e etapas a serem percorridas, envolve todos os setores de uma empresa desde o financeiro, recursos humanos e produção até o externo do qual ela depende como os fornecedores.

Indicadores do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas) apontam que existem mais de 17 Milhões de empresas de pequeno porte (EPP) e micro empresas (ME) no Brasil (DATASEBRAE, 2020), e no Espírito Santo segundo a Junta comercial do estado até o primeiro semestre de 2019 existiam 131.188 micro empresas ativas e 15.542 pequenas empresas. Segundo o Sebrae (2017) uma das principais causas de mortalidade de micro e pequenas empresas no Brasil é a falta de planejamento adequado.

Existe entre os empresários donos de empresas de pequeno e médio porte a crença de que planejamento estratégico é um recurso para grandes empresas por demandar alto custo e investimento, além de ter uma implementação complexa, o que não é a realidade e o planejar estrategicamente pode ser o diferencial para manter seu negócio.

A pesquisa foi realizada com base em artigos e pesquisas recentes de órgão governamentais e instituições de apoio à micro e pequenas empresas, como o Sebrae que demonstram o impacto da crise atual nessas empresas e como o planejamento estratégico as ajuda a sobreviver. Essa pesquisa analisa o cenário no Brasil e no estado do Espírito Santo em relação as cerca de quase 13 milhões de micro e pequenas empresas que segundo o DataSebrae estão mais expostas a crise do Coronavírus. Buscando analisar os impactos e as novas perspectivas para o futuro.

Segundo o Sebrae (2020) a crise econômica provocada pelo isolamento social decorrente da pandemia afeta organizações no mundo todo independente do seu tamanho, mas as micro e pequenas empresas são as mais atingidas e no Brasil cerca de 80% dessas empresas sofreram impactos severos.

O objetivo deste estudo, diante da situação demonstrada, é responder a seguinte questão: Como o planejamento estratégico pode contribuir para as micro e pequenas empresas do Espírito Santo a sobreviverem em meio à crise do Coronavírus?

Além disso, esta pesquisa buscou, em seus objetivos específicos: descrever a relevância do planejamento estratégico para micro e pequenas empresas em meio a uma crise, verificar como o planejamento estratégico beneficia micro e pequenas empresas, e analisar o impacto da crise provocada pelo Coronavírus nas pequenas empresas no Brasil e no estado do Espírito Santo.

Nesse sentido, este artigo justifica-se pelo fato de vivemos em um mundo dinâmico, aonde a administração e suas boas práticas se faz necessária em uma sociedade em constante mudança, levada a se planejar com os desafios sociais, econômicos e de saúde que o mundo impõe atualmente. Estamos sendo convidados a nos reinventar e a pensar a longo prazo, mas cuidando do presente usando o planejamento. No que diz respeito às organizações todas necessitam fazer uso dessa ferramenta, principalmente aquelas de pequeno porte aonde os desafios impostos ao mundo atualmente afetam de maneira mais dura e imediata.

REFERENCIAL TEÓRICO MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

De acordo com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), existe no Brasil pelo menos três definições de micro e pequenas empresas, sendo a mais comum a que está na Lei Geral das Microempresas e empresas de Pequeno Porte. Segundo a Lei Complementar nº 123 de 2006, capítulo 3 Art. 3º, atualizada em 2014, quanto a definição da micro e pequenas empresas, se considera microempresa aquela com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00, pequena empresa aquela com renda anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, e o microempreendedor individual igual ou inferior a R\$ 81.000,00.

A Lei nº 123 ainda diz que Microempresa é uma sociedade empresária, de sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada e devidamente registrada nos órgãos competentes. O Sebrae seguindo o que a Lei Geral diz define Micro e Pequenas Empresas utilizando como critérios, conforme a Tabela 1, a receita bruta e o número de empregados do IBGE que na Indústria

Microempresas as com até 19 empregados, pequena de 20 a 99 empregados, média 100 a 499 empregados, grande mais de 500 empregados. No Comércio e Serviços Microempresas as com até 9 empregados, pequena de 10 a 49 empregados, média de 50 a 99 empregados e grande com mais de 100 empregados.

SEBRAE	
Porte	Receita Bruta Anual
Microempresa	Igual ou inferior a R\$ 360.000,00
Empresa de pequeno porte	Superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00

Tabela 1: Classificação de micro e pequenas empresas (Fonte: Sebrae, 2020)

Porte	Comércio e Serviços	Indústria
Microempresa (ME)	Até 9 empregados	Até 19 empregados
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	De 10 a 49 empregados	De 20 a 99 empregados
Empresa de médio porte	De 50 a 99 empregados	De 100 a 499 empregados
Grandes empresas	100 ou mais empregados	500 ou mais empregados

Figura 1: Definição de porte de estabelecimentos segundo o número de empregados (Fonte: Sebrae, 2013)

Drucker (2003) diz que existe certa dificuldade em determina o tamanho de uma empresa, assim o tamanho de uma empresa costuma ser classificado de acordo com sua estrutura administrativa.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Segundo Chiavenato (2020), a Teoria Geral Sistêmica, criada por Ludwig Von Bertalanffy, afirma que existe vários tipos de sistemas e uma organização é um sistema aberto, o que significa que uma empresa é um sistema formado por um conjunto de elementos diferentes entre si, mas que quando juntos formam uma unidade. Para que todos esses componentes funcionem é preciso planejamento.

A organização é um sistema criado pelo homem e mantém uma dinâmica interação com seu ambiente, sejam clientes, fornecedores, concorrentes, entidades sindicais, órgãos governamentais e outros agentes externos. Influi sobre o meio ambiente e recebe influencia dele. Além disso, é um sistema integrado por diversas partes ou unidades relacionadas entre si, que trabalham em harmonia umas com as outras, com a finalidade de alcançar uma serie de objetivos, tanto da organização como de seus participantes (CHIAVENATO, 2020, p.226).

Planejar é analisar o futuro, verificar o ambiente no qual se está inserido e construir um caminho adequado para se chegar ao objetivo final. Planejamento é uma ferramenta administrativa e muito importante para uma organização, seja ela de pequeno ou grande porte, que está inserida em um mundo de alta competitividade em todos os níveis e tamanhos de organizações existentes.

De acordo com Mintzberg (1987), pela sua natureza, a estratégia implica em uma série de significados ou dimensões. Neste sentido, a estratégia pode ser compreendida como um(a):

a) Plano (Plan): equivale a dizer que estratégia é um curso de ação, uma diretriz para lidar com uma situação. Nesta dimensão, a estratégia tem duas características essenciais: é elaborada de forma anterior à implementação das ações, e desenvolvida de forma consciente e, na maioria das vezes, explicitada através de um planejamento formal. Assim, a estratégia pode ser vista como um plano que especifica quais escolhas e caminhos serão necessários, desenhado para assegurar que os objetivos básicos do negócio sejam alcançados;

b) Pretexto (Ploy): nesta dimensão, a estratégia se constitui em uma manobra específica, um truque ou estratagema, com a intenção de obter vantagem sobre um concorrente ou competidor. Por exemplo, uma corporação pode ameaçar expandir sua capacidade instalada apenas para desencorajar um competidor a construir uma nova planta. A estratégia como pretexto foca sua atenção no aspecto dinâmico e competitivo entre as organizações que disputam o mercado;

c) Padrão (Pattern): foca na ação e indica a(s) estratégia(s) realizada(s). Como um fluxo de ações, indica a consistência no comportamento adotado ou no padrão que caracteriza uma corrente de ações;

d) Posição (Position): indica o lugar no ambiente onde se concentram os recursos. É uma ideia que inclui as escolhas dos segmentos e nichos, ou a posição ocupada no mercado para evitar os competidores ou ser melhor do que eles. É uma maneira de contextualizar a empresa inserindo-a em seu ambiente competitivo;

e) Perspectiva (Perspective): consiste não apenas de uma posição escolhida, desejada, sob uma perspectiva de longo prazo, mas também em uma forma dos gestores e da organização, como um todo, enxergarem o mundo e avaliarem as possibilidades da empresa perante o mercado. Assim, algumas

organizações são mais agressivas, buscando novas tecnologias e novos mercados, enquanto outras percebem o mundo como mais estável, buscando criar barreiras para se proteger da concorrência e/ou de outras ameaças potenciais. A estratégia, como perspectiva, é para a organização o que a personalidade é para o indivíduo. É a forma de ver, interpretar e agir sobre o mundo, regulando o comportamento por meio de um conjunto de normas e valores compartilhados pela organização.

Os 5PS representam possibilidades distintas de aplicação da estratégia, podendo ser utilizados de forma individual ou combinadas. Favorece o entendimento sobre o contexto no qual a empresa está inserida, como se modifica e interage com o mercado. Ao implementar a estratégia os 5 Ps da estratégia podem ajudar na validação, na avaliação e provavelmente na realização de ajustes.

Para Pereira (2010), planejamento estratégico é um processo de análise sistemática dos pontos fortes e fracos da organização, das oportunidades e ameaças do ambiente externo e como isso afeta a empresa, com o objetivo de criar estratégias que aumentem a competitividade e o grau de resolutividade dos problemas enfrentados, assim demonstra a figura 2.

De acordo com Chiavenato (2014), planejamento estratégico é aquele realizado no nível institucional da empresa, ou seja, por seus dirigentes que estão voltados para o mercado e o que ele demanda da organização. Ele ainda diz:

O planejamento estratégico é um conjunto de tomada deliberada e sistemática de decisões envolvendo ações que afetam ou deveriam afetar toda a empresa por longos períodos. É o planejamento que envolve prazos mais longos de tempo, é mais abrangente e é discutido e formulado nos níveis hierárquicos mais elevados da empresa, isto é, no nível institucional e incluindo o Conselho de Administração. É um processo contínuo de tomada de decisões estratégicas, e não mais um plano feito e refeito apenas a cada ano que passa. Não se preocupa em antecipar decisões a serem tomadas no futuro, mas sim em considerar as implicações futuras das decisões que devem ser tomadas no presente. (Chiavenato, 2014, pág.160).

Ainda de acordo com Chiavenato (2014), o planejamento estratégico apresenta as características de ser projetado a longo prazo, voltado para as relações entre a empresa e seu ambiente de tarefa e envolve a empresa como um todo. O planejamento também exige as seguintes etapas: Determinação dos objetivos empresariais, análise ambiental externa, análise organizacional interna,

formulação das alternativas estratégicas e escolha da estratégia empresarial, elaboração do planejamento estratégico, implementação por meio de planos táticos e planos operacionais e acompanhamento e avaliação dos resultados.

De acordo com Andrade (2016), as primeiras ações do planejamento deve ser a definição do negócio que é a parte da decisão de qual é o setor em que a empresa atua e/ou pretende atuar, focando em uma área específica dentro dele.

Cruz (2017), acrescenta que uma organização precisa ter uma identidade e ela é formada pela missão, visão e valores:

- **Missão:** A missão, também conhecida como a razão de ser de uma empresa, expressa o verdadeiro motivo pelo qual uma organização existe. Para definir a missão é necessário definir o negócio, ou negócios, e identificar os sujeitos, ou seja, seus clientes, para os quais os benefícios oferecidos pelos serviços e/ou produtos serão dirigidos.
- **Visão:** É a definição das ações futuras da empresa, aonde ela quer chegar. É uma meta ambiciosa a longo prazo que define os objetivos e ações da organização.
- **Valores:** São os princípios morais e crenças que iram guiar o comportamento de todos os colaboradores dentro da organização. Segundo Kotler (1998), o planejamento estratégico é o processo de desenvolver e manter o ajuste estratégico entre as metas e as capacidades da instituição e suas oportunidades mutantes de marketing. Implica no desenvolvimento de uma missão institucional clara, no apoio às metas e objetivos, na estratégia sólida e implementação adequada

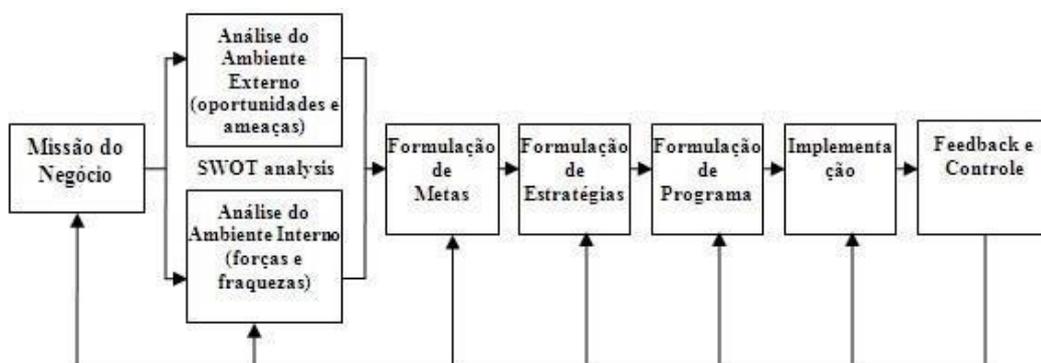


Figura 2: O processo de planejamento estratégico (Fonte: Kotler, 1998)

- **Missão do Negócio:** Segundo Kotlher (2020) a declaração de missão bem elaborada é capaz de direcionar os funcionários a trabalhar de forma independente, mas com impactos direto no coletivo para atingir os propósitos da empresa.
- **Análise do Ambiente Externo (Análise de Oportunidades e Ameaças:** Kotler (2020) diz que essa análise baseia-se na capacidade da inteligência de marketing da unidade de negócios monitorar as mudanças mais relevantes, e a administração atuar na identificação de oportunidades e ameaças associadas ao negócio.
- **Análise do Ambiente interno (Análise de Forças e Fraquezas):** Segundo Kotler (2020) uma coisa é perceber oportunidades atraentes e outra é ter competência para ser bem-sucedido nessas oportunidades. Está relacionado a capacidade de identificar se o negócio deve ficar limitado a oportunidades nas forças que já possui ou se deve desenvolver novos pontos fortes em busca de novas oportunidades.
- **Formulação de metas:** Segundo Kotler (2020) é elaborada de acordo com os objetivos das unidades de negócio para alcance de melhores resultados, auxilia no planejamento, a implementação e o controle.
- **Formulação da Estratégia:** É a capacidade de estabelecer os meios pelos quais se pretende alcançar os resultados das metas já estabelecidas. Segundo Kotler (2020) todos os negócios devem preparar estratégias para atingir suas metas: estratégias de marketing, estratégia de tecnologia e estratégia de busca de recursos
- **Formulação do Programa:** Kotler(2020) afirma que é a criação de programas capazes de dar suporte as áreas envolvidas para o alcance dos objetivos estratégicos definidos,
- **Feedback e Controle:** Segundo Kotler (2020) as mudanças podem acontecer em ritmo e intervalos diferentes para cada organização. Durante o processo de implementação da estratégia, é necessário acompanhar e controlar o processo, identificando os êxitos e as falhas nos processos, e monitorando as mudanças nos ambientes. A empresa deve ter ciência que a mudança poderá acontecer em algum momento, mas quando acontecer deverá rever implementação, programas, estratégias, ou até objetivos.

Planejamento estratégico para Micro e Pequenas empresas

Couto *et al* (2017), diz que assim como ocorre a cada ano no Brasil o aumento do número de micro e pequenas empresas também ocorre o aumento do número de fechamento dessas empresas que encontram nos fatores externos como burocracia, política e economia seus maiores desafios. Ainda segundo o Sebrae (2017) a falta de planejamento estratégico é a segunda maior causa de fechamento de empresas por existir o hábito de abrir uma empresa e simplesmente deixá-la aberta e ver o que acontece sem nenhum planejamento. O mercado atual exige planejamento para se sobreviver nele.

Para Chiavenato (2012) os motivos dessa mortalidade dos pequenos negócios é quase sempre o imprevisto adotado ao planejar e tocar os pequenos negócios. A tendência é culpar o mercado e os produtos e serviços, quando o problema está na falta de planejamento. O autor diz que além da falta de planejamento os problemas econômicos como um dos fatores relevantes para a mortalidade das MPE que apresentam dificuldade na gestão financeira por falta de conhecimento, contudo essas empresas têm demonstrado flexibilidade em lidar com desafios. O autor ainda diz que grandes ideias surgem todos os dias, mas transformar ideias em oportunidades é o desafio dos empreendedores. O que transforma uma ideia em oportunidade é o planejamento e para fazê-lo é necessário refletir sobre a empresa sua área de atuação, seus objetivos e público alvo.

De acordo com Chiavenato (2012), as MPE têm três vantagens em relação as empresas de maior porte que são: Facilidade em focar em um nicho de mercado, atendimento individualizada e mais focado aos clientes e agilidade e rapidez no surgimento oportunidades, pois tem estrutura que possibilita decisões rápidas. O autor acrescenta que as micro e pequenas empresas possuem particularidades, como restrição de recursos, que demandam que o planejamento estratégico seja simplificado. Existem ferramentas que seja qual for o porte de uma empresa são importantes para se fazer um bom planejamento estratégico:

Análise de mercado: Se levanta dados sobre o mercado de interesse através de dados disponibilizados por órgão governamentais e de órgãos atuantes

na área de interesse da organização. Essa análise é parte fundamental no plano de negócios da empresa;

Análise diagnóstica: Usa-se de análise do que está acontecendo na empresa através de ferramentas como a Análise de Swot, que verifica as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças dentro da organização, seus pontos fracos e fortes;



Figura 3: Análise Swot (Fonte: Sebrae, 2017)

Marketing: O marketing oferece meios de promover o negócio, posicionar a empresa no mercado identificando os pontos fortes da empresa e aquilo que pode ser trabalhado;

Análise de desempenho: Busca a melhoria contínua dos processos e verificar de todos na organização estão alinhados com os objetivos da empresa;

Ciclo PDCA: É uma metodologia que busca o planejamento eficaz. Sua aplicação deve ser contínua, por que planejar, executar, verificar e agir deve ser um ciclo virtuoso na organização;

Análise financeira: Busca o controle do fluxo de caixa, das contas a pagar e a receber e verificar como serão feitos os investimentos.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM MEIO A CRISE

Crise seja ela de ordem econômica social ou de saúde como a que o mundo enfrenta neste ano de 2020, impõe grandes desafios a qualquer organização, seja grande ou pequena, e crise gera medo e insegurança. Para Chiavenato (2009), o planejamento tem o objetivo de proporcionar as organizações bases sólidas para que elas possam conviver e resistir as condições mutáveis e adversas que existem dentro do mundo dos negócios.

O impacto do Coronavírus sobre pequenas empresas no Brasil

Segundo o Ministério da Saúde (2020), em dezembro de 2019 surgiu na cidade de Wuhan na China um vírus que ficou conhecido como Coronavírus ou Covid-19, imediatamente esse novo vírus se espalhou pelo mundo e pelo seu alto nível de contágio e elevados números de contaminados e mortes a Organização Mundial da Saúde declarou estado de pandemia global e passou a indicar o isolamento social como meio para parar a propagação da doença, porém o que é uma solução em termos de saúde se tornou um problema para empresas no mundo todo.

No Brasil o Ministério da Saúde divulgou o primeiro caso no mês de fevereiro de 2020 e desde então os casos vem subindo em todo país, fazendo que o governo federal e os governos estaduais principalmente adotem medidas restritivas de circulação de pessoas o que provoca menos consumo, menos dinheiro circulando e assim desemprego e fechamento de empresas.

O DataSebrae (2020), que vem promovendo estudos e pesquisas recentes sobre o assunto, no Brasil existem quase 13 milhões de pequenos negócios vulneráveis a crise do Coronavírus.

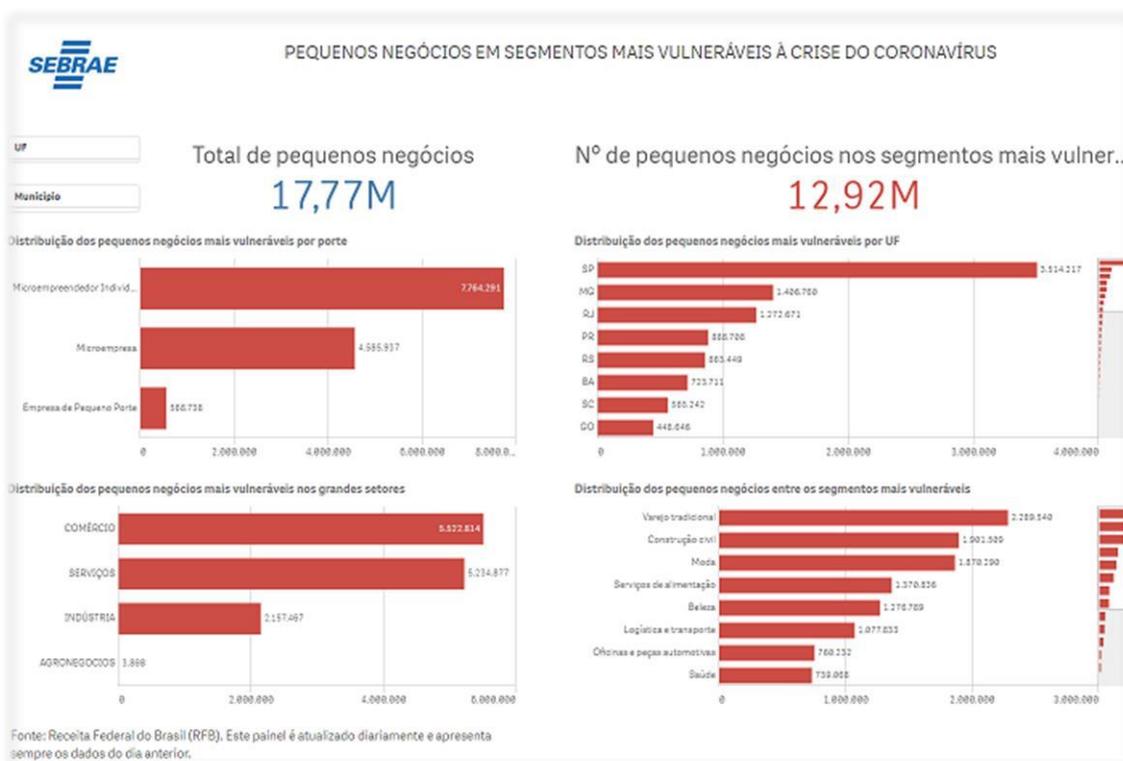


Gráfico 1: Impacto do Coronavírus no Brasil (Fonte: Sebrae, Set/2020)

Em março de 2020 segundo o Sebrae quase 90% das empresas já havia verificado uma queda expressiva no faturamento, cerca de 44% já viam despesas com aluguel e compra de mercadoria pesar muito no orçamento com diminuição do faturamento, 54% dos empresários já afirmavam que precisariam de crédito e ajuda do governo para não fechar as portas. Entretanto, conforme nova pesquisa Sebrae, realizada no período de 27 a 31 de agosto de 2020, sobre o Impacto da pandemia de Coronavírus nos pequenos negócios, foi possível constatar que 81% das empresas já estão operando, entre as MEI 19% estão com o funcionamento interrompido e nas MPE são 10%. As empresas que optaram por fechar de vez representam 4%.

A pesquisa do Sebrae (2020) identificou ainda que, por quatro meses consecutivos, a proporção de empresas com queda no faturamento vem diminuindo, entre as MPE são 77% e entre os MEI são 80%, entre termos de faturamento mensal.

O Sebrae (2020) alerta que estamos diante de uma crise sem precedentes na economia global provocada pelo Coronavírus, só no Brasil cerca de 600 mil micros e pequenas empresas já fecharam provocando cerca de 9 milhões desempregados. O futuro é cheio de incertezas, mas o presente já se demonstra devastador para muitas empresas, principalmente para as micro e pequenas empresas. Os segmentos mais impactados, assim como em todas as pesquisas anteriores são turismo, economia criativa e academias.

A alternativa de demitir funcionários para ajustar as necessidades do negócio durante a crise vem diminuindo e cerca de 12% das MPEs realizaram contratações nos últimos 30 dias. A suspensão de contrato de trabalho e dedução de jornada continuam sendo as principais formas de reduzir gastos de folha.

O Sebrae (2020) confirmou nessa pesquisa que houve aumento na proporção de empresas que estão vendendo por meio das plataformas digitais e que 67% das empresas pesquisadas começaram a vender por esses canais por causa da crise.

O endividamento das empresas reduziu no último mês e com leve queda no percentual de empresas buscando empréstimo. Houve aumento do percentual de empresas que conseguiram empréstimo, representando 22%, contra 61% que não conseguiu empréstimo. A principal razão pela não obtenção de crédito entre os

MEI por estar com o CPF negativado. Ainda foi constatado também melhora do otimismo em relação ao retorno da maioria dos clientes.

O impacto do Corona vírus sobre pequenas empresas no Espírito Santo

Segundo a pesquisa feita pelo instituto Sebrae, em conjunto da instituição FGV, sobre a restrição de circulação das pessoas no Espírito Santo, impactou nos negócios de pelo menos 87% dos pequenos que tiveram seus negócios afetados como consequência a diminuição do faturamento mensal. 56% dos empreendedores mudaram o funcionamento durante a crise, e 34% fecharam as portas temporariamente.

Conforme é apresentado em pesquisa do Sebrae (2020) os microempreendedores e as microempresas são os negócios mais vulneráveis a crise atual conforme o gráfico 1 e entre os setores da economia é o comércio o mais vulnerável como mostra o gráfico 2.

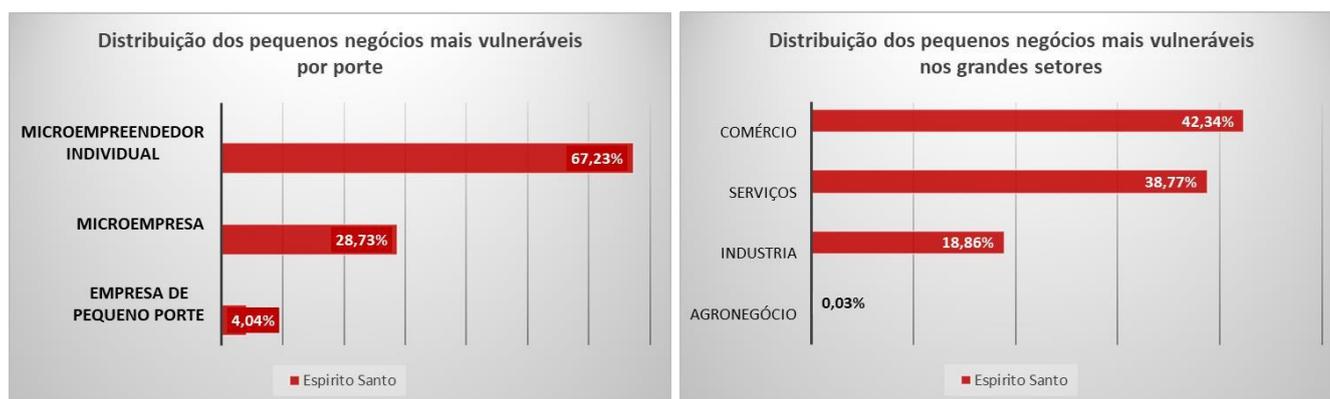


Gráfico 1 (adaptado): Distribuição dos pequenos negócios mais vulneráveis por porte no ES

Gráfico 2 (adaptado): Distribuição dos pequenos negócios mais vulneráveis por grandes negócios Fonte: SEBRAE, acesso em Set/2020.

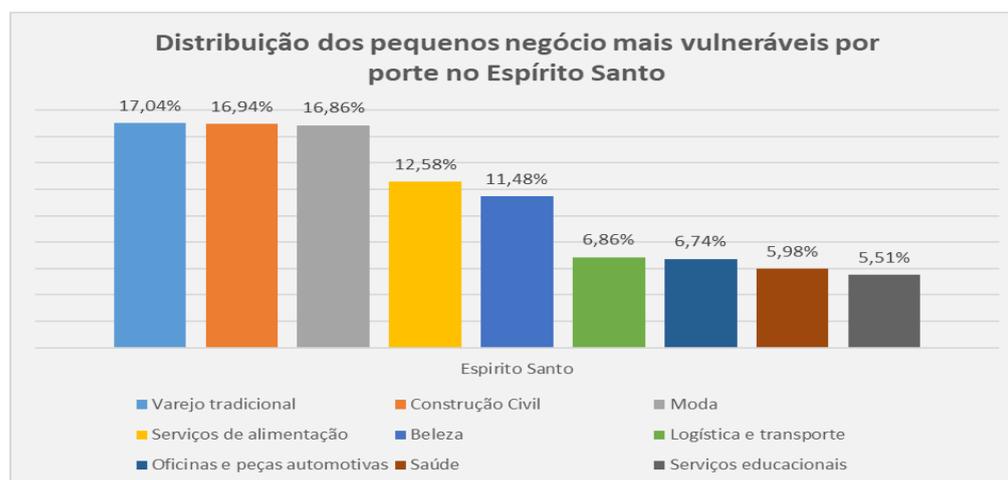


Gráfico 3: Distribuição dos pequenos negócios entre os segmentos mais vulneráveis à crise do Coronavírus no ES. Fonte: SEBRAE, acesso em Set/2020.

A pesquisa ainda mostra que aproximadamente 46% dos empresários optaram a vender produtos e serviços que mais se adequavam a ser ofertado pela pandemia para expandir seu mix de produtos. A maioria dos empresários entrevistado fazem parte de setores do comércio e de serviços, o varejo tradicional, como demonstrado no gráfico 3 acima. O impacto no funcionamento ainda é sentido por grande parte dos Microempreendedores Individuais (MEI) e micro e pequenas empresas entrevistados que somam 73% tiveram fechamento parcial, enquanto 21% passam por processo para reabrir. Os protocolos de segurança que foi definido para a volta das atividades solicitada pelo poder público são de conhecimento e já foi implementada por 64% dos empresários.

METODOLOGIA

Vergara (2016) explana que para definir o tipo de pesquisa deve-se utilizar dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins essa pesquisa é descritiva, pois tem o objetivo de descrever um fenômeno e suas variáveis, também tendo características explicativas buscando verificar os motivos pelo qual um fato ocorre, e quanto aos meios a pesquisa foi bibliográfica que Vergara (2016) define como um estudo sistematizado que tem como base materiais publicados em livros, revistas e redes eletrônicas, acessível ao público em geral, que fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa posterior. Para a realizar a busca por informações e coleta dos dados sobre tal estudo foram utilizadas as palavras chaves descritas “Planejamento estratégico; Micro e pequenas empresas; Corona vírus; Crise”

Esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa, pois foi feita uma análise subjetiva e interpretativa da literatura pesquisada, e também possui uma abordagem quantitativa, pois dados foram coletados de pesquisas publicadas sobre o tema em artigos e livros. Esses dados foram coletados através de consulta aos materiais bibliográficos disponíveis sobre o tema em discussão para análise do cenário atual das micro e pequenas empresas. Para Gil (2018), a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa

qualitativa, e quanto a pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, ou seja, transformar em números informações e dados colhidos.

Sendo o sujeito da pesquisa as organizações e sua gestão, os sujeitos dessa pesquisa foram as micro e pequenas empresas do Brasil e em especial do estado do Espírito Santo que fazem parte das 17 milhões que existem e das quase 13 milhões que estão em situação mais crítica na crise atual e que cujos dados podem ser coletados e mensurados pelos órgãos governamentais e não governamentais competentes que também estudam para que se possa ter um cenário positivo no futuro.

De acordo com Vergara (2016) a população de uma pesquisa pode ser representada por diversos fatores com características comuns, ou seja, características que representam os objetos de estudo.

Os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica em documentos, livros, artigos e sites através de anotações e registros. GIL (2018) diz em relação à pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é elaborada como base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizados pela Internet. (GIL, 2018, p. 143)

A amostragem dessa pesquisa foi definida pelo critério da acessibilidade que segundo Vergara (2016), ao contrário de qualquer procedimento estatístico, seleciona os elementos da pesquisa pela facilidade de acessá-los. A amostra é composta por dados colhidos pela pesquisa bibliográfica em livros, revistas e internet, através de sites especializados.

Para Vergara (2016), o tratamento ou análise dos dados aonde se mostra para o leitor como se pretende tratar os dados que serão coletados, justificando por que o tratamento escolhido é o mais adequado aos objetivos do projeto de pesquisa. Esses objetivos são alcançados com a coleta, o tratamento e com a interpretação dos dados.

O método de análise utilizado de acordo com os objetivos da pesquisa foi o descritivo que segundo Vergara (2016), expõe características claras e bem delineadas

de uma determinada população ou fenômeno. Depois da coleta de dados para a pesquisa, os mesmos foram tratados por meio de fichamentos e depois analisados e estruturados de forma estatística em tabelas e gráficos e não estáticas por meio de descrição e explicação dos dados.

No levantamento de dados e nas buscas das informações ficou evidenciado que pouco foi produzido cientificamente sobre o assunto da pesquisa conforme nossa delimitação, devido também o sujeito da pesquisa ser um assunto da atualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira etapa da pesquisa procurou apresentar a importância do planejamento para o sucesso das MPEs, como ferramenta administrativa que possibilita a empresa conhecer o ambiente em que está inserida, desenvolver a capacidade de análise para aproveitar oportunidades e também se adaptar para enfrentar suas fraquezas ou ameaças que surgem a todo instante no ambiente em que se está inserida. A falta de PE é apontada conforme pesquisa do segundo o Sebrae (2017) como a segunda maior causa de fechamento de empresas.

A crise econômica instalada devido as medidas de isolamento recomendadas para o controle da Pandemia do Coronavírus, causou sérios impactos na economia do Espírito Santo, exigindo dos empresários das MPEs estratégias a curto, médio e longo prazo. Por se tratar de uma crise sem precedentes pode-se observar que modificou radicalmente a forma de fazer negócios e hábitos da sociedade como um todo.

Na primeira etapa da crise exigiu uma agilidade na tomada de decisões, priorizando a segurança de todos para então planejar as formas de trabalho, controle de fluxo de caixa, normas formas de vender seus produtos ou serviços, e auxílio através de medidas governamentais A pesquisa Sebrae (2020), demonstrou que 73% Microempreendedores Individuais (MEI) e micro e pequenas empresas tiveram fechamento parcial, enquanto 21% passam por processo para reabrirem.

Por outro lado, a pesquisa Sebrae em parceria com a FGV (Maio/2020) constatou aumento de quase 7mil MEIs desde o final de março, comprovando assim que mesmo com os impactos causados pela crise, tem sido uma alternativa para geração de renda e para suprir a falta de empregos, sendo uma importante

fonte de renda para o Microempreendedor conforme apresentado no gráfico 4 abaixo:



Gráfico 4: Série histórica de abertura e fechamento de MEI no ES.

Fonte: SEBRAE em MAI/2020.

Além disso, a pesquisa realizada pelo Sebrae (2020) destaca os esforços dos empresários para que os negócios se mantenham funcionando, sendo que 34% dos empresários estão utilizando as mídias sociais como telefone e atendimentos por aplicativos para realizar as vendas. Dentre as mídias mais utilizadas destaca-se que o WhatsApp é utilizado por (79,2 %), em seguida Instagram (60,9) e Facebook (49,6 %).

Vale ressaltar que embora as pequenas e médias empresas tenham buscado alternativas para continuarem funcionando, diante de um cenário de muitas incertezas, recessão e para alguns segmentos com impactos difíceis de serem solucionados, com pouco capital para investimento e falta de capital, poucas conseguiram se adaptar à nova realidade econômica imposta pela crise. As empresas que conseguiram se adaptar perderam participação em mercado e tiveram inclusive reduzir seu quadro de funcionários e outras simplesmente encerraram suas atividades.

Nesse cenário de crise, planejamento e estratégias governamentais são fundamentais para garantir a sobrevivências da MPEs. Medidas adotadas para as regras trabalhistas como redução de salários e a suspensão de contratos de trabalho, adiantamento de parte do seguro-desemprego beneficiaram algumas empresas, mas não conseguiram evitar aumento do desemprego, tais medidas não se mostram efetivas se em contrapartida não tiver foco diferenciado para as obrigações tributárias.

Segundo a pesquisa Sebrae (2020) foi identificado que 46% confirmam que ficaram com dívidas ou tiveram empréstimos atrasadas e que 50% buscaram novos empréstimos desde o início da pandemia. Foi observado que a busca por novas linhas de crédito continua sendo um obstáculo para pequenos negócios dentro do estado do Espírito Santo, pois uma pequena parcela de 21 % obteve aprovação de crédito, enquanto 26 % ainda na espera da liberação e outros 53 % tiveram seus pedidos negados. As principais razões citadas pelos empreendedores para não terem conseguido empréstimo foram o CPF negativado ou com restrição (22%), o fato de a empresa estar negativada (18%), e a falta de garantias ou avalistas (16%).

Constatou-se ainda que o maior desafio das MPEs é manter as contas em dia para evitar geração de dívidas, inadimplências e possível falência e para isso a maior dificuldade foi encontrar linhas de créditos no setor público e privado.

Dentre as oportunidades que surgiram em meio à crise, pode-se destacar acesso a novos mercados, ingresso no mercado digital, ampliação do número de clientes em alguns segmentos. Vale ressaltar que, mesmo com o aumento na proporção de empresas vendendo por meio das plataformas digitais, por causa da crise, conforme pesquisa Sebrae (2020), é necessário planejamento para investir em canais de atendimento virtual, plataformas digitais, aplicativos e até mesmo necessidade de estabelecer parcerias com fornecedores e também parceiros para comercializar produtos ou serviços.

Por esse estudo, observou-se que inicialmente a preocupação era com a sobrevivência imediata das empresas, mas com o pós-pandemia as empresas serão mais digitais e eficientes, com possibilidade de reestruturação econômica, social e organizacional. O planejamento estratégico é fundamental para que as empresas possam gerenciar a crise, de forma que se antecipe nas tomadas de decisão para reduzir os riscos e danos causados pela pandemia com impactos financeiros, monitorando as mudanças constantes na economia e mercado para ter agilidade na tomada de decisões e desenvolvimento de estratégias adequadas e com maior chance de sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foi apresentado e discutido o planejamento estratégico como ferramenta administrativa essencial para as micro e pequenas empresas

principalmente em situações de crise como a vivenciada pelo mundo no ano de 2020 devido a Pandemia de Covid-19, o Coronavírus. A pandemia impõe sobre o país e sobre o estado do Espírito Santo, desafios econômicos e sociais muito grandes aumentando as desigualdades já existentes e impactando empresas de pequeno porte que contribuem em alta parcela para o bom andamento da economia. O vírus não somente ocasionou a perda de milhares de vida, mas ele também ocasionou perda de empregos, fechamento de empresas e perdas financeiras enormes que impactaram e vão impactar os próximos anos da vida dos capixabas e de todos os brasileiros.

Com os incentivos econômicos dados pelo governo federal, podemos dizer que a partir do segundo semestre de 2020 a economia passou a dar sinais de que pode se recuperar, assim como as perspectivas dos pequenos empresários tem melhorado principalmente em setores como o de serviços, mas o cenário ainda é desafiador e nebuloso uma vez que o vírus ainda existe e não se tem uma vacina. A partir de 2021, com o fim do decreto de calamidade pública, do auxílio emergencial e de demais medidas de prevenção e contenção dos impactos econômicos, é que poderá ser estudado com maior precisão o impacto do Coronavírus no Brasil e no estado do Espírito Santo. A certeza diante do que foi estudado e pesquisado neste artigo, mesmo com tantas incertezas que o atual cenário econômico nos traz, é que o planejamento estratégico é uma ferramenta administrativa que vai dar direcionamento a organização a curto prazo e maior estabilidade ao longo prazo a preparando para o ambiente interno e externo que ela estiver inserida. Como diria Peter Drucker (2003) planejamento é um processo, sem conhecimento pode parecer complexo, mas com conhecimento adequado é essencial para a organização.

Como limitação, destaca-se que durante a execução do trabalho teve-se dificuldade com o levantamento de dados, pois com as regras de distanciamento social se tornou inviável um estudo de caso ou pesquisas in loco, porém por ser tratar de um tema atual aonde a bibliográfica sobre planejamento estratégico é vasta, mas sobre o tema do impacto da crise atual nas microempresas não é extensa mesmo com órgãos como o Sebrae se dedicando a ajudar o setor de MPE. Recomenda-se pesquisas futuras sobre o impacto da crise provocada pelo Coronavírus e o planejamento estratégico como ferramenta administrativa para

enfrentar a crise nas micro e pequenas empresas no Brasil e especificamente no estado do Espírito Santo, uma vez que temos estudos mais profundos sendo ainda feitos. O Sebrae (2020) afirma em seus estudos que uma análise que realmente possa dar a dimensão dos impactos da Covid-19 nas MPE só poderá ser feita de forma ampla após o período de pandemia, que ainda está em curso no momento em que fizemos essa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Arnaldo Rosa de. **Planejamento estratégico: formulação, implementação e controle**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BOECHAT, M. N. **Planejamento Estratégico: aplicação nas micro e pequenas empresas**. Dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial. Fundação Getúlio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006**. Dispõe sobre a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em 05/05/2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. 5. ed. São Paulo: Manole, 2014.

_____, Idalberto. **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2012.

_____, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações/ Idalberto Chiavenato**. 10. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2020.

_____, Idalberto *et. al.* **Planejamento Estratégico**. Idalberto Chiavenato, Arão Sapiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COUTO, Marcelo Henrique Gomes; CAMPOS, Patrícia Carvalho; CASTRO, Amanda Cristina de; OLIVA, Fábio Lotti. **Mortalidade Precoce das Micro e Pequenas 39 Empresas: estudo das principais causas de falência empresarial em Bambuí/MG**. Revista da Micro e Pequena Empresa, 2017.

CRUZ, Tadeu. **Manual de planejamento estratégico: ferramentas para desenvolver, executar e aplicar.** São Paulo: Atlas, 2017.

DRUCKER, Peter F. **Práticas de Administração de Empresas.** São Paulo: Pioneira, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

IBGE, **Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo: 2017.** Coordenação de Cadastro e Classificações. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados.** São Paulo: Futura, 1998.

_____, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____, Philip – **Administração de Marketing** – 10ª Edição, 7ª reimpressão – Tradução Bazán Tecnologia e Linguística; revisão técnica Arão Sapiro. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa. **Administrando micro e pequenas empresas: Empreendedorismo e Gestão/**Antônio Barbosa Lemes Júnior, Beatriz Jackiu Piza. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sobre a doença,**2020.

Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em 07/10/2020.

MINTZBERG, H. **The strategy concept I: five ps for strategy.** California Management Review, v. 30, n. 1, 1987.

PEREIRA, Maurício Fernandes. **Planejamento estratégico: Teorias, modelos e processos.** São Paulo: Atlas, 2010.

SEBRAE. **Aprenda a planejar as estratégias do seu negócio,** 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline>. Acesso em: 13/04/2020.

SEBRAE. **Análise da crise e impactos para os pequenos negócios,** 2020.

Disponível em:
<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/es/sebraeaz/analise-da-crise-e-impactos-para-os-pequenosnegocios,7d521afb0a273710VgnVCM1000004c00210aR> CRD. Acesso em: 01/10/2020.

SEBRAE. **Impactos – Pesquisa Sebrae no Espírito Santo**, 2020. Disponível em:
<http://www.es.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/ES/pesquisa-mostra-que-878dos-pequenos-negocios-diminuiram-o-faturamento-duranteapandemia,81bfd22739853710VgnVCM1000004c00210aR> CRD. Acesso em: 26/09/2020.

SEBRAE, **Invista no Planejamento**, 2017. Disponível em:
<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline>. Acesso em 13/04/2010.

SEBRAE. **Painéis consulta Data-base-Sebrae**, 2020. Disponível em:
<https://paineis-lai.sebrae.com.br/single/?appid=f9c6ba40-ae97-4aee-804e2eff863f4a6f&sheet=ce0f6f6d-5f3f-45e1-a4bd-31363554586b&opt=cursel&select=clearall>. Acesso em 26/09/2020.

SILVA, Reinaldo Oliveira. **Teorias da administração**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2001

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES

Debora Belo Souza Maquiori¹, Jacielly Cesar Costa Almeida¹, Marcilia Sena Ferreira Da Silva²

Luana Bastos do Nascimento Rosa³

RESUMO

Este artigo tem o intuito de evidenciar que a violência contra a mulher não é somente um problema social, mas também de saúde pública e que deve ser vista com um outro olhar pelas autoridades e todo o setor público, a qual, afeta a saúde física e mental das mulheres, e que tem consequências econômicas e sociais. Como objetivo, buscamos; compreender como o Estado tem atuado diante da violência contra a mulher em relação a implantação e criação das medidas protetivas. A metodologia a ser utilizada para a elaboração desta pesquisa se deu a partir de uma abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica, relatos e experiências vivenciadas com diversos profissionais da área que fazem parte deste projeto Sou Mulher. Realizamos entrevistas no projeto “Sou Mulher”. A violência contra a mulher sempre existiu, a mulher tinha que ser subordinada ao homem e isso se prolongou por vários anos até a chegada da Lei Maria da Penha que veio como um amparo e segurança para estas mulheres que tanto tem sofrido nas mãos de seus maridos e companheiros, além de serem vítimas de violência por parte de alguns membros de sua família. Apesar dos avanços que a Lei Maria da Penha trouxe para as mulheres, verificou-se a existência de grandes desafios que permeiam as mulheres denunciarem os seus agressores.

Palavras-Chave: Violência contra a mulher. Lei Maria da Penha. Linhares. Projeto Sou Mulher.

INTRODUÇÃO

Desde que o mundo é mundo, a mulher sofre diferentes tipos de violência contra si e infelizmente nunca teve a atenção que deveria ter da sociedade. A violência doméstica e familiar contra a mulher encontra-se enraizada na sociedade desde os primórdios. A visão distorcida de que o homem é o pilar da família, como sendo superiores e mais fortes reforçam a ideologia que ele é o dono de suas companheiras.

As mulheres sempre passaram por situações que as colocavam em posição de vulnerabilidade perante ao seu agressor (CASIQUE; FUREGATO, 2006).

¹ Graduando curso de Serviço Social.

² Bacharel em Serviço Social e Mestre em Educação (Ufes) – Professora Faculdade Multivix

No ano de 2006, o então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 em seu art. 1º, que visa criar:

[...] mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Antes da aprovação desta Lei pelo Presidente da República no ano de 2006, as mulheres não tinham nenhum tipo de apoio, alguma lei que as defendessem contra às diversas formas de violência que eram praticadas contra a mulher, bem como as medidas de proteção utilizadas a fim de resguardar a integridade da vítima. Muitas mulheres sofriam caladas, por medo de denunciar o agressor, por não haver nenhuma rede de proteção que as deixassem seguras. Foi a partir desta Lei 11.340/2006, conhecida também como Lei Maria da Penha, esta se tornou válida em todo país brasileiro.

A Lei Maria da Penha surgiu para criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Ou seja, de certa forma, resgatou a cidadania feminina (DIAS, 2010, p. 9 citado por SAGAZ, 2021, p. 31).

Maria da Penha Maia Fernandes nasceu no Ceará e formou-se como farmacêuticobioquímica. Foi casada com Antônio Viveiros, colombiano, professor universitário, e dele sofreu diversas agressões físicas, morais e psicológicas, que afetavam também suas filhas. Tinha medo de pedir a separação. Foi vítima de duas tentativas de homicídio e por ter sido baleada nas costas ficou paraplégica em 1983. Mesmo nessa situação, sofreu outra tentativa de afogamento e choque elétrico no banheiro. O caso dramático se arrastou na Justiça. Depois de 20 anos, o agressor ainda não tinha sido julgado e poderia se beneficiar com a prescrição do crime. Foi assim que Maria da Penha recorreu à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Foi apoiada por várias organizações de direitos humanos, como o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (CEJIL) e Comissão Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Seu caso foi denunciado como omissão do Estado junto à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que recomendou ao governo brasileiro celeridade e efetividade na conclusão do processo penal, indenização para Maria da Penha e um processo de reforma para evitar a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à

violência doméstica contra mulheres no Brasil. (DA MATA, 2017 p. 11 citado por SAGAZ, 2021, p.31)

A sentença demorou 15 anos para ser prolatada, tendo o agressor se utilizando de todos os recursos possíveis em prol de manter sua liberdade, frustrada com a demora, e em 1998, Maria da Penha buscou amparo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, tendo a comissão, reiteradamente, solicitado ao Brasil esclarecimentos acerca dos fatos, porém, sem respostas. Ante a posição inerte do país, mesmo diante de inúmeras tentativas de solucionar o caso, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, tornou público o teor do relatório (PIOVESAN, 2012). Nessa direção, em 2001, em decisão inédita a:

Comissão Interamericana condenou o Estado brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica, recomendando ao Estado, dentre outras medidas, “prosseguir e intensificar o processo de reforma, a fim de romper com a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica contra as mulheres no Brasil” (PIOVESAN, 2012, p.82).

Verifica-se, que diante de uma sociedade que não compactua com a igualdade de gênero existente, a referida Lei foi um instituto de proteção para as vítimas. Compreender os avanços da nova lei e sua aplicabilidade é indispensável para prevenção e assistencialismo. Com as providências adotadas por toda a estrutura que funciona para a devida execução da lei, busca-se a reflexão sobre a fiscalização existente.

É notável que esta Lei Maria da Penha foi um grande marco na vida das mulheres brasileiras contra a violência doméstica e familiar, a qual tem como objetivo a luta pela proteção e preservação da vida das mulheres. Antes da existência dessa Lei, as agressões contra a mulher seja ela violência doméstica ou familiar eram tratadas como um caso qualquer como um caso de pequenas causas sem valor jurídico, ou seja, as punições para o agressor se limitavam às penas pecuniárias como pagamento de multas e de cestas básicas, e assim, a violência contra a mulher sempre continuava e nunca tinham um fim. Muitas mulheres sofriam as agressões caladas, pois, não tinham nenhum apoio e lei que as defendesse e dessem o seu devido apoio.

Sendo assim, a violência contra a mulher não é somente um problema social, mas também de saúde pública e que deve ser vista com um outro olhar pelas autoridades

e todo o setor público, a qual, afeta a saúde física e mental das mulheres, e que tem consequências econômicas e sociais. As mulheres podem sofrer violência física, psicológica, moral, sexual, patrimonial, institucional, entre outras, o que as podem levar para um trauma por toda a sua vida se no início desta violência não forem tomadas medidas preventivas ou até mesmo serem levadas a consequências maiores e irreparáveis.

[...] as consequências na vida das mulheres que sofrem ou sofreram algum tipo de violência são caracterizadas de várias formas, trazendo um grande impacto no cotidiano das vítimas, como pânico, desvalorização pessoal, desespero, sensação de abandono e distúrbio do estresse pós-traumático (DEPT), podendo chegar inclusive a casos de Homicídios. Tendo em vista os direitos humanos presentes no código penal na Lei nº11.340 (Lei Maria de Penha), toda mulher tem direito ao respeito e a dignidade, igualdade, liberdade de associação; liberdade de professar a religião e as próprias crenças (SILVA et al., 2013, p.102).

Para o autor Silva et al., (2013, p.103);

A violência foi e continua fazendo parte da vida e prática diária de muitos indivíduos, passando de geração a geração como uma espécie de herança, fortalecendo assim o ciclo familiar, ou seja, começa a ser vista de modo naturalizado, ganhando força e cristalizando-se no imaginário social dessa família, sem questionamentos. É uma construção coletiva alicerçada nos entremeios indivíduo-família-comunidade.

É possível constatar, que o grau de instrução das mulheres que sofrem agressões é baixo, o que limita suas possibilidades de escolha profissional, além de fazer com que optem por profissões pouco valorizadas socialmente e de baixa remuneração, quando resta a elas ficarem relegadas ao trabalho de casa, tornando-se completamente dependentes do marido/companheiro/família para sobreviver. São vários fatores que as levam a ficarem submissas ao outro.

Após evidenciarmos as problemáticas sobre a temática, este trabalho tem como Objetivo Geral: Compreender como o Estado tem atuado diante da violência contra a mulher em relação a implantação e criação das medidas protetivas.

Na sequência, nossos Objetivos Específicos são:

- analisar como a equipe do Serviço Social atua no atendimento as mulheres que sofrem violência doméstica ou familiar no município de Linhares-ES;

- verificar a relação da Lei Maria da Penha e o Serviço Social no município de Linhares-ES;
- identificar os principais motivos que levam os agressores a praticarem a violência contra a mulher.

PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia a ser utilizada para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi a partir de uma revisão de literatura, pesquisa bibliográfica, relatos e experiências vivenciadas com diversos profissionais da área que fazem parte deste projeto Sou Mulher.

Assim como utilizamos o embasamento de uma pesquisa de caráter qualitativo, de acordo com Minayo (2004, p.22) este método,

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificada, ou seja, ela trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Atendendo a essa metodologia, acredita-se alcançar os objetivos do trabalho.

A entrevista, segundo Martins e Bicudo (1994, pág. 54) citado por Silva (2017, pg.12), é,

[...] a única possibilidade que se tem de obter dados relevantes sobre o mundo-vida do respondente. Ao entrevistar-se uma pessoa, o objetivo é conseguir-se descrições tão detalhadas quanto possível das preocupações do entrevistado. Não é, tal objetivo, produzir estímulos pré-categorizados para respostas comportamentais. As descrições ingênuas situadas, sobre o mundo-vida do respondente, obtidas através da entrevista, são, então, consideradas de importância primária para a compreensão do mundo-vida do sujeito”.

No primeiro momento realizou-se um levantamento bibliográfico sobre os temas que perpassam o objeto de investigação a partir de autores mais relevantes na área pesquisada. A pesquisa foi realizada na ADEFIL (Associação dos Deficientes de Linhares - ES) sendo este o local temporariamente para o atendimento.

Não teve muitos critérios no momento de escolher as participantes para a entrevista, pois, ainda são poucas mulheres assistidas pelo projeto. O instrumento

utilizado para o levantamento dos dados da pesquisa foi através de um questionário e por meio de entrevista, coletou-se as informações necessárias.

Para este fim, utilizou-se a análise de conteúdo. Um método muito utilizado na análise de dados qualitativos é o de análise de conteúdo, compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento é compreender criticamente as mensagens que estão ocultas (CAMPOS, 2004).

Corroborando neste assunto sobre metodologia o autor Demo (2000) citado pelos autores Sorte e Coêlho (2019, p.3), concluem que a pesquisa apresenta-se como a instrumentação teórico-metodológica na aquisição do conhecimento, isso, na condição de princípio científico.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA

Observa-se que boa parte das notícias de crimes que relatavam violência doméstica contra mulheres eram arquivadas, vez que a vítima ficava com medo de prosseguir com o processo em desfavor do agressor, haja vista ter que dizer seu desejo de representar ou não na frente dele, o que causava uma sensação de insegurança e temor as vítimas (AMBRÓSIO, 2017).

Ao procurar a delegacia para realizar a queixa antes do advento da Lei nº 11.340/2006, o modo de tratamento era inadequado para com a vítima. Nesse caso, a mulher em situação de vítima era ouvida no balcão, na presença da autoridade que estivesse presente no momento, bem como, em muitos casos a vítima acabava sendo ridicularizada e questionada sobre sua culpa para que o agressor tivesse aquela reação. Era totalmente um descaso o atendimento para com a vítima que já se encontrava em estado de choque, medo, fragilizada por ter sido agredida e nem sequer tinha o apoio da autoridade para a sua proteção (AMBRÓSIO, 2017).

A mulher sempre foi considerada um sexo frágil se comparado ao sexo masculino e que esta deveria ser submissa ao homem, fazendo com que os seus companheiros aproveitem de sua fragilidade para constrangê-las e agredilas. Mas os tempos foram passando e as mulheres foram criando forças fazendo com que sua voz ganhasse uma força maior e assim pudessem se expressar os seus sentimentos, as suas ideias, deixando de concordar em tudo o que o homem lhe impõe, e isso, faz com que muitos

homens discordem e comecem as agressões de diversas maneiras, sendo a violência doméstica ou familiar. Sobre essa questão, Casique e Furegato (2006, p.5), concluem que,

a violência que sofre a mulher tem permanecido em silêncio, devido ao fato de ser considerada como algo natural e privado. A violência é reforçada pelas religiões e pelos governos, através de normas e códigos. Dessa forma, geram-se mitos e crenças que nem sempre estão em conformidade com a realidade atual, embora a sociedade as tenha legitimado, em algum momento, e por motivos nem sempre conhecidos com clareza.

Já Ambrósio (2017, p.11), conclui que,

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 já assegurava, em seu art. 226, § 8º, que “o Estado deve prestar a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Além do mais, o Brasil é signatário de uma série de Tratados que também preconizam a proteção das mulheres em situação de violência doméstica, sendo que, como um exemplo disso, está o Tratado celebrado em 1975 na cidade do México, o qual ficou conhecido como Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e entrou em vigor no ordenamento jurídico brasileiro no dia 3 de setembro de 1981.

Piovesan (2012, p.77), destaca que embora a Convenção não explicita a temática da violência contra a mulher, o Comitê da ONU sobre a:

Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Comitê CEDAW) adotou relevante Recomendação Geral sobre a matéria, realçando que: “A violência doméstica é uma das mais insidiosas formas de violência contra mulher. Prevalece em todas as sociedades. No âmbito das relações familiares, mulheres de todas as idades são vítimas de violência de todas as formas, incluindo o espancamento, o estupro e outras formas de abuso sexual, violência psíquica e outras, que se perpetuam por meio da tradição. A falta de independência econômica faz com que muitas mulheres permaneçam em relações violentas.

Nessa perspectiva, a partir da criação da Lei Maria da Penha, “[...] as mulheres passaram a ter verdadeiramente a sua segurança garantida, mesmo que muitas ainda preferiam ficar inertes e não denunciar a violência sofrida” (Pacheco, 2020, p.8).

Foi a partir de então, que a mulher passou a ter os seus direitos garantidos e amparada por leis que as protegem quanto aos seus agressores independente de qual for o tipo de agressão.

A Lei 11.340/2006 trouxe em seu artigo 5º a definição ampla de violência doméstica e familiar, bem como os campos de sua incidência e os tipos que poderão vir a serem aplicados.

Após a instituição da Lei 11.340/2006, passou-se a prever a proibição da aplicação de penas pecuniárias ou entrega de cestas básicas, bem como a substituição de pena ao pagamento de multa que antes era concedida ao agressor como uma pena de pequena causa sem importância para a sociedade e também para a vítima, o qual não considerava essas agressões como crime (AMBRÓSIO, 2017).

No Brasil, a Lei n. 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, emerge como uma possibilidade jurídica para resguardar os direitos da mulher, a qual apregoa que a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos. Apesar disso, o crescente número de casos de violência contra a mulher em suas relações domésticas e afetivas promove inquietações sobre a aplicabilidade e eficácia da Lei n. 11.340/2006 (CARNEIRO e FRAGA, 2012, PAG.370).

No entanto, é notável de uma maneira geral, que um dos maiores avanços representados pela Lei é o direito que a mulher tem quanto às medidas cautelares e protetivas de urgência. A solicitação deve ser feita pela mulher vítima de violência ao Distrito Policial de Atendimento à Mulher (DPAM), onde permite que o Juiz aplique a medida mais adequada para proteger a mulher em situação de violência. O primeiro passo é sempre a mulher que tem que dar, ou seja, é denunciar o agressor e assim, as medidas serem tomadas de imediato evitando assim uma fatalidade posterior.

A Lei Maria da Penha traz medidas protetivas muito importantes para a segurança da mulher. Através de um requerimento jurídico, o Juiz poderá pedir medidas protetivas de urgência como: encaminhar a vítima e seus dependentes a Programas oficiais e comunitários de proteção e/ou de atendimento; determinar a recondução da mulher e de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor, determinar separação de corpos. Mas, outras medidas são necessárias, como as Casas Abrigos, cujos espaços oferecem proteção e moradia provisória, dentro de um clima residencial e com atendimento técnico para pequenos grupos de mulheres e seus filhos, sem apartá-los da comunidade e utilizando recursos sociais básicos, como escolas, centros médicos, áreas de lazer entre outros (MIZUNO, FRAID e CASSAB, 2010, PAG.22).

FATORES QUE LEVAM AS AGRESSÕES CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE LINHARES - ES

No município de Linhares-ES, muitas mulheres têm se deparado com inúmeros tipos de violência contra a sua pessoa. Muitas dessas mulheres não compartilham com ninguém o que estão passando com o seu companheiro e acabam sofrendo sozinhas. Assim, muitas mulheres deste município têm sofrido vários tipos de agressões sendo o seu principal agressor o seu marido/companheiro a qual é aquele convive a maior parte do seu tempo ao seu lado. Saber identificar o tipo de agressão que está sofrendo é primordial para se conduzir até a denúncia, além do mais é preciso ter coragem para denunciar o agressor, para que este não venha fazer outras vítimas no futuro. A mulher não pode se deixar intimidar pelo agressor, é preciso ser firme nas suas decisões e ter sua opinião própria.

Na maioria das vezes as agressões contra a mulher seja ela qual o tipo for, tem relação com o grau de escolaridade da mulher e sua classe social a qual a impedem de saírem de tal relação porque são totalmente dependentes de seu marido/companheiro e assim vão vivendo um relacionamento turbulento e com as agressões que nunca terminam.

A violência sofrida pela condição de se ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, é produto de um sistema social que subordina o sexo feminino. Tem como finalidade de intimidá-la para que o agressor exerça o papel de dominador e disciplinador (SILVA et al., 2013, p.108). Este termo facilita a percepção das desigualdades sociais e econômicas existentes entre homens e mulheres. É praticada em condições únicas, de forma incoerente, marcada pela influência masculina em uma relação de poder, dominação do homem e submissão da mulher. A violência de gênero produz e se reproduz nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe, raça/etnia. Expressa uma forma particular da violência global midiaticizada pela ordem patriarcal que dá aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, podendo, para isso, fazer uso da violência (p. 102-103).

Para os autores Mizuno, Fraide Cassab (2010, p.18), concluíram que:

Quanto mais frágil, mais desprotegida e sem recursos é a mulher, mais dependente se apresenta do marido, principalmente enquanto seu protetor e, imprimindo à casa – um espaço compartilhado por ambos, como um lugar seguro.

Os motivos para a permanência nessa relação são inúmeros. Podemos citar a dependência emocional e econômica, a valorização da família, a preocupação com os filhos, a idealização do amor e do casamento, o desamparo diante da necessidade de enfrentar a vida sozinha, a ausência de apoio social, entre outros.

Conforme o Jornal Gazeta do Povo (2013) em suas páginas jornalísticas:

Estereótipos, preconceitos e discriminações de gênero estão presentes na nossa cultura e interferem na realização da justiça. Mas o sistema penal não tem a função de promover direitos. O ideal da igualdade entre homens e mulheres requer a adoção de políticas públicas eficazes à transformação social. A sociedade deve ser esclarecida sobre o que é a violência contra a mulher e entendê-la como fato reprovável e juridicamente punível. A legislação pátria atinente aos direitos da mulher vem sofrendo profunda modificação. Mas não basta! É necessário que os intérpretes e aplicadores da lei introspectem estes novos conceitos.

É comum encontrar mulheres que não denunciam o agressor em razão de sua família, pela sacralidade, pela sociedade o que vão dizer sobre a sua pessoa, enfim, ser considerada uma mulher que deu motivos para tais agressões.

O SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE LINHARES-ES

Assim, após decidir sobre o percurso metodológico que iríamos utilizar para coletar informações sobre o projeto voltado para atender mulheres vítimas de violência. Constatamos que o projeto Sou Mulher no Município de Linhares ainda está em fase de implantação neste município, este, envolverá vários profissionais da área da saúde e do serviço social que irão realizar os atendimentos.

Será um atendimento gratuito a todas as mulheres que desejarem ser atendidas por este projeto, o qual irá oferecer diversos atendimentos em diversas especialidades, dentre eles: Assistência Social, Psicologia, Fisioterapia, Advocacia, Artes Marciais, Dentista, Encaminhamento para o mercado de trabalho.

Este é um projeto que visa o atendimento humanizado, individualizado e conta com toda discrição para preservar a identidade da mulher que sofreu algum tipo de violência e tem medo de se expor diante da sociedade. Para isso, as mulheres, irão passar por uma triagem que será realizada pela Assistente Social deste projeto para identificar o

que cada mulher precisa para se libertar daquilo que a impede de ser ela mesma, se amar e ter uma vida de qualidade com saúde física, mental e emocional.

O Projeto começou a funcionar em janeiro de 2022, mas ainda não existe um local fixo para atendimento, o projeto atende mulheres que são encaminhadas pela DEAM (Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher). que ainda é desconhecido por muitas mulheres, mas que tem um grande potencial para ser referência em outros municípios, e o seu reflexo será visível principalmente pelos próprios usuários, que notarão em seu atendimento aquilo que lhes cabe saber.

“Sou Mulher” é um projeto social, sem fins lucrativos, que atende gratuitamente mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O objetivo do projeto não é só atender as mulheres e sim os familiares também, mas futuramente quando o projeto estiver funcionando em seu local definitivamente, momento está em fase de implantação em um local temporário.

As mulheres participantes do projeto são atendidas em um local temporário, cedido pela ADEFIL. As qual as mulheres puderam relatar um pouco de sua vida e o que estão passando no momento. Todo relato aqui é verídico, para tanto, utilizamos o nome fictício para não expor as respondentes, evitando assim, constrangimentos para a vítima.

Para conseguir as informações sobre o projeto, foi preciso passar pelo setor de comunicação onde foi selecionado quais perguntas que poderiam ser feitas, isto para não comprometer as entrevistas e as mesmas ficarem constrangidas, evitando o comprometimento da sua identidade. O projeto ainda não tem um número considerável de assistidas, pois, além de ser um projeto muito novo ainda existe uma resistência da parte das denunciantes.

As mulheres entrevistadas, que aceitaram a participar da pesquisa, pediram a condição de sigilo total sobre tudo que foi dito ali para não expor e nem colocá-las em situação de risco. Foram entrevistadas somente 02 mulheres, sendo uma Assistente Social e outra a vítima.

Foram entrevistadas somente estas duas mulheres, pois o local não possui uma sala específica para atendimento e quando chegam alguma mulher que precisa de atendimento, esta é atendida em uma sala disponibilizada pela ADEFIL temporariamente. Desse modo, não tem uma pessoa que fica no local para atendimento exclusivo a estas mulheres.

Assim, os profissionais que atendem este projeto vão no local de acordo com o horário marcado com a vítima, e a assistente social que possui um telefone do projeto para atender as demandas. No dia e horário marcado, os profissionais habilitados para atender a demanda e a vítima comparecem até a ADEFIL para serem atendidas e assim as medidas serem tomadas de acordo com a situação da vítima.

Devido essa questão, agendar com uma vítima no mesmo horário e dia é preocupante para a equipe, pois pode colocar a mulher em uma situação de perigo. Por isso que só foram entrevistadas duas mulheres vítimas, contudo não prejudicou a pesquisa, pois foi possível coletar informações suficientes sobre tal demanda.

Após a realização das entrevistas, mesmo que tenham sido poucas pelo fato ainda do projeto estar em fase de implantação e aguardando um local definitivo para as suas atividades, procedeu-se a análise dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As entrevistadas no projeto “Sou Mulher” ficaram bem a vontade no momento da entrevista em uma das salas da ADEFIL. Todo o relato exposto durante a entrevista é real, porém, o nome é fictício para não expor a vítima, já que esta se encontra em uma situação de abalo emocional, além de estar fisicamente machucada, em alguns casos.

Conforme já enunciamos, para respeitar a privacidade das vítimas, seus nomes foram substituídos.

A primeira entrevistada foi a Assistente Social do Projeto “Sou mulher”, ela nos evidenciou algumas questões fundamentais sobre sua atuação nesse projeto tão importante para o município. Conforme explicitamos na tabela a seguir:

Como o Assistente Social age dentro do Projeto Sou Mulher?
RESPOSTA: A ação do Assistente Social e feita junto com uma profissional psicóloga, onde a primeira triagem é feita com o Assistente Social que vai ver a necessidade do atendimento dessa vítima e também fazer o acompanhamento com os familiares que residem junto com a mulher que buscou por ajuda.
Qual foi a necessidade da criação desse projeto?
Alertar e conscientizar as mulheres vitimas de violência, a voltar para sociedade com a cabeça erguida, abrindo caminhos para que o públicofeminino consiga se posicionar na sociedade como merece com respeito e semtraumas, além de quebrar as barreiras e preconceitos machistas.
Quantitativo de violência contra a mulher em Linhares?

<p>Temos um número significativo de boletins de ocorrências abertos por violência contra as mulheres pois todos os dias chegamos inúmeras narrativas de mulheres que sofreram agressão, dentro do projeto ainda estamos quebrando o tabu atendemos hoje cerca de 10 mulheres, parece pouco mas já são 10 mulheres que estão decididas a mudar a sua história e de seus dependentes, estamos com palestras de conscientização em hospitais e empresas e com isso acreditamos que até dezembro já alcançaremos um grande número.</p>
<p>Em depoimento com o agressor, consegue identificar quais os principais motivos que leva a praticar a violência contra a mulher?</p>
<p>Por muitas vezes eles tentam culpar as companheiras de tais atos, outros por ingerir bebida alcoólicas e drogas.</p>
<p>Qual é o tempo que a mulher e seus dependentes é assistida no projeto?</p>
<p>Primeiro é feita uma triagem com a vítima daí conseguiremos entender qual o atendimento do projeto a vítima irá precisar, com isso não temos um tempo exatamente que ela permanecerá no projeto, pode ser um tempo curto ou longo.</p>
<p>Qual é o trabalho realizado com esses dependentes das mulheres?</p>
<p>Ainda está sendo estudado junto a equipe um meio para o suporte aos familiares das vítimas, quando a vítima tem filhos pequenos que essa criança precisa acompanhá-la ao projeto, a equipe pedagógica fica responsável em entreter essa criança enquanto a mãe passa pela triagem. No caso de outros familiares o acompanhamento é psicológico caso houver uma necessidade.</p>
<p>Equipe profissional que compõe esse projeto?</p>
<p>Psicólogo, Assistente Social, Professor de defesa pessoal, Dentista, Pedagogo, Ginecologista, Assessora de Comunicação, os profissionais do DEAM (Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher).</p>
<p>Quanto ao agressor o que acontece com ele caso não fique preso?</p>
<p>Nessa questão a justiça determina por medida protetiva, e esse acompanhamento é feito através dos relatos das vítimas que passa as informações caso o mesmo volte a te procurar, sendo desobedecido a ordem o agressor pode ser preso.</p>

A segunda entrevistada é uma vítima, sob nome fictício Aparecida, ela participa do Projeto “Sou Mulher”, a qual nos relatou importantes questões.

Após a agressão qual foi a atitude do agressor com a vítima?
Ele sempre pede desculpa dizendo que isso não irá mais se repetir, e diziatambém que a culpa era minha que fazia ele ficar nervoso.
Já tinha procurado ajuda antes ou essa é a primeira vez?
Essa foi a primeira vez, porque eu acreditava que um dia ele mudaria e sentisse pena de mim, igual eu sentia dele e não denunciava, também eu não tinha para onde ir, minha mãe sempre usou um ditado que se está ruim com ele pior sem ele.
Como o projeto Sou Mulher tem te ajudado e como chegou até ele?
O Projeto tem me ajudado com o apoio psicológico e social para mim e meusfilhos, fazendo com que eu consiga enxergar a grande mulher que sou e possovencer sim, conheci o projeto através das redes sociais onde mandei mensagem e fui prontamente atendida.
Qual é conselho você daria para as mulheres que não tem coragem dedenunciar?
Que não deixe que aconteça a segunda vez pois quando não denuncia o homem cria o habito de agredir. Não podemos no calar quando alguém tentarnos silenciar eternamente, pois a primeira morte acontece dentro de nós em nosso psicológico, emocional e até mesmo em nossa autoestima.

Todas as questões apresentadas nesse estudo para as mulheres entrevistadas foram preparadas e pensadas como esta mulher poderia responder a essas questões sem ficar constrangida e assim poder libertar as suas emoções ao falar com uma outra pessoa.

No caso da entrevistada acima, a mesma demorou para tomar a decisão de sair de casa e acabar de vez com o tipo de violência que vinha sofrendo há anos e sempre na esperança que um dia o seu marido pudesse mudar. Além do mais ela possui filhos menores que impediu em muitas das vezes de sair de casa, ela disse que não tinha para onde ir e ainda disse que está desempregada.

Nesse contexto o uso da violência é grande e a mulher fica impossibilitada de sair da situação de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher sempre existiu, onde a mulher tinha que ser subordinada ao homem e isso se prolongou por vários anos até a chegada da Lei Maria da Penha que veio como um amparo e segurança para estas mulheres que tanto tem sofrido nas mãos de seus maridos e companheiros, além de serem vítimas de violência

por parte de alguns membros de sua família. Toda violência além de afetar o físico da pessoa, afeta o psicológico também, podendo levar a várias doenças.

A partir da implementação da Lei Maria da Penha alguns avanços foram conquistados, como, as medidas protetivas que garantem o afastamento do agressor da vítima, garantindo um pouco mais de proteção a mulher ofendida. Esta lei só tem o seu efeito eficaz, se as mulheres vítimas de violência denunciarem os seus agressores, e assim, a esta lei entrará em ação para a defesa da mulher. Não resta dúvida que esta Lei é um avanço que responde à sociedade, toda via se percebeu, durante esse estudo e pesquisa que mesmo protegida pela lei, muitas mulheres voltam atrás da proteção e retiram a medida protetiva, contribuindo assim para o ciclo de violência.

O tema tem assumido uma posição relevante na sociedade, em decorrência do aumento da demanda deste grupo, em face do crescimento significativo de tantas ocorrências de violência contra a mulher no estado e também no município de Linhares. Apesar dos avanços que a Lei Maria da Penha trouxe para as mulheres, verificou-se a existência de grandes desafios que permeiam as mulheres denunciarem os seus agressores. É preciso que o estado gere políticas de promoção e proteção a esse grupo social que tanto necessita de uma atenção especial, visto que, diariamente são noticiados violência contra a mulher e ninguém faz nada.

No município de Linhares-ES está em fase de implementação um projeto que visa atender mulheres que são vítimas de violência, visto que ainda, são pouco mulheres assistidas pelo projeto conhecido como "Sou Mulher". E são pequenos projetos assim que tendem a se expandirem com o tempo, mas que necessita de um apoio governamental, pois, se trata de ação social.

Acreditamos que nenhuma mulher gosta de viver uma vida com violência, mas por acreditar na manutenção da família e na mudança de se companheiro, decide então retirar as medidas protetivas, assumindo assim, um risco de uma nova violência, podendo até causar uma fatalidade dessa mulher.

REFERÊNCIAS

A violência contra a mulher e o silêncio da sociedade. Jornal Gazeta do Povo. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/artigos/a-violenciacontra-a-mulher-e-o-silencio-da-sociedade-ci8jae720igbchw2er9g5gm2w. Acesso em: 30 de Abr. de 2022.

AMBRÓSIO, Lucas César Dias Barreto. Lei Maria da Penha: **Mais de 10 anos se passaram e as janelas ainda continuam quebradas**. Monografia (Bacharelado em Direito). Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006**. O Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Presidência da República, 2006.

BRASIL. **Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008**. Brasília, 201

CAMPOS, Claudinei José Gomes. **MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde**. Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília, 2004.

CARNEIRO, Alessandra Acosta e FRAGA, Cristina Kologeski. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: **Da violência denunciada à violência silenciada**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, 2012.

CASIQUE, Leticia Casique; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. Revista Latino Americana de Enfermagem. São Paulo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, 2004.

MIZUNO, Camila; FRAID, Jaqueline Aparecida e CASSAB, LatifAntonia. **Violência contra a mulher: Por que elas simplesmente não vão embora?** Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Londrina, 2010.

MOZZATO, Anelise Rebelato;GRZYBOVSK, Denize.Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. Curitiba, 2011.

PIOVESAN, Flávia. **A Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres.** Revista EMERJ. Rio de Janeiro, 2012.

SAGAZ, Rafael Osmar. LEI 11.340/2006: A (in) eficácia das medidas protetivas de urgência e as principais barreiras para o seu cumprimento no município de Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso ((Bacharel em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

SILVA, Ana Cláudia Gonçalves da et al. Violência contra mulher: **uma realidade imprópria.** Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança. Paraíba, 2013.

SILVA, Livia Noronha. Análise do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Artigo (Bacharel em Serviço Social). Faculdade Capixaba da Serra – Multivix. Serra, 2017

SORTE, Mágela Domingues Boa. COÊLHO, Márcio Wendel Santana. O papel do pesquisador na metodologia de investigação científica: a importância da Pesquisa Científica Qualitativa ou Quantitativa. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. 2019.

AS IMPLICAÇÕES DO CAPITALISMO NA VIDA DO IDOSO

Brenda Christina Fazolo Vieira¹, Lília Aparecida da Silva¹ Tatiani Braga¹,

Raíque José de Sousa²

RESUMO

O artigo a seguir apresenta o sistema capitalista, suas características e como esse sistema utiliza o homem na exploração da força de trabalho. O presente artigo tem como objetivo central abordar as questões sociais da pessoa idosa em virtude da exploração do sistema capitalista analisando as expressões da questão social na velhice. Com uma breve reflexão da expressiva exploração da força de trabalho, onde ao longo da vida grande parte da população vende a sua força de trabalho para conseguir sua sobrevivência enquanto uma pequena parte fica com os meios de produção. É nesse desdobramento que o sistema vai percorrendo por gerações e se ajustando na contemporaneidade, alienando assim a classe trabalhadora. Diante deste cenário de acúmulo de lucros, bens, riquezas é apresentado o homem na fase idosa dentro do sistema capitalista, que por sua vez desvaloriza e anula o cidadão idoso por não ser mais um ser produtivo. Através da exclusão do sistema, esse idoso então vivencia as expressões da questão social por sua condição de pessoa idosa, o que torna necessário a ampliação das políticas públicas pelo Estado. A metodologia utilizada neste artigo foi a pesquisa bibliográfica.

Palavras chaves: Capitalismo. Idoso. Questão Social. Institucionalização.

INTRODUÇÃO

Referenciado por citações de alguns autores relacionados (Borges, Coutinho, Freitas, Sales, Souza, Teixeira), através da metodologia de pesquisa bibliográfica, este artigo versa sobre as implicações do capitalismo na velhice. Sintetiza as configurações do sistema econômico capitalista, disserta a exploração, alienação e coisificação do trabalhador ativo e o descarte do mesmo quando atinge a vida idosa sendo visto improdutivo e substituído pela pessoa jovem “mais produtiva”. Bem como, revela os abalos provocados à velhice pelos reflexos do capitalismo.

¹Graduanda em Serviço Social

² Professor da Faculdade Multivix, Especialista em Terapia familiar e Políticas Sociais voltadas às famílias.

O artigo aponta a desumanização do sujeito idoso pela sociedade capitalista, causando a vulnerabilidade deste, o que caracteriza questões sociais identificadas no seu entorno e as barreiras que implicam na qualidade de vida do indivíduo e as políticas sociais envolvidas. Expõe questões como a institucionalização do idoso seja por falta de meios de prover seus cuidados ou diante a sua depreciação pela família.

A escolha do tema tem como intuito apresentar a pessoa idosa não apenas como um ser incapaz, mas como um ser humano que ainda faz parte da sociedade.

METODOLOGIA DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Para o presente trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica. Essa metodologia de pesquisa é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites.

Segundo Severino (2007), a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

Para Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizaram pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), é realizada:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Fundamentada nestes conceitos apontados pelos autores e suas literaturas, a pesquisa bibliográfica torna-se a metodologia empregada para escrita deste artigo revisando e discutindo embasamentos retratados por alguns autores da área do tema proposto.

Este artigo tem como objetivo geral abordar as questões sociais da pessoa idosa em virtude da exploração do sistema capitalista, sendo seus objetivos específicos a compreensão das configurações do sistema capitalista, entender como o sistema capitalista utiliza o homem através da exploração da força de trabalho, abordando os reflexos do capitalismo na vida da pessoa idosa, apresentar as políticas públicas direcionadas ao idoso e discorrer as expressões da questão social na velhice em virtude das características exploratórias do capitalismo, expondo a institucionalização.

AS CONFIGURAÇÕES DO SISTEMA CAPITALISTA NA VISÃO CONTEMPORÂNEA

Para entender o impacto do capitalismo na vida do idoso é necessário entendermos esse sistema econômico chamado capitalismo. O sistema capitalista é um sistema econômico predominante em todo o mundo. Esse sistema é baseado na propriedade privada, na acumulação de capital que visa o lucro. O sistema capitalista começou a dar seus primeiros passos de existência no século XV com o enfraquecimento do sistema feudal quando a classe burguesa passou a dominar as relações econômicas com maior intensidade a partir da Revolução Industrial quando o capitalismo ganha o mundo. Esse sistema econômico é caracterizado por quatro principais princípios: primeiro pela propriedade privada dos meios de produção, propriedade individual. No sistema

capitalista os indivíduos podem ter suas propriedades privadas dos meios de produção, ou seja, daquilo que pode gerar riquezas (PENA, 2022).

O segundo princípio é a Economia de mercado – baseada na lei da oferta e da procura em que o consumo das mercadorias se apresenta a partir do mercado consumidor. Onde se tem a livre iniciativa e a concorrência, que são os reguladores da economia capitalista. Terceiro princípio é que esse sistema econômico tem como base uma divisão da sociedade entre duas classes, a burguesia e o proletariado (PENA, 2022).

A classe burguesa é a classe social que é a detentora dos meios de produção, enquanto a classe Proletariado é a classe que por não ter meios de produção, vendem a sua força de trabalho em troca de um salário para sua subsistência.

De acordo com Borges (2006):

De acordo com Lênin, dirigente da revolução russa de 1917, sintetiza de maneira simples as características desse sistema. “Denomina-se capitalismo a organização da sociedade em que a terra, as fábricas, os instrumentos de produção etc., pertencem a um pequeno número de latifundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e deve, por isso, alugar sua força de trabalho. Os latifundiários e industriais contratam os operários, obrigando-os a produzir tais ou quais artigos que eles vendem no mercado. Os patrões pagam aos operários exclusivamente o salário indispensável para que estes e suas famílias possam sub-existir. Tudo o que o operário produz acima dessa quantidade de produtos necessária a sua manutenção, o patrão embolsa isso: isso constitui o seu lucro. Portanto, na economia capitalista, a massa do povo trabalha para os outros, não trabalha para si, mas para os patrões, e o faz por um salário. Compreende-se que os patrões tratem de reduzir o salário, quanto menos aos operários, mais lucro lhes sobra. Em compensação, os operários tratam de receber o maior salário possível para poder sustentar sua família com uma alimentação abundante e sadia, viver numa boa casa e não se vestir como mendigos. Portanto, entre patrões e operários há uma constante luta pelo salário” (BORGES, 2006, pag. 1e 2).

Por fim, o quarto objetivo desse sistema econômico é o lucro. O sistema capitalista gira em torno da obtenção e acumulação de riquezas. O processo de produção capitalista é um processo de relações sociais. A riqueza não provém do capital, mas do trabalho. Porém, como destaca Marilda Iamamoto (IAMAMOTO, 1988, p 61.), a venda da força de trabalho continua sendo a única possibilidade de sobrevivência da classe trabalhadora por não possuir “outra moeda de troca” (AMORIM, 2017, p. 126). É diante desse sistema que podemos notar claramente a diferença entre duas classes sociais, burguesia e o

proletariado. Sendo uma pequena parte da população detentora do capital enquanto a maioria da população fica desfavorecida, tendo como única forma de sobrevivência a venda da sua força de trabalho.

UTILIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO HOMEM E SUA FORÇA DE TRABALHO PELO SISTEMA CAPITALISTA

Contudo, ao entender o funcionamento do sistema capitalista partimos para a reflexão de como o homem ao longo da vida vai enfrentando toda a execução de um sistema que explora o trabalho de muitos para a obtenção de lucros para que poucos continuem com o domínio da situação, onde o meio de venda do seu trabalho é a única forma que a grande massa obtém para alcance do seu sustento e de suas famílias, entretanto sem ter ciência de que são explorados pelo sistema já que mesmo diante de expressiva exploração de trabalhadores não haverá lucros para estes, mas sim para aqueles que estão comprando sua força de trabalho, como apontam Teixeira, Bezerra e Piana (2018):

Nessa relação de compra e venda da força de trabalho, o trabalhador, com poucas horas de trabalho, produz o suficiente para pagar seu salário, mas o lucro excedente, toda a riqueza produzida neste processo vai para os donos do capital, os capitalistas, que são os detentores dos meios de produção (TEIXEIRA, BEZERRA e PIANA, 2018 p. 06 e 07).

Nesse desdobramento o capitalismo vai vencendo as gerações e se ajustando a contemporaneidade em uma relação de exploração versus trabalho, sendo que o trabalho que é o meio de sobrevivência do homem agora não mais apenas em relação das necessidades básicas de sobrevivência bem como de uma colocação na sociedade capitalista onde apesar da exploração o sujeito quer estar em patamares mais elevados e se desdobra a cada dia para conseguir pôr meio da venda de sua força de trabalho a aquisição das mercadorias que ele próprio produz para o lucro do sistema, ou seja o sujeito trabalha o mês todo muitas vezes em funções desgastantes na confecção de um produto que não vai conseguir adquirir em um ano de trabalho através de sua remuneração recebida.

Entretanto, busca alcançar sua aquisição pois o capitalismo impõe subjetivamente que aquele produto ou serviço coloca o ser humano em uma posição de obtenção de compra e ascensão de poder. E dessa forma a

exploração do capitalismo vai se desenhando sobre o trabalhador que a cada etapa de sua vida se vê dependente de seu trabalho para inserção nas camadas da sociedade onde só os que possuem bens aquisitivos são vistos como detentores de sucesso. O homem então se torna parte da mercadoria para o sistema pois o trabalhador passa a vida trocando sua força de trabalho pelas mercadorias que produz, porém que não possui.

Para Adorno e Horkheimer a busca irrestrita pelos fins, que no sistema capitalista industrial, se traduziu na busca incessante da posse, como princípio de auto-realização, levou a um endurecimento da consciência. Os meios tornaram-se fins em si mesmos, criou-se um movimento de fetichização do objeto. Esse movimento permitiu a manifestação de uma consciência coletiva coisificada, preparando as personalidades para recepção dos discursos totalitários. (SILVA e CARVALHO, 2019, p 179).

O sistema capitalista visando cada vez mais lucro procura aumentar os ganhos através da injeção de produtos e serviços para o consumo da grande massa proletária em que essa entende-se necessitada desse consumo para se colocar na sociedade e mesmo que seu trabalho seja para isso explorado. A sociedade encontra-se então alienada pelas imposições do capitalismo sem levar em conta a real necessidade de cada sujeito individualmente em que o trabalho não mais está resumido em apenas extrair da natureza o que irá satisfazer suas necessidades básicas, todavia agora serve para uma disputa de aquisição de bens em virtude da exploração do indivíduo.

Coutinho (2009) pontua como para a autora a seguinte concepção de trabalho:

[...] Parto da concepção de trabalho como sendo toda a ação humana sobre a natureza, com objetivo de transformá-la de acordo com uma necessidade (Marx, 1968). Configura-se assim, uma relação dialética, de mútua transformação entre os seres humanos e a natureza. O processo de trabalho tem como fim a produção de um valor de uso, ou seja, um produto criado para satisfazer necessidades humanas. Nas sociedades capitalistas, tal processo tem como objetivo a produção não só de valores de uso, mas principalmente de valores de troca, isto é, mercadorias, com vistas à valorização do capital. Para Marx (1983), o trabalho no modo de produção capitalista deixa de hominizá-lo e passa a alienar, pois o produto e o próprio processo de produção tornam-se estranhos ao trabalhador. (COUTINHO, 2009, p.190)

No entanto, é importante salientar que quando o trabalhador percebe o funcionamento do sistema, e as consequências dessa exploração que culmina por lucro dos detentores do capital e aumento discrepante das classes sociais, o

indivíduo já se vê atrelado ao sistema em que se este não aceita as condições de trabalho e não acha justa a remuneração ofertada em troca de sua mão de obra, certamente o sistema capitalista não será prejudicado devido às grandes taxas de desemprego causadas pelas desigualdades sociais onde há outros muitos trabalhadores dispostos a aceitar tais imposições de trabalho impostas pelo sistema capitalista.

E nesta condição de posse o sistema capitalista comanda e determina as condições devido ao grande número de trabalhadores que buscam suas necessidades básicas como também, daqueles que além dessas, são alienados a adquirir os bens de consumo que o capitalismo mostra como sendomeios de poder, já discutido neste texto.

[...] A desigualdade gerada pelo capitalismo – e reforçada ao longo das últimas décadas – não é retórica, mas facilmente detectável na realidade social. O aumento da desigualdade social e espacial e da concentração de renda ocorrem não apenas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas também no interior dos Estados, e mesmo dentro das cidades, onde as camadas mais ricas da população passaram a deter percentualmente ainda mais renda que as camadas mais pobres; o incremento do desemprego estrutural faz crescer o exército de reserva, pauperizando as relações de trabalho e causa retrocessos na conquista de direitos pelos trabalhadores; tudo acirrado pela presença cada vez mais intensa dos processos de acumulação capitalista em escala global. É nesse contexto de exclusão social crescente que a psicologia social pode colaborar para ampliar a compreensão de indivíduo e de sociedade, bem como da produção de sua existência material e concreta (MANCEBO, 2004). (SOUZA, 2012, p.79).

Com isso as desigualdades vão aumentando ao passo que os trabalhadores se contentam em estarem inseridos no mercado de trabalho onde muitos aguardam para serem colocados, sabendo das divergências entre os ganhos, cientes ou não de que seu valor para o sistema econômico é apenas de venda da força de trabalho e como potencial consumidor, a burguesia continua no controle da economia e os trabalhadores na disputa entre sua própria classe alienados, coisificados e explorados pelo capitalismo.

Por assim dizer, a sociedade de hoje vive em uma época em que a práxis humano-social está alienada a serviço do capital, foi apropriada de forma a não pertencer mais como elemento intrinsecamente humano-genérico para se tornar um objeto utilizado pelo sistema econômico a fim de garantir lucros, rotatividade de mercadorias e bens, luxo e manutenção de uma ideologia altamente prejudicial que fere

princípios da dignidade humana. (TEIXEIRA, BEZERRA e PIANA, 2018 p.14).

REFLEXOS DO CAPITALISMO NA VIDA DA PESSOA IDOSA

O envelhecimento é determinado por características culturais e cronológicas, por isso é entendido de forma distinta por diferentes comunidades ao redor do mundo e ao longo do tempo. Na sociedade atual, que tem o capitalismo como um sistema quase universal, compartilhasse do pensamento do lucro e da produção (SALES et al., 2019).

O idoso por sua vez já não produz com a sua força trabalho, o corpo velho não carrega os padrões estereotipados associados à juventude, portanto, na sociedade atual, os idosos também não são valorizados. Ademais, o grupo de idosos é mais acometido por patologias crônicas. Assim, à medida que envelhece, o indivíduo passa a sofrer uma morte social ⁵, marcada pela marginalização e limitações físicas decorrentes da idade e da doença, além de uma perda de autonomia, independência e subjetividade devido às próprias atitudes da sociedade. (SALES et al., 2019).

Os idosos acabam sendo vítimas dos mais variados tipos de violências, desde física, psicológica, sexual, até a violência simbólica⁶, a qual é marcada por símbolos pré-estabelecidos e isso pode ser cometido pela própria família, a qual configura um importante centro de violência contra o idoso. Todas essas situações tornam a representação social do envelhecimento negativa, e assim impactam a saúde dos idosos que diante desse quadro de morte social, morbidades crônicas, marginalização e violência rejeitam seu “tornar-se mais velho”, e isso impacta diretamente na saúde mental desse indivíduo provocando depressão entre outros distúrbios. (FREITAS, 2017).

⁵ A.M. Guillemard (1972) designou pela expressão “morte social”: uma vida reduzida à repetição de rotinas essencialmente destinadas a assegurar a sobrevivência biológica, separadas entre si por longos tempos mortos, num clima de verdadeira paralisia da vida relacional.

⁶ Para Pierre Bourdieu, sociólogo francês, A violência simbólica se dá justamente pela falta de equivalência desse capital entre as pessoas ou instituições. O conceito foi definido por Bourdieu como uma violência que é cometida com a cumplicidade entre quem sofre e quem a pratica, sem que, frequentemente, os envolvidos tenham consciência do que estão sofrendo ou exercendo.

De acordo com Louvison e Rosa (2012), a expressividade do aumento populacional e, conseqüentemente, a sobrevivência do velho trabalhador são marcadas por expressões da “questão social” que acompanham outros segmentos etários, o que redobra a dificuldade em dar respostas adequadas às necessidades do segmento idoso, que carrega histórias de vida marcadas pelas mazelas geradas pelo sistema de exploração do trabalho.

Beauvoir (1990) destaca que se a velhice é uma realidade que transcende a história, não é menos verdade que esse destino seja vivido de maneira variável, de acordo com as condições materiais de produção e reprodução social, que imprimem um estatuto social à velhice, ou estatutos diferenciados, conforme as classes, status e hierarquias sociais.

POLÍTICAS PÚBLICAS: ESPERANÇA OU GARANTIA DE DIREITOS NA VELHICE?

Considerando as expressões da questão social voltadas à pessoa idosa, temos o amparo pela assistência social que visa garantir a sobrevivência, o abrigo e a convivência familiar e comunitária de indivíduos, famílias e grupos sociais, por meio de programas, projetos, serviços e benefícios de proteção social incluídos na proteção básica e proteção especial. A Assistência Social evidencia-se como importante fonte de melhoria das condições de vida e de cidadania desse estrato populacional em irreversível crescimento. Diante do aumento da população idosa, reflete-se a necessidade do Estado em criar políticas públicas voltadas a esse público (FREITAS, 2017).

Quando se fala em políticas públicas e suas preocupações ligadas ao envelhecimento populacional, a principal delas é conquistar uma proteção social eficaz para os idosos, o que implica em criar estratégias para a inclusão dos mesmos na sociedade, exercendo tarefas que sejam importantes para o convívio social. (CAMARANO, 2006).

Os princípios que regem a assistência social (Lei Orgânica da Assistência Social, no art. 4º: Lei 8.742/93) buscam a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; o respeito à dignidade do cidadão, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade; a convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem

discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL,1993)

O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos, garantindo na área de Promoção e Assistência Social a prestação de serviços e ações voltadas ao atendimento de necessidades básicas da pessoa idosa, como estabelece a LEI Nº 8.842/1994 que estabelece a Política Nacional do Idoso 1994.

Camarano; Kanso (2010, p.2) complementam que o envelhecimento populacional, ocorre em um contexto de “mudanças sociais, culturais, econômicas, políticas, institucionais, no sistema de valores e na configuração dos arranjos familiares”, alerta ainda que o cuidado familiar está se tornando cada vez mais falho em função, dentre outras, da redução da fecundidade, direção feminina das famílias, participação da mulher – tradicional cuidadora – na divisão social do trabalho. Diante dessas transformações e da necessidade de cuidados fora da família, espaços como centro dia para idosos e ILPI`S (Instituição de Longa Permanência para Idosos) são imprescindíveis.

Ao discutirmos a atenção das políticas para com o idoso, devemos ter em mente que essa “não é mais uma questão de Assistência Social” e sim de uma articulação de políticas públicas que propiciem ao idoso cidadania social, econômica e política em condições de dignidade. (BRASIL, 2013, p. 219).

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA VELHICE: UM OLHAR SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS IDOSOS

Considerando a configuração do capitalismo e sua exploração do trabalho em prol de acumulação de lucros é importante apontar as expressões da questão social gerada por este sistema econômico na população, tomando como foco o idoso e as implicações por ele encontradas.

Para a sociedade capitalista o indivíduo interessante é aquele que dispõe de meios para a venda da sua força de trabalho, não sendo este o idoso, já que para o capitalismo a pessoa idosa tem seu tempo de produção e atingindo esse topo o sujeito se torna improdutivo e inútil. Muniz e Barros (2014) argumentam que:

[...] O estigma atribuído aos trabalhadores velhos é decorrente do fato de que o capital determina a improdutividade do trabalhador ao chegar

à velhice, acreditando que ele não pode vender sua força de trabalho como quando era jovem. Como nos demonstra Telles (2009, p. 25) "os cabelos grisalhos têm sido visto por muitos, como sinônimo de incapacidade frente ao atual contexto de competitividade econômica em escala global". Nessas circunstâncias, o trabalhador velho vive sob uma constante pressão social, o que por muitas vezes lhe impõe um distanciamento dos processos vivencia coletiva (MUNIZ e BARROS, 2014, pag. 114).

Conseqüentemente essa inutilidade acaba por impedir o sujeito de sua reinserção no mercado de trabalho, desvalorizando seu potencial e submetido a essa condição de improdutivo ele acaba por perder sua identidade social se sentindo cada vez mais nulo para seu meio, como assim destaca Gibbs, Silva e Batista (2015):

Para o capital, o idoso já está de certa maneira eximido de capacidade suficiente para produzir e gerar lucro, o que tende a excluí-lo do mercado de trabalho e coloca-lo em uma condição de precariado, uma vez que para o idoso essa situação de exclusão vai representar a perda um papel social, sentindo-se desvalorizado e inútil perante a sociedade, e isso vai intervir no seu modo e na sua condição de vida. Ao passar para uma condição de precariado, o idoso sente-se relegado a perda de sua própria identidade, pois essa identidade para Standing (2013) é baseada na forma segura de trabalho, desenvolvida através de sua inserção no mercado. E como a lógica do capital já não permite estabilidade e segurança no mercado de trabalho ao idoso resta a submissão desta condição (GIBBS, SILVA e BATISTA, 2015, pag.05).

Tais apontamentos nos mostra o desrespeito do mercado de trabalho com a efetivação dos direitos dos idosos onde a Lei n.º 10.741/ 2003 (Estatuto do Idoso), artigo capítulo VI estabelece no que se refere à profissionalização e do trabalho:

Art. 26. O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas. Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir (BRASIL, 2003, Estatuto do Idoso)

Mesmo com toda sua contribuição para a sociedade em sua vida produtiva de trabalho, a pessoa agora passa a ser descartada na perspectiva de desapropriado para o trabalho que é o que interessa para os meios de produção.

Assim sendo, Oliveira, Fernandes e Carvalho (2011) relatam que:

O idoso da contemporaneidade reflete olhares e perspectivas de análise social, que estão pautadas dentro da categoria trabalho. É por meio do trabalho que o homem se torna sujeito social, contribuindo para a construção da sociedade e de si próprio. Segundo Marx "a sociedade, assim como a característica fundamental do homem está no trabalho. É do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade,

é pelo trabalho que o homem transforma a sociedade e faz a história” (1988: 409). Sendo assim o idoso não é mais parte integrante da lógica trabalho e produção, pois ele não está mais ativo na geração de mais-valia ao capitalista. Já que esse alcançou uma idade considerada improdutiva, não pertencendo ao grupo de trabalhadores ativos nem ao chamado exército de reserva (OLIVEIRA, FERNANDES, e CARVALHO, 2011, pag. 02).

Contudo, a pessoa idosa necessita continuar inserida na sociedade, sendo que apesar de não ser mais um trabalhador ativo, ela depende de meios e serviços para sua subsistência e busca com sua aposentadoria medir suas necessidades básicas de vida, mesmo não sendo uma tarefa fácil no mundo do capitalismo globalizado. Conforme Alves (2019):

Tendo em vista que, para o capital, a força de trabalho é um dos fatores determinantes para a sua valorização, o trabalhador envelhecido por conta da idade biológica e da espoliação das suas capacidades físicas é retirado do mundo do trabalho produtivo. Em decorrência das necessidades materiais e da redução do valor dos benefícios, esses idosos têm sido obrigados a buscar novas formas de subsistência, nas quais a falta de um acréscimo no valor de sua aposentadoria tem caracterizado para eles as restrições ao acesso a bens e serviços básicos para a subsistência, agravando as dificuldades e limitações inerentes à velhice (ALVES, 2019, pag.205).

Dessa maneira as questões sociais são visualizadas em diversos pontos, desde o descarte da pessoa idosa como justificativa de sua improdutividade, a dificuldade de se manter financeiramente, até o questionamento de quais providências são tomadas a respeito desses sujeitos “inúteis”, sendo que não dispondo de condições para manutenção de sua vida, muitos acabam por ser inutilizados por suas próprias famílias.

Segundo Oliveira, Fernandes e Carvalho (2011):

O envelhecer dentro do contexto familiar denota várias consequências que resultam do processo de saída do mercado de trabalho, o idoso passa a ser um (co) partícipe da renda familiar. Assumindo um novo papel, não mais como protagonista, mas como coadjuvante no dia-a-dia da família. Muitas vezes, por ser mantenedor econômico não é reconhecido como tal e isso ocorre, psicologicamente falando, em uma vitimização familiar, fundamentada no discurso de que aquele “velho” tem que contribuir e não faz nada além de suavizar seu fardo involuntário, sendo visto como mais uma boca para alimentar (OLIVEIRA, FERNANDES, e CARVALHO, 2011, pag. 04).

Como apontam as autoras o idoso passa a ser visto como um coadjuvante para a família quê, por conseguinte do capitalismo também sofre a exploração através do trabalho referindo-se, a classes menos favorecidas. Em maioria esses idosos que passam a vida vendendo sua força de trabalho não conseguem se preparar para uma velhice justa e de descanso:

Desse modo, ao trabalhador idoso que já contribuiu para a acumulação de riqueza social e que, pelos anos de trabalho mereceria um descanso, essa possibilidade nem sempre é possível. Para uma imensa parcela de trabalhadores, suas vidas foram marcadas não somente pela exploração, que a própria do trabalho assalariado, mas também pelo não acesso a diversos bens sociais, pelo pauperismo e a desigualdade social. Poucos foram aqueles que conseguiram se preparar-se para uma velhice digna, e assim, muitos buscam serem reinseridos no mercado de trabalho [...] (MUNIZ e BARROS, 2014, pag. 115).

Contudo, sem lugar na sociedade produtiva, considerados gastos aos familiares, onde há também àqueles com questões referentes a saúde comprometida, o destino de muitos é a institucionalização, assegurados pelo Art. 37 do Estatuto do Idoso que estabelece que “o idoso tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada”

Há a opção do abrigamento, mesmo que em última instância, na tentativa de assegurar a população idosa desprovida de meios para manutenção de sua vida e cuidados com ela. A institucionalização ocorre através das instituições de longa permanência caracterizada por Alves et al (2017) como:

Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) são definidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) como espaços residenciais para moradia coletiva de pessoas com 60 anos ou mais, com ou sem suporte familiar. Essas instituições podem ser governamentais ou não, devendo por meio dos serviços prestados, zelar pela liberdade, dignidade e cidadania dos seus residentes.¹ Apesar da definição de ILPI proposta pela ANVISA, autores destacam que não existe um consenso quanto à sua conceituação. É comum encontrar, sobretudo, entre os trabalhadores do setor, denominações como abrigos, casas de repouso e asilos. (ALVES et al. 2017, pag.02)

Apontam ainda alguns motivos pelo crescente número de institucionalização:

[...] nota-se um aumento significativo da demanda por ILPIs no Brasil. Diversos fatores colaboram para esse cenário como, as mudanças estruturais das famílias quanto às modificações dos papéis desempenhados pelos seus membros, bem como a redução do seu tamanho e dos distintos arranjos familiares. Essas alterações interferem, sobretudo, na disponibilidade de pessoas para os cuidados aos idosos dependentes em casa. Destaca-se também o aumento do

número de idosos na população, sendo estes acometidos, em sua maioria, por doenças crônicas e incapacidades; insuficiência de recursos e de serviços públicos, tanto no âmbito social quanto na saúde; custos elevados com a manutenção do cuidado domiciliar; inadequação dos espaços físicos das residências, às vezes, pequenos, com obstáculos estruturais, gerando riscos para quedas e violências e, por fim, o próprio processo de envelhecimento que está associado a perdas de capacidades e à dependência de outras pessoas para a realização de atividades da vida diária. (ALVES et al. 2017, pag.02)

O indivíduo institucionalizado, embora cuidado, nas instituições perde sua identidade, submetidos a viver sua vida imposta por outras pessoas, o que leva o mesmo ao isolamento se fechando e acreditando que realmente não tem mais valor, esquecido pela família e sociedade é o que destaca Oliveira, Fernandes e Carvalho (2011):

O idoso se resume a um mero espectador da sua própria vida, acostumando-se geralmente a depender de outros, não se percebendo mais como o dono de sua vida, onde suas escolhas não são levadas em consideração. E em meio a essa crise da velhice, onde o idoso vive em isolamento e perde sua identidade, cada vez mais distancia-se da cidadania que deveria ser mantida pela família e construída pela sociedade. É preciso perceber a família como chave da sociedade. Pois é dentro desse núcleo de valores que são construídos e se expressarão mundo a fora. Perceber, também, que não basta viver junto, é preciso viver bem junto. (OLIVEIRA, FERNANDES, e CARVALHO, 2011, pag. 05).

A institucionalização respalda essa parcela da população idosa que a família e o Estado não conseguem zelar e sustentar os direitos de autonomia e participação na sociedade assegurados pela LEI Nº 8.842/19947 que dispõe sobre a política nacional do idoso.

Os autores Gibbs, Silva e Batista (2015) afirmam que:

No entanto, nem mesmo as políticas públicas conseguem dar conta dessas expressões da questão social que emergem das relações vigentes na sociedade capitalista independente do estágio em que este se encontra, por que de qualquer forma o capitalismo sempre vai criar estratégias que possam lhe favorecer enquanto acumulador de riqueza, colocando diversos segmentos sociais numa condição de precariado, dentre os quais a população idosa (GIBBS, SILVA e BATISTA, 2015, pag.06).

Os autores Muniz e Barros (2014) afirmam que o preconceito e o estigma sobre os idosos ocorrem mesmo em áreas em que certamente teriam bastante para contribuir, como na cultura, na educação e mesmo na família, entre outras. Em vista disso, não haveria tamanha demanda da população idosa esquecida em ILPIs, se a sociedade a enxergasse em face de sua experiência de vida a

permitindo auxiliar os mais jovens em ensinamentos baseados em sua sabedoria, valores, aptidões e lembranças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos do sistema econômico capitalista apresentados e levando em conta seu funcionamento e suas características, verificou-se a desvalorização da pessoa idosa sendo considerada não produtiva, tendo a sua condição física como um impedimento para realização do trabalho. Observou-se que a questão social desse sistema econômico traz uma desigualdade muito grande nas relações sociais com a divisão das classes. Desta forma compreende-se o porquê a maioria da população vive as mazelas sociais desse sistema.

Em virtude do sistema capitalista observou-se que a pessoa idosa apesar de contribuir durante toda a sua vida se torna inútil ao sistema na velhice, sendo excluída, o que causa a perda da identidade desse cidadão diante a sociedade, perdendo sua autonomia e sua independência, sendo assim, diante das questões sociais verificou-se a necessidade do Estado em ampliar as políticas públicas relacionadas aos idosos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Claudia Nubia dos Santos (2019). O descarte do trabalhador idoso no capitalismo contemporâneo e sua reutilização: elementos que os conduzem ao mercado informal de trabalho. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 17, n. 44, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45224>>. Acesso em: jun. 2022.

ALVES, M.B; et al. (2017). Instituições de longa permanência para idosos: aspectos físico-estruturais e organizacionais. Escola Anna Nery. Revista de Enfermagem. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/tvtpqhXnbdNWjxn6Pk5crXH/?lang=pt>>. Acesso em: jun. 2022.

BARROS, Albani; MUNIZ, Tatiana da Silva (2014). O trabalhador idoso no mercado de trabalho do capitalismo contemporâneo. Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-Alagoas, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/1079>>. Acesso em: jun. 2022.

BORGES, A. (25 de 08 de 2006). *Origem e papel dos sindicatos*. Acesso em 02 de 06 de 2022, disponível em www.contag.org.br: <http://www.contag.org.br/imagens/OrigemepapeldossindicatosAltamiroBorges.pdf>

BRASIL. Lei Federal Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: jun. 2022.

BRASIL. Lei Federal Nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em: jun. 2022.

COUTINHO, Maria Chalfin (2009). Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. Cadernos de psicologia social do trabalho, v. 12, n. 2, p. 189-202, Santa Catarina, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25749/27482>>. Acesso em: maio de 2022.

DEL-MASSO, M. C., COTTA, M. A., & SANTOS, M. A. (s.d.). *Ética em Pesquisa Científica: conceitos e finalidades*. Acesso em 01 de 06 de 2022, disponível em acervodigital.unesp.br: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155306/1/unespnead_reei1_ei_d04_texto2.pdf

FREITAS, Bia Cruz. (2017). Envelhecimento Populacional e Institucionalização de Idosos: Um Panorama da Política de Assistência Social Vigente. UFSC. Florianópolis- SC - 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180109/101_00220.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: jun. 2022.

GIBBS,Camila Cecilia Mascarenhas; SILVA,Leiliane Amazonas Da;BATISTA, Amanda Maciel (2015). O idoso e o mundo do trabalho na sociedade pós-capitalista. I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social – UFSC. Florianópolis- SC, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180612?show=full>>. Acesso em:jun. 2022.

NASCIMENTO, Henrique. Entenda o que é violência simbólica. Leia já, 2018. Disponível em: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/entenda-o-que-evilenciasimbolica#:~:text=O%20conceito%20foi%20definido%20por,que%20est%C3%A3o%20sofrendo%20ou%20exercendo>. Acesso em: jun. 2022.

OLIVEIRA, Michelly Cristina Rodrigues de; FERNANDES, Marla; CARVALHO, Rosana Ribeiro (2011). O papel do idoso na sociedade capitalista

contemporânea: uma tentativa de análise. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Anais, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada_CD_original/Jornada_Eixo_2011/Transformacoes_no_Mundo_do_Trabalho/O%20PAPEL%20DO%20IDOSO%20NA%20SOCIEDADE%20CAPITALISTA%20CONTEMPOR%20NEA.pdf>. Acesso em: jun. 2022.

SALES, Allâny Rebecka Nascimento; et al. (2019). A representação Social do Envelhecer na Sociedade Contemporânea e seu Impacto na Saúde Mental dos Idosos - Pernambuco - PE - 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2019/TRABALHO_EV125_MD1_SA2_ID2781_10062019232400.pdf. Acesso em: jun. 2022.

SILVA, Ricardo Francelino da; CARVALHO, Afonso Bezerra (2019). O desencantamento do mundo e o processo de coisificação do homem na visão de adorno e Horkheimer: a negação da filosofia metafísica em Aristóteles e a desumanização do homem. Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, v. 5, n. 2, UNESP/Marília, 2019. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/8802>>. Acesso em: mai. 2022.

SOUSA, Angélica Silva De; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, 2021. Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: jun.2022.

SOUSA, Joceli de Fatima Arruda, (2012). O modo de produção capitalista e a subjetividade individualista subjacente: reflexos sobre a espacialidade urbana. Mnemosine, v. 8, n. 2, Paraná, 2012. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41559/28828>>. Acesso em: maio de 2022.

TEIXEIRA, E. D. (2014). A CATEGORIA TRABALHO NA PRODUÇÃO. Acesso em 02 de 06 de 2022, disponível em repositório.ufes.br: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1530/1/A%20categoria%20trabalho%20na%20obra%20de%20Marilda%20lamamoto.pdf>

TEIXEIRA, Laís Vila Verde; BEZERRA, Mayara Simon; PIANA, Maria Cristina, (2018). Categoria trabalho: de sua ontologia ao sistema capitalista. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, Espírito Santo, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20265>>. Acesso em: mai. 2022

AS INTERVENÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Adauta de Oliveira Wandel Rei¹ Josilane Trindade Pereira¹, Rute Cardoso da Silva¹,

Prof. Raíque José de Sousa²

RESUMO

O presente trabalho aborda o papel do Serviço Social no enfrentamento à violência doméstica, considerando a importância do trabalho dos assistentes sociais no que se refere à defesa de direitos e as possíveis intervenções em defesa das vítimas. Observa-se no Brasil um elevado índice de ocorrências de violência doméstica e a necessidade de uma atuação efetiva nesse contexto. A evolução legislativa quanto à proteção às vítimas não vem sendo acompanhada na prática, resultando na manutenção do quadro de violência. Indicou-se a necessidade de que os assistentes sociais atuem no campo da promoção aos direitos. Destaca-se a importância de que os profissionais se afastem das demandas exclusivamente institucionais, aproximando-se da intervenção no sentido efetivos da garantia ao respeito à dignidade e emancipação humana. Os assistentes sociais têm no CREAS um espaço essencial o exercício de seu trabalho por meio da oferta de serviços especializados e contínuos, que possam contribuir para garantir a imediata proteção social e atendimento interdisciplinar às vítimas e familiares.

Palavras-chave: Serviço Social. Violência Doméstica. CREAS.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica tem sido objeto de discussão em diferentes áreas, como da segurança pública, no campo da Psicologia e também do Serviço Social, entre outras, compreendendo que as intervenções são também heterogêneas e devem ocorrer conforme a dimensão do problema e as áreas diretamente atingidas. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de atenção qualificada a essas vítimas, observando suas demandas emergentes e os encaminhamentos de necessária resolução.

¹ Graduanda em Serviço Social² Graduanda em Serviço Social³ Graduanda em Serviço Social

² Professor da Faculdade Multivix, Especialista em Terapia familiar e Políticas Sociais voltadas às famílias.

Considerando a necessidade de intervenção dos assistentes sociais no contexto da violência doméstica, pode-se observar que esse trabalho integra os preceitos relacionados à profissão, ao mesmo tempo em que adquirem caráter prioritário em cenário onde se evidenciam tais práticas de violência que, entre outras características, denotam a dificuldade de caracterização, dada a ocorrência do temor quanto à denúncia que comumente ocorre nesses cenários.

Compreendendo essa realidade extremamente desfavorável às mulheres, que indica um conjunto de violações de direitos e que se mostra como essencial objeto de intervenção, pergunta-se: Quais são as principais atribuições do Serviço Social na efetivação dos direitos da mulher vítima de violência doméstica?

O objetivo geral do trabalho foi indicar as intervenções do Serviço Social na promoção e efetivação dos direitos da mulher vítima de violência doméstica. Os objetivos específicos foram contextualizar a violência doméstica, evidenciando a influência da cultura machista e patriarcalista nessas práticas; indicar o perfil as mulheres predominantemente vítimas da violência doméstica, situando estas agressões entre os reflexos da questão social e situar o trabalho do Serviço Social na promoção dos direitos da mulher vítima de violência, considerando o Código de Ética e o Projeto Ético Político do Serviço Social.

PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia empregada na realização da pesquisa foi a revisão narrativa de literatura em livros, artigos científicos, textos legais e normativos, prospectados principalmente nas bases Scielo e Google Acadêmico.

A revisão narrativa de literatura se caracteriza pela não utilização de critérios sistemáticos e explícitos para seleção e para a análise crítica dos materiais, o que confere maior liberdade ao pesquisador para a realização de tal escolha. Assim, nesse tipo de revisão não é necessário que seja esgotada a fonte de informações, contando com a subjetividade dos autores para tal escolha (VERGARA, 2000).

Quanto à técnica de coleta de dados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que conforme Marconi e Lakatos (2004) consiste na utilização de material já publicado sobre determinado assunto.

A pesquisa é de natureza descritiva, que tem como finalidade a descrição de determinada situação em detalhe, possibilitando identificar o que está ocorrendo e as características do objeto de estudo, indicando a relação entre os eventos (OLIVEIRA,

2011).

O critério de inclusão foi a pertinência do tema abordado, identificada a partir da leitura dos resumos dos trabalhos. Não foram incluídos na pesquisa trabalhos de conclusão de curso, trabalhos publicados parcialmente e estudos bibliométricos.

HISTÓRICO DO MACHISMO NO BRASIL

O estabelecimento de uma cultura de dominação masculina é explicado por Bourdieu (2012, p. 18), que considera que “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios e de divisão sexualizantes”. Tais afirmações conduzem ao entendimento de que a percepção aplica-se às diversas situações do cotidiano e principalmente ao corpo.

Observa-se que até o século XVII somente era reconhecido o sexo masculino, sendo que a mulher era vista como um homem inferior e invertido. Por volta do século XIX, passou-se a observar a mulher como um complemento do homem (SILVA et al., 2005). A observação equivocada a respeito da mulher tinha como motivação também a influência religiosa.

Especificamente abordando o Machismo no Brasil, este possui antecedentes históricos distantes, situados no período colonial. Marques (2019) considera que o sistema colonial de gênero introduzido pelos europeus fez com que se consolidasse na América Latina e especificamente no Brasil a estrutura patriarcal norteadora das instituições nacionais de modo geral, da sociedade, da cultura.

Verifica-se, inclusive, que essa realidade é comum nas sociedades ocidentais. As relações entre as formas de viver a masculinidade e a cultura da violência apresentam como parâmetro os valores que estruturam a cultura ocidental patriarcal. Sob a concepção do patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material (MINAYO, 2005).

Uma das expressões do machismo no Brasil Colônia pode ser verificada ante a afirmação de que ao homem, era aceita toda forma de abuso, inclusive o envolvimento com negras e indígenas, sob a justificativa de que estas os seduziam. Quanto às mulheres, qualquer prática dessa natureza era inconcebível, inaceitável aos padrões morais. No tratamento diferenciado entre mulheres e homens no contexto da sociedade colonial se expressa o machismo e a subjugação feminina (RODRIGUES, 2018).

Marques (2019) afirma que os colonizadores, sob o pretexto do exercício de uma missão civilizatória, introduziram entre os povos colonizados a dicotomia de gênero de

concepção europeia, mesmo não tendo a intenção verdadeira de tratar essas pessoas como humanos, destruindo também as formas de relacionamento entre os povos originários, causando a ruptura dos laços de colaboração entre homens e mulheres.

Essa ação resultou em uma espécie de indiferença por parte dos homens colonizados no que diz respeito às mulheres colonizadas e, além disso, possibilitou a “hierarquização entre estes, bem como a desumanização das mulheres perante esses homens também desumanizados pelos colonizadores” (MARQUES, 2019, p. 209). O passar do tempo não trouxe evoluções no que se refere à redução das expressões machistas, o que resultou na manutenção da imagem de inferioridade das mulheres, que ocorria até mesmo nos casos em que as práticas masculinas de violência mostravam-se bárbaras e inaceitáveis em condições normais, por meio da aceitação tácita por parte da sociedade e das autoridades.

O meio viciado, a devassidão dos costumes, os instintos perversos, a falta de honra e de educação, a inclinação a malícia e à liberdade foram expressões que marcaram os julgamentos de médicos, juristas, membros do clero, liberais e jornalistas sobre as moças pobres, negras e brancas, principalmente ao longo dos últimos 150 anos de nossa história. (ABREU, 2007, p.289).

Discutindo o machismo na contemporaneidade, tem a referência dos anos 1960 como origem dos questionamentos mais incisivos por parte dos movimentos feministas. A expansão do mercado de trabalho e a inserção das mulheres em profissões que eram exercidas pelos homens, a participação feminina na política e a ampliação da escolarização foram pontos relevantes para a continuidade das lutas feminista (COUTO; SCHREIBER, 2016).

Couto e Schreiber (2016) afirmam que desde os anos 1970 vem ocorrendo o desenvolvimento da pesquisa social voltada à compreensão do machismo enquanto fenômeno recorrente nas culturas do Mediterrâneo. A discussão a respeito do culto da masculinidade se estendeu pelos anos 1980, com a preconização de um ideário de uma padronização do machismo, caracterizando o homem latino-americano a partir dos estereótipos de virilidade e agressividade, bem como a condição de controle da sexualidade feminina.

As relações de gênero baseadas no machismo ainda estão presentes na sociedade contemporânea em atitudes e ações diversas. São relações construídas historicamente, que esboçam quais papéis sociais devem ser representados por homens e mulheres (SILVA et al., 2020, p. 10).

A ideia de machismo passa por períodos distintos, ora se potencializando, ora enfraquecendo ao longo do tempo, “entrecruzada com os processos de dominação masculina e com a atualização que sujeitos individuais façam ao longo de suas vidas

na diversidade dos contextos sociais” (COUTO; SCHREIBER, 2016, p. 48). No entanto, mesmo em momentos em que ocorre tal enfraquecimento, as marcas trazidas pelo machismo mostram-se prejudiciais ao exercício dos direitos por parte das mulheres.

Silva et al. (2020) compreendem que, diferentemente das outras expressões da intolerância social, como por exemplo o racismo, o sexismo apresenta dimensões diferentes. O sexismo ambivalente apresenta duas formas principais, que são a hostil e a benevolente, observando que o sexismo ambivalente é a expressão mais evidente do preconceito contra a mulher.

Segundo Hermann (2008), nesse contexto de desenvolvimento de uma cultura e de uma sociedade machista, as virtudes da mulher, bem como seu potencial, eram observadas em aspectos como a virgindade e sua condição de cuidado com o lar e com a família. Boa parte dos autores que analisam as questões ligadas ao gênero estabelece uma relação social, sem motivação biológica, fazendo com que a mulher tenha limitado papel na transformação social e, por conseguinte, perpetue sua subserviência.

Ainda abordando os valores invertidos que norteiam a cultura machista, verifica-se que o indivíduo obtém na cultura o aprendizado e o estímulo para conseguir seu desenvolvimento “a partir da reflexão, dos conflitos e das diferenças, ou, ao contrário, o estímulo e o aprendizado para desenvolver comportamentos que perpetuam a violência” (MUNHOZ; MUNHOZ, 2013, p. 23).

As alterações que influenciaram a condição feminina e que foram visíveis ocultam a manutenção de estruturas invisíveis, passíveis de serem esclarecidas somente diante do pensamento relacional que tenha capacidade de colocar em relação a economia doméstica, bem como a divisão de trabalho e de poderes que a caracteriza, além dos diferentes setores do mercado de trabalho que ocupam homens e mulheres (BOURDIEU, 2012). Essa segregação indicada pelas afirmações acerca da divisão do trabalho e de poderes, que tem profundas raízes históricas e preceitos ainda vigentes, mostra-se como um componente de necessária análise e intervenção, no sentido de sua erradicação.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

A origem da violência contra a mulher situa-se num cenário de exclusão, onde a classificação da mulher tem sido direcionada pelas variáveis de caráter biológico e social, com uma relação que indica a superioridade do sexo masculino. Considerando a realidade vigente na Grécia Antiga, verifica-se que às mulheres eram negados direitos

básicos, como o direito de estar em público sem um acompanhante masculino, de receber a educação formal ou de ser sujeito de direitos jurídicos. A poligamia era exercida livremente pelos homens, que tinham poder absoluto sobre as mulheres (PINAFI, 2017).

O modelo de sexo único prevaleceu durante muito tempo por ser o homem, ser humano nascido com o sexo biológico masculino, ou seja, pênis, o alvo e construtor do conhecimento humano. Dentro dessa visão androcêntrica, a mulher consistia em uma categoria vazia. [...] A visão naturalista que imperou até o final do século XVIII determinou uma inserção social diferente para ambos os sexos. Aos homens cabiam atividades nobres como a filosofia, a política e as artes; enquanto às mulheres deviam se dedicar ao cuidado da prole (PINAFI, 2017, online).

Pode-se compreender que até o século XVII somente era reconhecido o sexo masculino, sendo que a mulher era vista como um homem inferior e invertido. Por volta do século XIX, passou-se a observar a mulher como um complemento do homem (SILVA et al., 2005). A observação equivocada a respeito da mulher tinha como motivação também a influência religiosa.

A religião atribuía o desregramento, o pecado e a danação à mulher, indicando que ela era a culpada de o homem passar por situações desagradáveis. Essa justificativa era também utilizada para a manutenção do caráter submisso inerente à mulher, que tinha o papel da mulher predominantemente de esposa (DEL PRIORI, 2001).

Na sociedade machista, misógina e patriarcal, às mulheres foram negados o estudo, o trabalho remunerado e as escolhas particulares, deixando-as por muito tempo confinadas no espaço privado, responsáveis por todas as tarefas domésticas e sem participação política. Depois de muita luta de mulheres por uma libertação patriarcal, alguns pontos mudaram e diretos foram lentamente adquiridos. Mas a sociedade ainda é machista e a cultura é de violência contra a mulher, visto que apesar das mudanças, ainda estamos em uma realidade capitalista cuja lógica transforma quase tudo em mercadoria, até mesmo as mulheres. Abrir espaço para algumas mudanças faz parte inclusive dessa racionalidade capitalista, que tenta se apropriar até mesmo das lutas, cedendo em alguns pontos, para manter sua hegemonia (SOUZA; LOPES, 2019, p. 25).

Destaca-se que a contínua busca da mulher por direitos no Brasil tem sua gênese ainda em tempos pretéritos, observando que o patriarcalismo que caracterizou a sociedade brasileira invariavelmente trouxe influência nos diversos aspectos, como nas relações familiares e na política, entre outros. Rubim e Marques (2016) consideram que na sociedade patriarcal a mulher é submissa às determinações tanto paternas quanto maritais. A subordinação somente se modifica, observando que na condição de solteira ela é submissa ao pai e na situação de casada passa a ser submissa ao marido.

[...] o discurso masculino, que estabeleceu a inferioridade física e mental das mulheres, que definiu a partilha “aos homens, a madeira e os metais” e “às mulheres, a família e o tecido” é que provocou uma divisão sexual da mão de obra no mercado de trabalho, reunindo as mulheres em certos empregos, substituindo-as sempre por baixo de uma hierarquia profissional, e estabelecendo seus salários em níveis insuficientes para sua subsistência (MENDES, 2017, p. 162).

Nesse contexto, é pertinente a abordagem de Engels sobre a condição da mulher e o desenvolvimento da família na sociedade capitalista. Conforme Cardozo e Peretti (2010), na concepção de Engels, a família monogâmica patriarcal teve origem na ruptura do modelo antes reconhecido, no qual a mulher possuía o papel principal.

Neste estágio, um homem vive com uma mulher, mas de maneira tal que a poligamia e a infidelidade ocasional continuam a ser um direito dos homens, embora a poligamia seja raramente observada, por causas econômicas; ao mesmo tempo, exige-se a mais rigorosa fidelidade das mulheres, enquanto dure a vida em comum, sendo o adultério destas duramente castigado. O vínculo conjugal, todavia, dissolve-se com facilidade por uma ou outra parte, e depois, como antes, os filhos pertencem exclusivamente à mãe (ENGELS, 1984, p. 49).

Essa mudança foi motivada pelo aumento das riquezas de posse dos homens, o que levou à supressão dos direitos maternos. Assim, o objetivo inerente à garantia da paternidade dos filhos era transferir a propriedade para um filho legítimo, levando também a mulher à submissão incondicional ao poder masculino. Tal supremacia foi indicada, inclusive, pelo Código Napoleônico, que definia que a monogamia era obrigatória somente para a mulher, já que os filhos precisariam ser legítimos para efeito de sucessão (CARDOZO; PERETTI, 2010).

Discute-se a violência doméstica sob a denominação muitas vezes empregada de crimes passionais. No entanto, ainda que o termo passional tenha sua origem em paixão e esta comumente seja correlacionada a um sentimento nobre, pode-se observar que a paixão responsável por levar à conduta criminoso não é resultado do amor, mas “do ódio, da possessividade, do ciúme ignóbil, da busca da vingança, do sentimento de frustração aliado à prepotência, da mistura de desejo sexual frustrado com rancor” (ELUF, 2017, p. 165).

A estrutura da sociedade não sofreu modificações significativas a partir dessa evolução da condição feminina. Desse modo, a “mulher que se liberta economicamente do homem nem por isso alcança uma situação moral, social e psicológica idêntica à do homem” (ÁLVARES, 2014, p. 9). A condição de submissão e de subvalorização mostrava-se presente em diversos países do mundo, inclusive no Brasil.

A subvalorização da mulher na sociedade brasileira pode ser ilustrada a partir

da redação original do Código Civil de 1916, que em seu artigo 6º, inciso II, declarava a mulher como relativamente incapaz, juntamente com os pródigos, os índios e os menores púberes (MATOS; GITAHY, 2007).

Matos e Gitahy (2007) afirmam que, essencialmente nos anos 1960, diversos preceitos legais aportaram maior participação da mulher na sociedade e expansão aos seus direitos em geral. As autoras trazem como exemplo a Lei nº 4.121/62, que retirou do marido a exclusividade de representação legal da família e subtraiu a condição de incapacidade para diversos atos da vida civil que era atribuída às mulheres casadas.

Assim, no contexto da luta das mulheres por igualdade de acesso aos direitos pode ser identificada em diversos momentos da história, verificando que a partir da Carta Magna de 1988 passou-se a ter fundamentos mais consistentes para que essa luta se estendesse para outros planos além dos direitos básicos relacionados à sobrevivência. Segundo Del Priori (2001), a evolução nas relações sociais e as desigualdades ainda identificadas, que ainda impedem melhores condições de segurança intrafamiliar, têm como exemplo a violência que ainda ocorre em elevados níveis contra as mulheres.

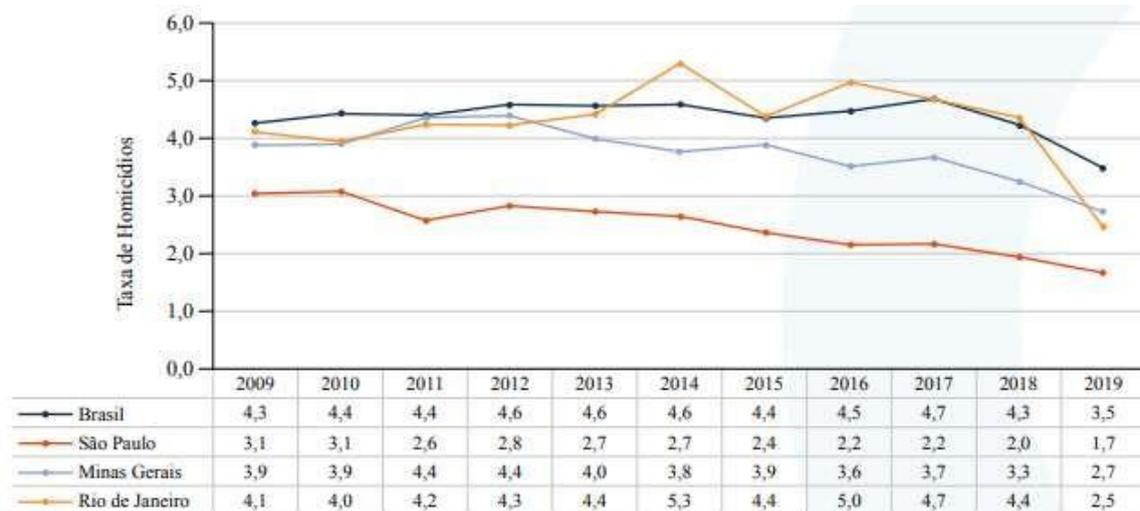
Ainda que diante da evolução no campo dos direitos das mulheres seja uma realidade, o patriarcalismo ainda manteve suas influências na cultura e até mesmo na elaboração das leis, que mantinham diversos privilégios aos homens. A minimização dessa influência patriarcalista pode ser observada com efetividade somente a partir da vigência da Constituição de 1988, que expressou a igualdade entre os gêneros no campo dos direitos e deveres (LÔBO, 2018). Ainda assim, verificam-se os elevados números da violência contra as mulheres no Brasil.

A violência contra mulheres no Brasil é uma preocupação da sociedade e representa uma inquietação constante para esse público, conforme apontado por pesquisa realizada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban, 2021), que indicou as percepções acerca da violência. Os dados indicaram que violência e o assédio contra a mulher trazem medo a 40% das entrevistadas, sendo que entre as solteiras, o percentual é 45%. Em seguida, indica-se o temor pela ocorrência do feminicídio (26%). Uma soma de 66% para o item violência de gênero e 70% das entrevistadas sabe que o Brasil ocupa a 5ª posição em mortes violentas de mulheres.

Os dados apurados pelo Atlas da Violência indicaram que em 22 dos 27 Estados brasileiros ocorreu uma redução nas taxas de homicídios contra as mulheres, com a diminuição significativa entre 2018 e 2019 principalmente no Ceará, que teve queda de 53,8%, no Rio de Janeiro, de 43,1% e em Roraima, com 38,7%. Os Estados com menores taxas de homicídios de mulheres em 2019 foram São Paulo (1,7), Minas

Gerais (2,7) e Rio de Janeiro (2,5) (CERQUEIRA et al., 2021). No Gráfico 1 podem ser observadas as variações ocorridas desde 2009.

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes de mulheres nos Estados com as menores taxas em 2019



Fonte: CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração: Diest/Ipea, FBSP e IJSN.

Importante observar que uma importante característica observada no contexto da violência intrafamiliar é a dificuldade da vítima em romper os vínculos com o companheiro violentador. Essa afirmação é trazida por Edwards (2011), que constata também que entre 31% e 85% das relações abusivas continuam durante algum tempo após o episódio inicial de abuso, destacando também que a violência começa com ofensas de menor potencial agressivo, gradativamente evoluindo para situações de maior gravidade.

O SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Serviço Social, de modo geral, tem como objeto de investigação e ação a problemática da sociedade, bem como as questões inerentes às relações sociais. Desse modo, a profissão deve seguir conforme os costumes, acolhendo a analogia e a aplicação dos princípios gerais do direito, procurando levar à comunidade os benefícios e direitos que são a ela conferidos por meio da mediação dentro do contexto do Estado, por meio de seus operadores (MINAYO, 2009). Nesse contexto, importa compreender as determinações do Código de Ética do Serviço Social, que define entre seus princípios fundamentais que o profissional deve buscar a:

Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras [...] Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CFESS, 2012, p. 24).

Importa compreender o papel mediador representado pela profissão, sendo este de necessária abordagem. Nesse sentido, os fenômenos sociais devem ser observados como complexos sociais e não apenas como fenômenos isolados, componentes do ser social. A realidade, tensa e contraditória reafirma a condição desta contradição ser o elemento motriz da história. A dissolução da aparência de fenômeno inerente à facticidade ocorre a partir da categoria mediação, que possibilita, inclusive, o conhecimento da realidade. O Serviço Social, enquanto profissão que necessita de embates críticos com a realidade e que atua modificando-a necessita de sólida base de conhecimento que deve ser compartilhado, em detrimento de um saber silencioso e retido (MORAES; MARTINELLI, 2012).

As principais mediações com relação à pessoa são ligadas ao conhecimento de sua existência real com base em dados sobre seu cotidiano. Com relação ao fenômeno, as mediações se situam no campo da compreensão acerca da condicionalidade material de seu surgimento e existência, de seus detalhes, sua posição contextual e dos impactos individuais e sociais por ele provocados (MORAES; MARTINELLI, 2012).

O assistente social tem papel importante na construção do estímulo para que a sociedade reflita inclusive sobre a realidade de violência, que permanece em níveis alarmantes, sendo motivada a trabalhar para alterar esse cenário de modo positivo. No entanto, deve-se evitar o olhar simplificado, que minimiza a complexidade da questão. Conforme Amaro (2003, p. 36-37), “o olhar simplificado é um olhar redutor, marcado pela visão atomizada e atomizadora; caracteriza-se por praticar um isolamento mutilante dos fatores que compõem o fenômeno, além de retalhar a compreensão de sua totalidade”. Desse modo, devem ser observados os diferentes componentes da realidade citada, buscando uma apropriação integral das problemáticas apresentadas e a proposição de ações efetivas para que as mesmas sejam equacionadas e solucionadas.

As mudanças oriundas do capitalismo têm intensificado as expressões da questão social. Estas afirmações são confirmadas pelo aumento da violência, do desemprego, do uso de drogas, da ruptura dos vínculos familiares e comunitários e o sucateamento de políticas públicas. Estas questões são verificadas com maior intensidade pelos segmentos socioeconomicamente excluídos, tendo seus resultados expressos nas necessidades a serem

supridas, devendo ser respondidas em redes, não por setores individualizados (GONÇALVES, 2012). A abordagem a respeito das políticas públicas no Brasil é pertinente porque estas vêm demonstrando uma gradativa fragilização, com sucessivas medidas voltadas à efetivação de um modelo que desqualifica o discurso em defesa dos direitos, em favor da lógica capitalista.

As políticas públicas enfrentam um enorme desafio: as construções da intersetorialidade e da interjurisdicionalidade, nas quais não existam hierarquias entre setores e jurisdições, mas sim, a concentração de forças na universalização do acesso aos direitos humanos, como forma de contribuir na ampliação dos espaços de direito a ter direitos (POUGY, 2010, p. 82).

Evidencia-se no Brasil um cenário adverso constituído da ação política no sentido do enfraquecimento das políticas públicas, com sua gradativa precarização. Nesse aspecto, Duarte et al. (2020) afirmam que o Brasil tem colocado em prática uma agenda política e econômica fundamentada no que se denomina austeridade fiscal, em oposição ao estado de bem-estar social. Como efeitos dessas mudanças, tem-se a precarização social em diversas circunstâncias, como o trabalho, a saúde e outras esferas.

Diante dessa realidade, tem-se a imprescindível atuação do Serviço Social, responsável pela defesa intransigente dos direitos humanos, com fundamento em seu Projeto Ético-Político. O Conselho Federal do Serviço Social tem buscado conscientizar os profissionais e a sociedade, inclusive por meio de campanhas nesse sentido.

Figura 1 – Cartaz do CFESS sobre a precarização dos direitos no Brasil



Fonte: CFESS (2021)

Entre as medidas que levaram à mobilização do CFESS encontra-se a Portaria 457/21, que criou um grupo de trabalho ministerial formado por servidores da pasta e coordenado por uma das secretarias, com a finalidade de revisar o Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3. Uma das mudanças trata-se da restrição à participação de organizações da sociedade civil e tirou seu direito a voto. Segundo o Conselho, na contramão dos princípios do estado democrático de direito, que tem na participação popular sua principal estratégia, a Portaria propõe analisar e alterar o PNDH-3 impondo, desta forma, sua agenda de retrocesso no campo dos direitos (CFESS, 2021).

A atual estratégia neoliberal de enfrentamento da pobreza difere da concepção liberal clássica que responde à pobreza por meio da filantropia, porém, não apresenta soluções eficazes por fazer com que as políticas sociais do Estado orientadas para a população mais pobre sejam ações focalizadas, precarizadas, regionalizadas e propensas ao clientelismo (MONTAÑO, 2012).

Por outro lado, a ação mercantil, desenvolvida pela empresa capitalista, dirigida à população consumidora, com capacidade de compra (cidadão cliente), tornando os serviços sociais como mercadorias lucrativas. Finalmente, a ação do chamado "terceiro setor", ou da chamada sociedade civil (organizada ou não), orientada para a população não atendida nos casos anteriores, desenvolvendo uma intervenção filantrópica (MONTAÑO, 2012, p. 8).

Diante de discussões dessa natureza, relacionadas às condições adversas vivenciadas pela população no que diz respeito às políticas públicas, tem-se a necessidade da efetiva intervenção por parte do Serviço Social, organizado conforme as diretrizes que norteiam a atividade profissional no Brasil.

Observa-se que a normatização dos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social foi realizada pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que é um documento onde determinam quais são as nomenclaturas padronizadas nesse contexto. Esta tipificação define três serviços referentes à proteção social básica: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos. Conforme o MDS (Brasil, 2017), “as relações entre pessoas que se aproximam por contingências da vida e que estabelecem afinidades eletivas, interesses comuns e um cotidiano partilhado são capazes de constituir proteção”.

Os serviços de proteção social especial destinam-se aos indivíduos e às famílias em condição de risco social e pessoal, incluindo violação de direitos, tendo como objeto a

contribuição à reconstituição de vínculos comunitários e familiares (BRASIL, 2019). Um componente relevante no campo do Serviço Social e seu papel de promoção aos direitos refere-se à proteção diante da violência intrafamiliar ou de gênero. Observam-se números alarmantes relacionados a esse tipo de violência, que mostra-se de difícil enfrentamento e que tem na prevenção e conscientização importantes meios para que tais atos sejam enfrentados.

Entre os debates a respeito da violência doméstica e do feminicídio, uma abordagem trazida por Doroteu e Andrade (2015) indica a questão do populismo político que explora a vontade popular e instrumentaliza o senso comum. Esta prática busca o apoio popular voltando-se a legitimar a adoção de posturas mais incisivas com relação à prática de determinado crime e surge a partir do emprego de meios de manipulação de massa. Estes mecanismos trazem ao Direito a essência política, tendo como componente a insegurança pública.

LEI MARIA DA PENHA E O SERVIÇO SOCIAL

A evolução nas relações sociais e as desigualdades ainda identificadas, que ainda impedem melhores condições de segurança intrafamiliar, têm como exemplo a violência que ainda ocorre em elevados níveis contra as mulheres. Observa-se, no entanto, que mesmo diante da existência de leis voltadas ao enfrentamento da violência doméstica, ainda fazem-se necessárias medidas que possam promover a efetivação dessa proteção. Segundo Carneiro e Fraga (2012), a Lei Maria da Penha, apesar de representar avanços com relação ao enfrentamento à violência contra a mulher, não tem sido eficaz nesse combate.

Observada a omissão das autoridades brasileiras, ainda que diante de várias solicitações encaminhadas pela Corte Internacional, o Brasil foi responsabilizado pela negligência. A Corte Internacional compreendeu que existia um padrão indicando a omissão quanto às situações de violência contra a mulher no Brasil e estas conclusões levaram à elaboração de diversas recomendações a serem seguidas pelo país, como a criação de uma legislação protetiva de caráter abrangente, que foi representada pela Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha. Foi, inclusive, determinado o pagamento de indenização de 20 mil dólares em favor da vítima Maria da Penha Maia Fernandes (SANTOS, 2013).

Mudanças recentes também foram apresentadas com o fito de aumentar a proteção das mulheres no contexto da Lei Maria da Penha. A partir da Lei nº 13.827,

de 13 de maio de 2019, autoriza-se a aplicação de medidas protetivas de urgência por parte da autoridade policial ou judicial. A lei prevê que nos municípios que não forem sede da comarca, o afastamento entre agressor e vítima pode ser determinado pelo delegado de polícia ou pelo policial. Nos municípios que forem sede de comarca, o afastamento poderá ser determinado pela autoridade judicial. A lei determina também que nos casos onde existir risco à integridade física da ofendida ou mesmo ameaça ao cumprimento da medida protetiva de urgência, será negada a liberdade provisória ao preso (BRASIL, 2019).

No bojo da legislação de proteção à mulher, pode-se situar a mais recente alteração trazida à Lei Maria da Penha, por meio da Lei nº 13.871, de 17 de setembro de 2019. A mesma atribui ao agressor a responsabilidade pelo custeio do tratamento da vítima e do aparato de segurança necessário à proteção da mesma (BRASIL, 2019b).

Evidencia-se, no entanto, que a Lei Maria da Penha não trata de toda a violência contra a mulher, se limitando àquela baseada no gênero. Esta delimitação decorre da redação contida no dispositivo antes mencionado, o qual estabelece que, “para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero” (BIANCHINI; GOMES, 2018).

Nesse contexto situa-se a intervenção do Serviço Social, destinada tanto ao desenvolvimento das ações educativas voltadas à sociedade em geral e às vítimas da violência doméstica quanto à efetiva busca pelo acesso aos direitos como atendimento médico, segurança, atendimento psicológico e garantia do mínimo existencial, considerando que em diversos casos a violência tem como resultado também a subtração dos recursos. Conforme Vasconcelos e Resende (2018, p. 129), “o medo solidifica relações de domínio, de subjugação e, como já mencionado, não deixa que o Estado tenha conhecimento, evidenciando que, para que a vítima tome coragem e denuncie a agressão”.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) se enquadra nesse contexto, atuando na realização de campanhas preventivas e palestras nas instituições com a finalidade de levar informação à população de modo geral a respeito das violações de direito (BRASIL, 2017).

Evidencia-se, nesse contexto, que a abrangência do trabalho dos Assistentes Sociais diante das novas demandas surgidas, trouxe a necessidade de adequações no texto do Código de Ética:

A revisão do texto de 1986 processou-se em dois níveis. Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor éticopolítico central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade (CFESS, 2012, p. 22).

Ressalta-se que o texto anterior passou por reformulações diversas, buscando aproximar-se da realidade contemporânea por meio da reafirmação da justiça social e da liberdade, evidenciando a importância de que sejam garantidas as determinações que caracterizam o Estado Democrático de Direito.

Um dos espaços de atuação dos assistentes sociais na proteção às mulheres vítimas de violência doméstica é a Estratégia de Saúde da Família. As atribuições dos profissionais atuantes na Estratégia Saúde da Família mostram-se relevantes devido ao fato de que se trata da porta de entrada para essas mulheres. Ressalta-se que a inserção dos Assistentes Sociais no âmbito da saúde é por meio da Estratégia de Saúde da Família, que deve apresentar-se como protagonista no processo de acompanhamento das vítimas de violência, essencialmente por apresentar vínculo com a comunidade, favorecendo o reconhecimento e a compreensão de seus déficits (MENEZES, 2014).

Observa-se que as intervenções dos assistentes sociais no contexto de violência intrafamiliar têm no CREAS um espaço essencial para seu exercício. Nessas situações, o papel da instituição é de oferta de serviços especializados e contínuos, que possam contribuir para garantir a imediata proteção social e atendimento interdisciplinar às vítimas e familiares. O fortalecimento dos vínculos familiares e da capacidade protetiva da família, bem como o fortalecimento das redes sociais de apoio da família e sua inclusão nos serviços públicos e no sistema de proteção social estão entre as atividades de responsabilidade do CREAS e que se relacionam às vítimas de violência. Além disso, faz-se necessária a prevenção contra as violações de direitos de qualquer natureza (BRASIL, 2017). Nesse contexto situa-se o enfrentamento à violência contra a mulher como uma atribuição essencial e uma demanda que, mesmo apresentando raízes históricas longevas, somente nos últimos anos tem tido maior sustentação por parte das políticas públicas, ainda que não se tenha subtraído a dificuldade de efetivação dos direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiu-se no presente trabalho o papel do Serviço Social no enfrentamento à violência doméstica, tendo sido observada a importante proteção conferida pela legislação nesse sentido, mas, ao mesmo tempo, indicando que não existe o efetivo cumprimento da mesma.

Observou-se que a desigualdade de gênero que caracteriza as relações sociais no Brasil carece de enfrentamento e que esta assimetria leva ao elevado número de ocorrências, sendo que nesse cenário é imprescindível a intervenção do Serviço Social, compreendendo que faltam não as leis de proteção, mas meios efetivos de promoção ao seu cumprimento.

Constatou-se que o papel dos assistentes sociais envolve o fortalecimento dos vínculos familiares, bem como da capacidade protetiva da família, o fortalecimento das redes sociais de apoio da família e sua inclusão nos serviços públicos e no sistema de proteção social.

Essas atividades fazem parte da competência do CREAS, capaz de ofertar serviços especializados e contínuos passíveis de imediatamente contribuir para a garantia da proteção social e do atendimento interdisciplinar às vítimas e familiares.

Entre os espaços e tempos nos quais se notabiliza a atuação do Serviço Social na contemporaneidade, considera-se que a luta por direitos de grupos específicos é parte do conjunto de ações e iniciativas importantes da profissão no Brasil. Na realidade, esta atuação do Serviço Social busca a conscientização para a necessidade de implantação de políticas públicas no sentido de se minimizar a grave situação vivida por grupos específicos da sociedade, por meio da efetiva proteção social.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. Meninas Perdidas. In: DEL PRIORI, M. (Org.) **Histórias das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

AMARO, S. **Visita Domiciliar**: Guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: AGE, 2003.

BIANCHINI, A.; GOMES, L. F. **Lei Maria da Penha**: Lei n. 11.340/2006. Aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Proteção Social no Suas**. Carta de Serviços ao Usuário. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. 2019. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/protacao-social-no-suas>. Acesso em 01 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019**. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13827.htm. Acesso em 06 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.871, de 17 de setembro de 2019**. 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13871.htm. Acesso em 06 jun. 2022.

BRASIL. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf. Acesso em 06 jun. 2022.

CARNEIRO, A. A.; FRAGA, C. K. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. **Serv.Soc. Sociedade.**, São Paulo, n. 110, p. 369-397, jun. 2012.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração: Diest/Ipea, FBSP e IJSN.

CFESS. **Direitos humanos estão em risco no país, com Portaria para revisão do Programa Nacional**. Conselho Federal de Serviço Social. 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1795>. Acesso em 11 maio 2022.

CFESS. **Código de Ética do Serviço Social**. Conselho Federal de Serviço Social. 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 18 maio 2022.

COUTO, M. T.; SCHRAIBER, L. B. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: **Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/937202/mod_resource/content/1/COUTO%20e%20SCHRAIBER%20Machismo%20hoje%20no%20Brasil%20.pdf. Acesso em 02 maio 2022.

DEL PRIORI, M. **História das mulheres no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DOROTEU, L. R.; ANDRADE, A. N. S. Inclusão da qualificadora feminicídio no ordenamento jurídico brasileiro: necessidade ou populismo penal? **Periódico Científico Projeção, Direito e Sociedade**, v.6, n.2, 2015.

DUARTE, A. D. et al. Precarização e saúde do trabalhador: um olhar a partir do trabalho decente e os paradoxos na reabilitação profissional. **Psicol. Est.**, v. 25, 2020.

EDWARDS, K. **Leaving an abusive dating relationship**: an analysis of the investment model na theory of planned behavior. Tese, 2011. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25349014>. Acesso em 04 maio 2022.

ELUF, L. N. **A paixão no banco dos réus**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FEBRABAN. Mulheres, preconceito e violência. Federação Brasileira de Bancos. 2022. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/observatorio-febraban-mulheres-preconceito-e-violencia-febraban-ipespe-2022/>. Acesso em 01 jun. 2022.

GONÇALVES, E. J. **Sistema Único de Assistência Social: O Desafio da Intersetorialidadena PNAS**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/7220/1/arquivototal.pdf>. Acesso em 01 maio2022.

HERMANN, L. M. **Maria da Penha. Lei com nome de mulher**: considerações à Lei nº 11.340/2006: contra a violência doméstica e familiar, incluindo comentários artigo por artigo. Campinas: Servanda, 2008

LÔBO, P. **Direito Civil: Famílias**. v. 5, 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2018

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V.. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2004

MARQUES, C. G. P. Colonialidade e feminicídio: superação do “ego conquiro” como desafioao Direito. **Opinión Jurídica**, v. 19, n. 38, pp. 201-226, jan.-jun. 2020.

MENDES, S. R. **Criminologia feminista**: novos paradigmas. São Paulo: Saraiva Educação, 2017.

MENEZES, P. R. M. et al. Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral. **Revista Saúde Soc**. São Paulo (SP), v. 23, n. 3, p.778-786, fev. 2014.

MINAYO, M. C. S. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 1, mar. 2005.

MONTAÑO, C. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, v. 110, jun. 2012.

MORAES, J.; MARTINELLI, M. L. **A importância categoria mediação para o serviço social**. XX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social Asamblea General de ALAEITS y XX Encuentro Académico Nacional de la Federación Argentina de Unidades de Trabajo Social. 2012. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Y6O09Vi7X17oOE584R0e.pdf>. Acesso em

02 jun. 2022.

MUNHOZ, M. L. P.; MUNHOZ, M. L. P. Família e escola na ação educativa para a paz. *In*: SEIXAS, M. R. D.; DIAS, M. L. **A violência doméstica e a cultura da paz**. São Paulo: Roca, 2013.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Manual (pós-graduação) – Universidade Federal de Goiás, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em 14 jun. 2022.

POUGY, L. G. Desafios políticos em tempos de Lei Maria da Penha. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13, n. 1 p. 76-85 jan./jun. 2010.

RODRIGUES, V. I. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL. XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. **Anais...** Vitória, 2018.

RUBIM, G. C.; MARQUES, D. J. C. A influência do patriarcalismo na prática do homicídio qualificado pelo feminicídio. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 1-18, Jul/Dez. 2016.

SANTOS, M. **Resumo do caso Maria da Penha sob a ótica dos direitos humanos**. Jusbrasil. 2013. Disponível em: <https://michellysantos.jusbrasil.com.br/artigos/113643376/resumo-do-caso-maria-da-penha-sob-a-otica-dos-direitos-humanos>. Acesso em 06 jun. 2022.

SILVA, F. L. et al . Escala de Machismo Sexual: Evidências Psicométricas em Contexto Brasileiro. **Aval. psicol.**, Campinas, v. 19, n. 4, p. 420-429, 2020

SILVA, G. C. C. et al . A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 65-76, dez. 2005.

SOUZA, R. B. R.; LOPES, Y. Violência contra a mulher, machismo e patriarcado no enquadramento jornalístico. **Revista Pauta Geral**, v. 6, n. 2, p. 19-34, jul./dez. 2019.

VASCONCELOS, C. C.; RESENDE, G. S. L. Violência doméstica: A Aplicabilidade e Eficácia das Medidas Protetivas como instrumento de prevenção e combate à reincidência na Comarca de Barra do Garças – MT. **Direito em Debate**, Unijuí, ano XXVII, n. 49, jan.-jun., 2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS VULNERABILIDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES

Brenda Rodrigues Lauwers¹, Etonildes Alves Rodrigues¹ Evelyn Delaqua Fagundes¹

Luana Bastos do Nascimento Rosa²

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo apresentar o trabalho do assistente social juntamente com as leis de amparo e proteção às mulheres vítimas de violência. Enfatizamos que as Políticas Públicas direcionadas ao enfrentamento desse fenômeno e a Lei Maria da Penha, são ferramentas valiosas no combate à Violência contra a mulher. O problema da violência não é um tema recente na sociedade, já que se pode dizer em linhas gerais, que desde a antiguidade esse fenômeno existe. Este trabalho tem como objetivo geral: apresentar o papel do Assistente Social perante as vulnerabilidades que as mulheres vítimas de violência e ainda identificar quais são os tipos de violência contra a mulher. No que se refere aos caminhos metodológicos, é uma pesquisa de abordagem Qualitativa. A captação dos dados foi via Survey. A partir dos conhecimentos difundidos, percebe-se como resultados que, a violência em um contexto social e a Lei Maria da Penha em suas determinações em defesa da mulher, apresenta sua importância na medida em permite a conscientização da sociedade em geral na percepção dessa questão como um problema social. Para que a mesma rompa com paradigmas ultrapassados que ainda hoje se encontram enraizados na sociedade que cultua a ideologia do sexo masculino como detentor de todos os direitos, inclusive sobre o sexo feminino. Justifica-se ainda por se tratar de questão de objeto de estudo e atuação do Serviço Social.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Políticas Públicas. Serviço Social

INTRODUÇÃO

A violência não é um tema recente na sociedade, já que se pode dizer em linhas gerais, que desde a antiguidade esse fenômeno existe, basta rememorar a época da ditadura com suas diversas torturas ou ainda a época da escravidão em que os escravos sofriam todos os tipos de castigos. Nessa direção, apesar de sempre existir, nem sempre foi reconhecido como um problema social. Na verdade, a violência só passou a ser caracterizada como um fenômeno social a partir do século XIX, o que chamou atenção do

¹ Acadêmica do curso de Serviço

² Bacharel em Serviço Social e Mestra em Educação (Ufes) – Professora da Faculdade Multivix.

o que chamou atenção do poder público e de estudiosos que passaram a abordar sobre essa questão (MINAYO, 1994 apud HAYECK, 2009, p.3). Como explica Minayo, a complexidade da violência ocorre na vida em sociedade, ou seja, o enorme desrespeito às regras básicas de convivência, às leis, passam de um simples desentendimento à violência, degenerando a qualidade de vida, o convívio social e causando o isolamento dos indivíduos. Hoje, as pessoas veem uma as outras como possíveis ameaças a sua segurança, ao seu bem estar e/ou aos bens materiais.

Dessa forma podemos entender que a violência social é um fenômeno da sociedade, resultado do convívio social. De acordo com Minayo (1994) “é, hoje, praticamente unânime, por exemplo, a ideia de que a violência não faz parte da natureza humana e que a mesma não tem raízes biológicas. Trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade”.

De um modo geral, a violência sempre existiu e de diversas formas, assim as Nações Unidas definem a violência contra as mulheres como "qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada" (OMS, 2015).

A violência entendida como (ADEODATO, 2006, p.2) “[...] todo e qualquer ato embasado em uma situação de gênero, na vida pública ou privada, que tenha como resultado dano de natureza física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças, coerção ou a privação arbitrária da liberdade”. Questão que vem expressar a realidade vivida por milhares de mulheres brasileiras, realidade essa que precisa ser entendida em um contexto social, e medidas interventivas por parte do Estado são necessárias a fim de que haja uma erradicação ou mesmo minimização.

Diante o exposto, o presente estudo que aqui se desenvolve, tem como objetivo geral: apresentar o papel do Assistente Social perante as vulnerabilidades das mulheres vítimas de violência e ainda identificar quais são os tipos de violência contra a mulher.

Como objetivos específicos, pretendemos:

- a) Conhecer a relevância da atuação do assistente social nesse enfrentamento e os fatores inibidores da denúncia;
- b) Avaliar o atendimento às mulheres vítimas de violência e a importância do

serviço Social na efetivação das políticas públicas;

- c) Compreender e apontar em que contexto se insere a violência contra a mulher e; contextualizar a Lei Maria da Penha e sua efetivação para o enfrentamento e combate a essa violência.

Francheschini (2015) destaca que dentre 84 países, o Brasil ocupa a 5^o posição em um ranking global de violência contra as mulheres, e que pelo menos metade dos assassinatos acontecem em ambientes familiares e são cometidos por alguém conhecido.

O estudo acerca deste tema é de grande relevância no aspecto social, científico e acadêmico, visto que no decorrer do estudo pode-se acrescentar à bibliográfica referente ao tema, conhecimentos e informações relevantes, proporcionando maiores conhecimentos em relação à violência contra a mulher, à Lei Maria da Penha e os fatores que ocasionam a sua não aplicabilidade, bem como pode contribuir para que essa questão que se julga aqui de ordem social, seja do objeto de conhecimento de todos os cidadãos, de modo que venham a ter consciência de seu papel quando se trata de assegurar tanto o seu quanto o direito do outro.

O estudo deste tema justifica-se pela necessidade de conscientização da sociedade em geral na percepção dessa questão como um problema social, para que a mesma rompa com paradigmas ultrapassados que ainda hoje se encontram enraizados na sociedade que cultua a ideologia do sexo masculino como detentor de todos os direitos, inclusive sobre o sexo feminino.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa descritiva faz a descrição em detalhes de experiências, fenômenos e/ou de uma população, possuindo como principal objetivo descrever as suas características (Gil, 2008). Ela permite reunir e analisar um grande número de informações sobre um dado assunto de interesse já conhecidos, contudo trazendo uma nova visão dessa realidade (Gil, 2008).

A abordagem do problema de pesquisa é classificada em qualitativa, por apresentar análise de uma determinada população, visando evidenciar as características que embasará a análise acerca do fenômeno de pesquisa. Para Mascarenhas (2012), a pesquisa qualitativa permite a descrição do objeto de estudo com maior profundidade.

Quanto à técnica, trata-se de uma pesquisa de levantamento do tipo survey, pois as

informações serão obtidas por meio de aplicação de questionário aos Assistentes Sociais que atuam em unidades de saúde, CRAS e CREAS, onde algumas das docentes realizaram estágio supervisionado. Dessa forma, esse tipo de estudo questiona os agentes envolvidos nos estudos em qual comportamento se deseja conhecer.

De maneira resumida, a classificação desta pesquisa pode ser tida da seguinte forma: Quanto aos objetivos: Descritiva; Quanto a abordagem: Qualitativa Quanto a técnica: Levantamento (Survey).

A pesquisa qualitativa faz uso de instrumentos para a coleta de dados que ao final permitirá mensurar as características específicas de pessoas ou objetos, de forma que os resultados da aplicação desses instrumentos são registrados por meio de relatórios. Para executar esta pesquisa o instrumento escolhido para a coleta dos dados foi o questionário aberto, onde os participantes responderam a cada pergunta.

OS TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Neste capítulo será abordada a violência contra a mulher e os tipos de violências existentes. Mas, é fundamental realizarmos primeiramente um breve histórico do serviço social no Brasil.

A abordagem acerca deste tema é de relevância no aspecto social, científico e acadêmico, proporcionando maiores conhecimentos em relação à violência contra a mulher, à Lei Maria da Penha e aos fatores que dificultam a sua efetividade.

BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

“Serviço Social, o próprio nome exterioriza a essência da profissão que se insere nas relações sociais, enquanto geradoras de conflitos entre classes, e desses advém o objeto de trabalho do Assistente Social, a questão social” (COSTA; MESQUITA; CAMPOS, 2015, p. 287).

O serviço Social atua nas questões sociais brasileiras, focando nas diferenças sociais e econômicas, como por exemplo, saúde, educação, desemprego, violência, alimentação, ambiente familiar, abrangendo crianças, jovens e adultos.

O livro de Yamamoto e Carvalho (1996) é fundamental para compreender o significado histórico da profissão no processo de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista brasileira e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, mediante o uso de categorias fundamentais da análise marxista. Como afirmam os autores, “a apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade capitalista, pois ela se afirma como instituição

peculiar na e a partir da divisão social do trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 16 apud FREITAS; BARROS; MESQUITA E SILVA, 2018, p. 231).

Ainda segundo os autores, quando surgiu o Serviço Social no Brasil, o país se encontrava em um momento de grande movimentação política, econômica e Social. Conforme Iamamoto e Carvalho (1996, p. 77):

[...] a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por partido empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 16 apud FREITAS; BARROS; MESQUITA E SILVA, 2018, p. 231, 232).

Com isto percebe-se a tensão social que estava presente no momento em que emergiu o Serviço Social.

O Serviço Social é uma profissão que apresenta um processo histórico interessante e é um resultado de dois processos que produziram as condições, sócio histórico necessário para que a profissão iniciasse esse percurso no histórico brasileiro (SILVA; SILVA; JUNIOR 2016).

Na década de 1930, o país se encontrava numa fase turbulenta, com inúmeras manifestações realizadas pela classe operária, que requeria melhores condições de trabalho e justiça social.

Monzo (2008) ainda destaca que o surgimento do Serviço Social ocorreu na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, e que a profissão se consolidou como se apresenta hoje a partir do momento em que o Estado passou a intervir sobre as manifestações da “questão social” por meio de políticas sociais. Sendo que o início da profissão no Brasil foi marcado por uma forte influência das escolas de trabalho social franco-belgas”, que influenciaram o estilo seguido de assistência social prestada na época de sua gênese. Contudo, conforme Netto:

o Serviço Social mantém uma relação de continuidade e ruptura com suas plataformas. Quanto à relação de continuidade, há a persistência do pensamento conservador, pautado em bases confessionais, aliada a práticas interventivas com caráter de caridade. Essa relação de

continuidade é possibilitada principalmente pela influência que a Igreja Católica exerce dentro da “assistência organizada” e dentro da profissão (NETTO, 2005. p. 70).

Com isso a função do Serviço Social na contemporaneidade precisa ser fundamentada na luta pela construção de uma vontade coletiva majoritária, que seja capaz de articular os diversos interesses da sociedade civil e busque de modo progressivo a socialização dos setores político, Estadual e econômico da sociedade (IAMAMOTO,1998).

Iamamoto (2009, p. 361) reconheceu a importância do papel dos assistentes sociais no âmbito da seguridade social e em relação aos comitês de política, comitês de direitos que atuam em diferentes setores e políticas sociais: “O comitê traça um novo regime de ação pública que reflete interesses conflitantes e, portanto, Fornecer espaço para lutas e disputas políticas”. Acima de tudo, esses espaços são arenas de incentivo à participação política e socialização das necessidades das classes populares, muitas vezes capturadas pelos interesses da classe dominante.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES

As formas de violência se distinguem a partir da maneira que se manifestam. Acontecem através do aproveitamento da força física ou poder, provocando danos a terceiros.

Conforme se observa na Lei Maria da Penha, nº 11.340 de 2006, existem diversas formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Sendo assim, são classificados os tipos de violência nos termos do art. 7º da Lei.

A Violência psicológica e a violência moral não deixam marcas visíveis no corpo, porém as cicatrizes emocionais são carregadas para o resto da vida. A mulher também sofre violência psicológica e emocional quando: é ofendida moralmente e também sua família; é ameaçada de ficar sem os filhos; é acusada de ter amante; é impedida de trabalhar, estudar, ter amigos ou sair; não recebe carinho; é rejeitada pelo seu corpo; é ameaçada de espancamento (BRASIL, 2006). Para Souza e Cassab (2010, p. 40):

O fato da violência psicológica, finalmente, ser reconhecida através de uma Lei, constitui-se um importante avanço no combate a todos os outros tipos de violência. Mas, de outro lado, a violência psicológica ainda está

longe de ser considerada pelos serviços públicos de saúde e instituições policiais como uma problemática social grave (SOUZA e CASSAB, 2010.p.40).

A Violência sexual é o tipo de violência que obriga a pessoa a manter contatos sexuais, físicos ou até a participação em outras relações sexuais com o uso da força, coerção, suborno, ameaça ou qualquer outro meio que venha a omitir a vontade pessoal. É um meio de forçar a pessoa a praticar atos que lhe desagradam e não se restringe apenas ao ato sexual, porém sofre influência ou acontece conjuntamente a outras formas de violências como: fazer sexo com outras pessoas, olhar pornografia, entre outros fatores que levam o agressor a não medir seus atos, provocando um desconforto e desgosto à vítima que está submetida a tal tortura (BRASIL, 2006).

A violência sexual não ocorre isoladamente, devido ao fato de que ao cometer a agressão, o agressor, no intuito de coagir e intimidar sua vítima, acaba praticando outros tipos de violência entre os quais estão a física e psicológica, muitas vezes praticadas pela submissão instaurada culturalmente na sociedade.

A violência patrimonial é qualquer conduta que configure na retenção, subtração, destruição parcial ou total, de seus objetos, podendo ser eles instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens diversos, valores, direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer as suas necessidades. Esta forma de violência raramente se apresenta separada das demais, servindo quase, como meio para agredir física ou psicologicamente a vítima (BRASIL, 2006). Em uma análise global, de acordo com Fonseca, Ribeiro e Leal:

A Violência física implica ferir e causar danos ao corpo e é caracterizada por tapas, empurrões, chutes, murros, perfurações, queimaduras, tiros, dentre outros; Violência patrimonial refere-se à destruição de bens materiais, objetos, documentos de outrem; Violência sexual, entre outros tipos de manifestação, ocorre quando o agressor obriga a vítima, por meio de conduta que a constranja, a presenciar, manter ou a participar de relação sexual não desejada; Violência moral constitui qualquer conduta que caracterize calúnia, difamação ou injúria e a Violência psicológica ou emocional é a mais silenciosa, deixando marcas profundas, por não ter um caráter momentâneo e ter efeito cumulativo, sendo caracterizada por qualquer conduta que resulte em dano emocional como a diminuição da autoestima, coação, humilhações, imposições, jogos de poder, desvalorização, xingamentos, gritos, desprezo, desrespeito, enfim, todas as ações que caracterizem transgressão dos valores morais (FONSECA, RIBEIRO e LEAL, 2012 p. 308).

Nas etapas da história da humanidade a condição de submissão das mulheres

sempre esteve presente, reforçando, desta forma, uma cultura que favorece a prática de violência contra as mulheres.

Segundo Teles e Melo (2003) caracteriza-se a violência pelo uso da força, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade. Isto é, constranger, tolher a liberdade, incomodar, impedir a outra pessoa de manifestar a sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta.

Nessa perspectiva, a violência contra a mulher ocorre quando os direitos fundamentais das mesmas são violados, seja através da utilização da força com o intuito de coagir a mesma para que realize algo no qual não deseja, ameaças, espancamentos, dentre outros. Conforme destaca Lucena et al (2016, p.4):

Inicialmente a relação conjugal é permeada por insultos, humilhações, intimidação, provocações mútuas, gerando conflitos e tensão. Em seguida, há uma necessidade de confirmação da depreciação e inferiorização da mulher adicionados de ameaças de violência até a confirmação do episódio agudo do fenômeno. A mulher é colocada enquanto objeto e figura passiva, servindo apenas para reprodução biológica. Já o homem é tido como sujeito que se utiliza da força física e da dominação. Apropria-se da mulher objeto, nega a vivência da Violência doméstica contra a mulher, culpabilizando-a pelo ato sofrido, propõe que irá mudar e que a relação será transformada a partir de promessas mútuas de mudanças, porém o ciclo se renova, após a considerada "lua de mel", pois há falta de cumprimento dos pactos e dos papéis estereotipados, tornando o fenômeno da Violência doméstica contra a Mulher recorrente. (LUCENA et al., 2016, p.4)

Desse modo, por ser um problema social concreto, é relevante a necessidade de discutir as suas especificidades e o aparato legal, a fim de aprimorar a eficácia das medidas protetivas.

A LEI MARIA DA PENHA NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

A questão da violência sempre envolveu o uso da força e dir-se-ia que sempre valeu nesses casos, a lei do mais forte. Na realidade, a força física sempre foi determinante para garantir uma situação de submissão e de violência, seja contra a mulher ou com qualquer outro indivíduo. Nesse sentido, na visão de Pinafi (2007), a violência contra mulher é um,

[...] produto de uma construção histórica — portanto, passível de desconstrução — que traz em seu seio estreita relação com as categorias de gênero, classe e raça/etnia e suas relações de poder. Por definição,

pode ser considerada como toda e qualquer conduta baseada no gênero, que cause ou passível de causar morte, dano ou sofrimento nos âmbitos: físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada (PINAFI, 2007, p.7).

A crença da mulher como um ser inferior é sempre fundamentada em uma desigualdade e justificava o comportamento hostil do homem, e a violência praticada com a mesma nem era questionada, já que o que predominava, era o machismo e o poder do homem sob sua mulher e sob toda sua família de um modo geral. Nesse sentido, fica evidente que não existiam leis que viessem proteger a mulher dessa sua situação humilhante e de crueldade.

Entretanto, embora haja nos dias atuais leis para inibir o uso da violência, na realidade ela continua espantosa. A verdade é que em relação à violência contra a mulher, essa atingiu um patamar tão alarmante que a Lei Maria da Penha se tornou uma ferramenta valiosa para o combate contra esse crime. E ainda que algumas atitudes masculinas retrógradadas continuem em vigor na sociedade, a justiça já age de forma mais ativa a fim de punir a quem comete o crime e de algum modo, a socializar a relação entre homem e mulher. Assim, a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente do Brasil, pelo ex-presidente Luiz Inácio da Silva em agosto de 2006, passou a ser um referencial quando se trata da justiça a favor das mulheres que sofrem violência seja de seu companheiro ou não.

Na realidade, no que concerne aos direitos humanos, cabe ressaltar que a Lei aparece como um instrumento relevante e é por isso que se faz necessário entender porque muitas vezes há uma ineficácia de sua aplicação, afinal, a intenção da lei é bastante significativa em termos de proteção e de penalidade.

De todo modo, essa convenção, em seu Artigo 4º, deixa bem expresso que toda mulher tem direito ao reconhecimento, gozo exercício e proteção de todos os direitos humanos e liberdades consagradas pelos instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humanos. Dessa forma, a mulher tem direito, conforme essa convenção, entre outros, a ter sua vida respeitada, bem como de ter respeitada sua integridade física, psíquica e moral (OEA,1994).

Quando quaisquer desses direitos são violados, deve-se fazer valer outro direito determinado por essa convenção, que é o direito a igualdade de proteção perante a lei. É nesse caso que se acredita na validade da lei Maria da Penha. Percebe-se com isso que o Brasil passa a enxergar a violência contra a mulher como um crime de fato e a verdade

é que:

[...] após séculos de tolerância, em que, em nome de uma pretensa harmonia familiar prevalecia a não-intervenção na violência privada, surgiu a Lei Maria da Penha, em 2006. Essa norma, atendendo a Tratados Internacionais e à Constituição brasileira, de 1988, desvelou essa violência, conclamando a sociedade a intervir e a desnaturalizar tais processos discriminatórios, ao tempo em que responsabilizou o Estado pelo seu enfrentamento (SANTOS e LIMA, 2010 p. 12).

Segundo a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha surge desse modo, como um bálsamo para essa mazela social que circunda o cenário feminino. Na realidade, a Lei Maria da penha surge como forma de promover uma atuação conjunta e eficiente no combate à violência doméstica, e dir-se-ia, que é resultado de grande luta realizada pela senhora Maria da Penha Fernandes, que após sofrer tentativa de homicídio por duas vezes por parte de seu próprio marido, em 1983, ficou paraplégica e aguardou uma decisão da Justiça brasileira por mais de 15 anos, sem obter nenhum resultado.

Essa nova lei foi batizada de Maria da Penha em homenagem à mulher que se tornou um símbolo de resistência á crueldade masculina. A lei Maria da penha protege especificamente a mulher e determina a criação de juizados de Violência doméstica e Familiar contra a mulher, afastando a aplicação da Lei nº 9099/95 (Juizados Especiais Criminais) e estabelecendo importantes medidas de proteção á população feminina (ELUF, 2007, s/p).

Em que pese a luta da Sra. Maria da Penha, vale destacar que a mesma não foi tão fácil, visto que houve grande morosidade e impunidade da justiça brasileira em relação ao caso, até que a justiça ainda que de forma lenta se fez presente e trouxe uma nova realidade para o caso da violência contra a mulher.

Enfim, a partir da determinação dessa mulher, em 7 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.340, conhecida por todos como de “Maria da Penha”, que como se viu até aqui, foi criada para oprimir a violência doméstica e familiar contra a mulher (GROSSI, 2000, p.61).

A Lei nº11.340 Brasil (2006) deixa claro que:

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para

Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006, p.1).

Moreno (2014), em um artigo relacionado, vem dizer que apesar da Lei Maria da Penha, ter tido o apoio da sociedade, a sua implantação trouxe também muitas resistências, pois segundo o autor, os crimes representavam um crime pequeno, que não ofendiam a sociedade, e que supostamente, a vítima poderia conviver com tudo isso. Para Moreno (2014):

[...] a Lei Maria da Penha representou uma verdadeira guinada na história da impunidade. Por meio dela, vidas que seriam perdidas passaram a ser preservadas; mulheres em situação de violência ganharam direito e proteção; fortaleceu-se a autonomia das mulheres. Com isso, a lei cria meios de atendimento humanizado às mulheres, agrega valores de direitos humanos à política pública e contribui para educar toda a sociedade (2014, p.5).

Não se pode negar diante disso, que a Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 se tornou um instrumento relevante para o enfrentamento à violência contra a mulher, sobretudo porque essa lei compreende a violência em um contexto que vai além de agressões físicas, mas que configura a violência, segundo determina o Artigo 5 do capítulo 1, “como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, p.1).

Percebemos que a lei aborda em estabelecer medidas de assistência às mulheres que se encontram em situação de violência doméstica e familiar. Na Seção II, que trata dessas medidas, vê-se no art. 22, da Lei Maria da Penha, que constatada a prática da violência:

O juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, algumas medidas protetivas de urgência, entre elas, suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente; afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; proibição de determinadas condutas, entre as quais: aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor e prestação de alimentos provisionais ou provisórios (BRASIL, 2006, p. 1).

Desse modo, é preciso seguir à risca tudo o que a lei estabelece, e assim, deve ser punido todo aquele que cometer violência contra a mulher, enfim, é necessário que o

agressor seja sempre visto como agressor e transgressor da lei e para uma maior efetividade, seria significativo educar para que esses indivíduos dominem a violência que os acompanha. De acordo com o Instituto Brasileiro de Direito à Família (IBDFAM):

A Lei Maria da Penha pune com rigor a violência contra a mulher e iniciou uma mudança na arraigada cultura machista, mas ainda há muito que ser feito. As falhas na aplicação da Lei começam nos registros imprecisos e desarticulados dos órgãos responsáveis por acolher as denúncias, passam pela falta de estrutura para atendimento das vítimas e culmina na ausência de uma rede de enfrentamento conjunto das instituições. (...) a desarticulação das informações nos órgãos responsáveis pelo recebimento das denúncias leva ao desconhecimento e conseqüente falta de controle sobre as medidas tomadas. Ou seja, os registros não permitem verificar se a mulher que fez a denúncia, de fato, passou a ser protegida como manda a Lei (IBDFAM, 2001, p.1).

Vê-se assim, que ao definir as linhas de uma política de prevenção e atenção no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, a lei está contribuindo para minimizar o problema e está buscando inibir a violência.

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O serviço social estabelece relações entre a construção das políticas sociais, no enfrentamento da realidade do usuário em situação de vulnerabilidade social e a complexidade vivenciada em seu contexto histórico, estabelecendo uma relação de intervenção, com um referencial teórico, metodológico, crítico, cujas múltiplas expressões são objeto de trabalho cotidiano do Assistente Social.

Considerando a importância das políticas públicas para o alcance da proteção da totalidade dos direitos sociais de todos os cidadãos, é de se pensar que em todos os casos de vulnerabilidade de qualquer indivíduo, há sempre um tipo dessas políticas para que venha ampará-lo. Discutir uma questão de tão importância quanto às políticas públicas, sobretudo àquelas direcionadas a violência contra a mulher, demanda conhecer e compreender de forma mais larga sobre o assunto, o que implica, portanto, entender conceitos que permitem se posicionar sobre tal questão. Nesse sentido,

[...] as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões)

selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade (CALDAS, 2008, p. 5).

Vê-se assim, que as políticas públicas se constituem em um conjunto de ações as quais o Estado se encarrega de tomar decisões a favor do bem estar da sociedade, embora possa se pensar que a sociedade nem sempre participa dessas decisões, e o governo toma para si a responsabilidade de priorizar as necessidades dos cidadãos. De todo modo, é de se considerar a importância e viabilidade dessas decisões nas diversas áreas da sociedade (BRASIL, 2006, p.1).

Posto isto, o fenômeno da violência contra a mulher deixa de ser uma questão de nível individual e pessoal para se tornar uma questão pública. De toda forma, pode-se pensar que os governos, nas três esferas, e a sociedade civil tem papel relevante no que concerne à prevenção e combate da violência, seja ela de qual tipo for e nesse caso, também a violência relacionada à mulher.

A mudança em relação à designação da violência contra a mulher demonstra que essa é uma questão social e, portanto, de competência do governo que de uma forma ou outra atua sobre os problemas sociais. De todo modo, antes da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, outras formas de intervenções, ainda que não com tanta eficiência, já haviam sido tomadas, como por exemplo, a abordagem por parte da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994).

Diante disso, percebe-se que se colocadas em práticas, as políticas públicas que visam a prevenção e proteção da mulher poderá contribuir de forma significativa para erradicar esse problema. Na verdade, é preciso deixar claro que existem diversas políticas públicas implementadas pelos diferentes níveis de governo para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Iamamoto ressalta que,

[...] o grande desafio na atualidade é transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (IAMAMOTO; 1998; p. 52).

Na verdade, pode-se dizer que em relação à violência contra a mulher, o Assistente Social atua de forma relevante, pois age em favor da usuária, orientando-a quanto aos

seus direitos, e, sobretudo, realizando intervenções para o enfrentamento desse problema.

De um modo geral, vê-se que existe um trabalho contextualizado ao enfrentamento da violência, e apenas para exemplificar as tomadas de ações, apontasse abaixo, o Plano estadual de políticas para as mulheres, segundo as unidades da federação, em 2012.

Dessa forma, “o assistente social é o intermediador direto tanto no atendimento concreto às necessidades apresentadas, como responde pelo componente socioeducativo que permeia a produção dos serviços assistenciais”. (YAZBEK, 1999, p. 150).

O profissional de Serviço Social, obedecendo ao seu Código de Ética tem suas ações comprometidas com o ideal de emancipação humana, o que significa “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (BONETTI, 1998, p. 218). Dessa forma, no seu cotidiano profissional está o compromisso com a superação da violência contra a mulher, pois esta violência é uma manifestação de autoritarismo e uma manifestação da questão social.

O SERVIÇO SOCIAL CONTRIBUIÇÃO NOS DIREITOS DA MULHER

O serviço social atua junto às questões sociais, junto aos indivíduos que experimentam no trabalho, na família, na saúde, no acesso aos serviços públicos ou nas formas de sociabilidade, associando a realidade social, a percepção, o foco nas problematização, buscando soluções lógicas, coerentes no processo construtivo das políticas públicas.

As atribuições dos profissionais da equipe e de todos envolvidos passam por várias etapas:

1. Acolhimento: Estar pronto a ouvir a vítima, sem a prática do julgamento precoce, refletindo sobre o caso e avaliando com os demais profissionais da equipe.
2. Proteção: Não tomar decisões imaturas e precipitadas, acima de tudo buscar informações profundas sobre o caso, para promover a intervenção do caso, com medidas preventivas e protetivas.
3. Intervenção: O profissional de serviço social, deve trabalhar de forma ética, culta, sigilosa, com muita competência, entendendo que a violência contra a mulher, deve ser vista como um problema social e não apenas um problema familiar, para que a intervenção seja conclusa e

determinante para o caso abordado.

4. Prevenção: As ações de prevenção são fundamentais para reduzir os dados estatísticos da violência contra a mulher, os profissionais precisam saber orientar a vítima, desenvolvendo total cuidado nas relações profissionais, evitando consequências piores.

O assistente social, enquanto atuante nas ações preventivas, coercivas e protetivas trabalha na defesa da mulher vitimada, buscando o resgate da cidadania humana, preocupando com o bem estar social da vítima, trabalhando as questões sociais evidenciadas, promovendo mudanças determinantes para a continuação da inserção da vítima nos meios sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo deste estudo é conhecer a relevância da atuação do Assistente Social nesse enfrentamento e os fatores inibidores da denúncia; avaliar o atendimento às mulheres vítimas de violência e a importância do serviço Social na efetivação das políticas públicas; compreender e apontar em que contexto se insere a violência contra a mulher e; contextualizar a Lei Maria da Penha e sua efetivação para o enfrentamento e combate a essa violência. Esse é um estudo descritivo visto que, almeja apresentar a atuação do assistente social em casos de violência contra a mulher.

O questionário foi composto por 7 (sete) questões abertas (anexo), foram 09 (nove) pessoas ao todo entrevistadas, e a aplicação do questionário foi feita por instrumento impresso e presencial. Os respondentes utilizaram nome fictício para responderem ao questionário.

Os dados da pesquisa foram tabulados utilizando o Google forms. Essa ferramenta possibilita personalizar os questionários com cores, criar diversos tipos de perguntas, caixas de checagem, escalas, listas suspensas, etc., usar vídeos e imagens para ilustrar e deixar as perguntas que estão sendo feitas mais claras (MONTEIRO; SANTOS, 2019).

Entende-se assim, que ao tratar o problema da violência contra as mulheres é necessário pensar nessa questão dentro de todo seu contexto, analisar os aspectos que dificultam as intervenções e enfim, refletir sobre a violência em seu aspecto social e histórico e na discriminação que cada caso evoca.

Após esse diálogo, compreendemos que todas as intervenções sociais, devem ser

tomadas mediante a realidade da população a qual será atendida. Desse modo, além de compreender sobre a vítima, é preciso entender também sobre o agressor.

Tendo conhecimento desses fatores, e de tudo o mais que engloba a violência contra a mulher, fica evidente que se faz necessário medidas que venha atender tanto a mulher quanto medidas que venha educar o agressor, e enfim, é preciso de políticas sociais que venha atender a todos os envolvidos de um modo geral.

CONCLUSÃO

Diante dos estudos realizados, compreendemos que a violência contra a mulher possui raízes profundas que estão situadas ao longo da história, e pode ser percebida aqui como uma crise que afeta especialmente a população que vive em situação de miséria, o que não significa, porém, que as camadas mais privilegiadas não sejam por elas afetadas.

A violência contra a mulher não se restringe apenas às físicas ou às sexuais, mas também às psicológicas, morais e patrimoniais e afeta a vítima de tal forma, que a mesma chega a ter sua identidade mutilada, como muitas vezes fica seu próprio físico diante da brutalidade masculina. O que se assiste ou lê nos jornais hoje em dia com mais frequência, são casos de violência contra a mulher. E, embora se acredite que essa ocorra especialmente entre a população que vive em situação de miséria, inúmeros casos demonstram que pessoas de nível social, cultural e econômico mais elevado, também ocupam espaço na média por conta desse tipo de violência.

É interessante observar que em relação aos casos de violência contra a mulher, o espaço doméstico é o que apresenta maior incidência, o que torna mais difícil a resolução do problema, uma vez que boa parte das vítimas dependem financeiramente e emocionalmente dos companheiros que as agridem e não prestam queixa ou retiram essa queixa, vivendo ainda com o agressor como se não fosse haver uma próxima violência.

Em relação à Lei nº 11340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, pode-se concluir que esta foi criada para combater a violência contra a mulher e pode-se dizer que é um grande avanço em termos de proteção e respeito aos direitos humanos.

Os estudos realizados apontam não haver uma causa única, mas sim múltiplos fatores que determinam esta situação. Mas, pode-se concluir que o uso de álcool associado ao uso de drogas e os ciúmes são grandes responsáveis ou facilitadores da violência contra a mulher. Por todo o exposto, a violência contra a mulher é uma questão

que precisa ser refletida também como uma questão de trabalho do profissional do Serviço Social, afinal, as políticas públicas já existem e é necessário que haja um trabalho de articulação em rede para que funcione de forma adequada.

Cabe ao profissional do Serviço Social, dessa forma, operar contra a situação que se instala na família quando em casos de violência, cabendo a esse profissional desenvolver um trabalho frente à baixa auto estima da mulher violentada, com atendimento à família em sua vulnerabilidade e ainda com ampla orientação e reintegração. Assim, é de fundamental importância que o profissional do Serviço Social adquira todos esses conhecimentos e informações a fim de agir com presteza diante de seus usuários.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, Vanessa Gurgel et al. **Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros**. Revista de Saúde Pública, v. 39, n. 1, fev. 2005 (online). Disponível em: Acesso em: abril de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 09 de Abril de 2022.

FONSECA, Denire Holanda da; LEAL, Noêmia Soares Barbosa; RIBEIRO, Cristiane Galvão. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais**. Psicol. Soc. vol.24 no.2 Belo Horizonte May/Aug. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>. Acesso: em 09 de Abril de 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCHESCHINI, Marina. **Brasil é o quinto país do mundo em ranking de violência contra a mulher**. Globo, Brasília – DF, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/11/brasil-e-o-quinto-pais-do-mundo-em-rankingde-violencia-contra-mulher.html>. Acesso em Abril de 2022.

FREITAS, R.; BARROS, N.; MESQUITA, A.; SILVA, I. **História do Serviço Social – resgatando uma história de mulheres**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/39427/27895> Acesso em Abril de 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de et al. **Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher**. J. Hum. Growth Dev., São Paulo, v. 26, n. 2, p. 139-146, 2016.

Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412822016000200003

&lng=pt&nrm=iso. acesso em abril de 2022.

MELLO, Alessandra. Conheça a história do Serviço Social no Brasil. S.d. Disponível em: <https://ead.catolica.edu.br/blog/historia-do-servico-social-brasil>. Acesso em abril de 2022.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, Laidines Azambuja. **A violência doméstica contra mulheres**: uma das faces das expressões desiguais da questão social nos municípios de Curitiba (PR) e Guaratuba (PR). Matinhos, 2012.

SCARDUELI, Márcia Cristiane Nunes. **Relações de gênero em campanha sobre a violência contra a mulher**: Submissão feminina mantida. UNISUL, 2012.

SILVA, Anália Barbosa da; SILVA, Diego Tabosa da; JUNIOR, Luiz Carlos de Souza. **O Serviço Social no Brasil**: das origens à renovação ou o “FIM” do “INÍCIO”. Rio de Janeiro, 2016.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que é violência contra a mulher** /Maria Amélia de Almeida Teles, Mônica de Melo. São Paulo: Brasiliense, 2002 (Coleção Primeiros Passos;314).

TELES, Maria Amélia e MELO, Mônica de. **O que é Violência contra a Mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Brasília , DF

MULTIVIX

SERRA